



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Brenda Gonçalves Andujas

Mandatos coletivos e dilemas da ação política: Uma análise das experiências eleitas pelo PSOL (2021-2024)

Florianópolis

2026

Brenda Gonçalves Andujas

Mandatos coletivos e dilemas da ação política: Uma análise das experiências eleitas pelo PSOL (2021-2024)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em área de Sociologia e Ciência Política com ênfase em Ciência Política.

Orientador(a): Prof. Dr. Julian Borba

Florianópolis

2026

Andujas, Brenda Gonçalves

Mandatos coletivos e dilemas da ação política : Uma análise das experiências eleitas pelo PSOL (2021-2024) / Brenda Gonçalves Andujas ; orientador, Julian Borba, 2026. 161 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Mandatos Coletivos. 3. Representação Política. 4. Identidade Política. I. Borba, Julian. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Brenda Gonçalves Andujas

Mandatos coletivos e dilemas da ação política: Uma análise das experiências eleitas pelo PSOL (2021-2024)

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 17 de abril de 2026 pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Débora Rezende de Almeida, Dr.(a)
UnB

Prof.(a) Lígia Hahn Luchmann, Dr.(a)
UFSC

Prof.(a) Marcelo Kunrath, Dr.(a)
UFRGS

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Sociologia e Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP/UFSC)

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Julian Borba, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2026

AGRADECIMENTOS

Acredito ser justo agradecer as pessoas que passaram pela minha vida desde que “entrei” na Ciência Política, trajetória que, ao longo desses seis anos, se misturou tanto à política quanto à poética - não apenas quem me ajudou na pesquisa da tese, mas todos que contribuíram de alguma forma para minha formação como pesquisadora e cientista política.

Considero que minha transição das Ciências Econômicas para as Ciências Sociais teve início em 2019, quando me matriculei na disciplina de Teoria Sociológica Contemporânea, ministrada pelo professor Ednaldo Ribeiro, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Nesse período, participei do IV Seminário Participação Política e Democracia, organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL), ocasião em que apresentei o artigo *Caminhos para a igualdade de gênero: questões sobre políticas interseccionais no Brasil*, em parceria com minha amiga de longa data e companheira de diversos projetos, Jéssica Fronja, no qual agradeço pela amizade, apoio e motivação, mesmo a distância. Também agradeço a professora Celene Tonella e a Beatriz Barud pelos elogios e comentários sobre nossa apresentação, que tanto me encorajaram a tentar o processo seletivo de mestrado.

Agradeço à professora Carla Almeida por ter me indicado a bibliografia inicial para o ingresso no mestrado e, sobretudo, por ter incentivado minha tentativa de entrada na pós-graduação. Sua acolhida generosa foi fundamental; sem esse empurrão, eu não teria ingressado na área acadêmica nem chegado à conclusão do doutorado.

Agradeço à professora Lígia Hahn Luchmann por aceitar orientar minha dissertação de mestrado e conduzir a orientação com excelência e generosidade, encaminhando-me à pesquisa que se consolidou no doutorado. Agradeço também pelo convite para a colaboração no projeto do Observatório e Análise da Política Catarinense e por sua participação na banca de qualificação da tese de doutorado, cujos comentários foram essenciais para o avanço e amadurecimento da pesquisa.

Agradeço à professora Débora Rezende de Almeida por sua participação na banca de defesa da minha dissertação de mestrado, da qual surgiu a oportunidade de integrar o projeto de pesquisa sobre mandatos coletivos, partidos políticos e movimentos sociais. Nesse projeto, desenvolvemos conjuntamente uma cartilha sobre o tema, em parceria com Luciana Feitosa, espaço no qual pude trocar e dialogar sobre nossas pesquisas. Aproveito para agradecer também sua participação na qualificação desta pesquisa, cujas contribuições enriqueceram imensamente o caminho que a pesquisa seguiu.

Agradeço ao professor Julian Borba por ter me acolhido como orientanda, mesmo que minha pesquisa não integrasse diretamente sua agenda de pesquisa atual. Sou grata pelas críticas rigorosas e pelo olhar analítico, fundamentais para a concepção metodológica e para a inovação do referencial teórico adotado. Agradeço também à professora Cíntia Souza pelas provocações extremamente relevantes para o desenvolvimento do projeto de pesquisa na disciplina de Seminário Avançado, bem como a todos os colegas de disciplina e do grupo de orientandos do professor Julian Borba, que integram o Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP), espaço fundamental de debate sobre projetos e pesquisas em diferentes fases.

Agradeço ao professor Ricardo Fabrino Mendonça pela reunião dedicada ao debate do projeto de tese para a qualificação, profundamente inspiradora para o desenvolvimento da presente pesquisa. Agradeço também ao professor Luciano da Ros por sua participação na banca de qualificação e pelos comentários memoráveis, que contribuíram de forma decisiva para o refinamento analítico do trabalho.

Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da UFSC com quem tive a oportunidade de cursar disciplinas, assistir a apresentações ou participar de palestras ao longo do doutorado, bem como aos professores convidados que passaram pela PPGSP. Aproveito para agradecer também a todos os parlamentares e dirigentes partidários que aceitaram conceder entrevistas e dedicar seu tempo à realização desta pesquisa.

Agradeço a Cláudia Torres Lopes pela parceria, pela leitura atenta e pelos comentários criteriosos sobre a pesquisa, que me levaram a repensar a estrutura da tese e as categorias analíticas utilizadas, além de possibilitar o desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Agradeço ainda à mentoria da professora Yamina Welp,

proporcionada pelo INCT participa, cujas contribuições foram fundamentais para o amadurecimento das hipóteses de pesquisa.

Agradeço aos alunos da graduação em Ciências Sociais da UFSC — Beatriz Momm, Mariana Lick e Miguel Hotzel — com quem tive a oportunidade de atuar como supervisora na disciplina Práticas de Pesquisa I no segundo semestre de 2023. Essa experiência rendeu uma valiosa parceria no projeto de pesquisa sobre militância múltipla e engajamento estudantil nos anos seguintes. Estendo meus agradecimentos ao professor Ernesto Seidl, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), por todo apoio ao projeto.

Agradeço a oportunidade de integrar o corpo editorial da *Revista Discente em Tese*, atuando como editora de sessão e editora-gerente, experiência que contribuiu significativamente para o meu entendimento dos fluxos editoriais e do funcionamento das revistas acadêmicas. Agradeço a parceria na editoria e na gerência de Fernanda Trindade, Gabriella Livramento, Thalissa Cavejon, Lucas Amorim e Ana Carolina e, em especial, a Débora de Campos Ribeiro, pela amizade, apoio e parceria.

Aos demais amigos e amigas que tive a oportunidade de conhecer no Departamento de Sociologia e Ciência Política, registro meu carinho e gratidão. Agradeço especialmente à Márcia Schaefer, por todo afeto, apoio e parceria, em tantas trocas de experiências, viagens, caminhadas, risos e desabafos. Agradeço ao Lucas Silveira de Moura pelo apoio e pela parceria, especialmente na supervisão da disciplina Práticas de Pesquisa I, no segundo semestre de 2025, bem como a todos os alunos que participaram das atividades e que tanto me ensinaram. Agradeço ainda a Fafá Capela, Osmar Junior, Luiza Brandes, Yasmin Calmet, Amanda Galdino, Leandro Peres de Oliveira, Gabriela Kasper e Joci Decol, por todos os encontros e momentos vividos não apenas na UFSC, mas também em cafés, churrascos, barzinhos, praias, aniversários, shows e festas, que tornaram a trajetória do doutorado mais leve e afetiva.

Agradeço aos meus pais, Neide e Mauro, e à minha irmã, Bruna, por me acolherem no período final de revisão e finalização desta pesquisa e por me ensinarem que a família é, acima de tudo, abrigo. Agradeço também aos meus gatos, Flor e Romeu, companhias fundamentais em muitas horas de escrita.

Por fim, agradeço ao financiamento da bolsa do Programa UNIEDU/FUMDES, do Governo do Estado de Santa Catarina, que possibilitou minha dedicação integral

ao desenvolvimento desta pesquisa, bem como aos recursos públicos recebidos para a participação em eventos acadêmicos nos quais tive a oportunidade de apresentar trabalhos relacionados a este estudo, experiências que proporcionaram encontros memoráveis.

Foi uma oportunidade incrível participar e apresentar trabalhos no Seminário Discente da UFSCar (2021), no FBCP (2022), no PDPP (2022), na ABCP (2022), na ANPOCS (2023; 2024) e no Seminário Discente da UFPR (2024), de forma remota; bem como no IPSA (2023), em Buenos Aires, e no Seminário Internacional da UFRGS (2023), em Porto Alegre. Também participei presencialmente da ABCP (2024), em Salvador, do PDPP (2025), em Brasília, do Congresso da SBS (2025) e do FBCP (2025), em São Paulo. Neste último, tive a oportunidade de atuar como coordenadora discente e debatedora do GT de Participação Política e Movimentos Sociais, ao lado de Marcos Freire e Sue Iamamoto. Todos esses encontros me possibilitaram conhecer novas cidades e colegas de profissão, que espero reencontrar em muitos eventos futuros.

RESUMO

O estudo realiza uma análise da atuação política dos mandatos coletivos eleitos pelo PSOL (2021-2024). Nesse contexto, essas experiências podem ser compreendidas como repertórios eleitorais que buscam se consolidar como repertórios de ação institucional quando eleitos, ao propor a descentralização e a despersonalização da figura parlamentar e formas de organização coletiva de exercício do mandato. O PSOL destaca-se como o partido que mais lançou candidaturas coletivas, apresentando elevada heterogeneidade interna, devido a convivência entre tendências partidárias e militantes independentes oriundos de movimentos sociais, o que torna seus mandatos um campo estratégico de observação. A pesquisa identifica que essas experiências enfrentam dilemas relacionados ao alinhamento organizacional e à construção da identidade política dos coletivos, exigindo a criação de regras, rotinas de coordenação e mecanismos de tomada de decisão capazes de articular trajetórias diversas e manter coesão entre o coletivo, o partido e o eleitorado. Diante disso, o estudo busca compreender como sustentar uma experiência coletiva dentro de uma estrutura institucional individualizada? A metodologia combina análise de conteúdo interpretativa de entrevistas semiestruturadas com co-vereadoras e dirigentes partidários com triangulação de documentos, mostrando que os principais dilemas dessas experiências decorrem da interação entre o formato coletivo e as condições institucionais, marcados por escassez de recursos, personalização do cargo e centralização do porta-voz. A sustentabilidade política dos mandatos coletivos depende da convergência entre três dimensões: (i) a institucionalização de mecanismos internos de coordenação; (ii) a construção de uma identidade política capaz de mediar assimetrias de autoridade e reconhecimento; e (iii) a inserção em estruturas partidárias que viabilizem sua atuação institucional sem dissolver completamente sua lógica coletiva.

Palavras-chave: mandatos coletivos; representação política; identidades políticas; PSOL.

ABSTRACT

The study conducts an analysis of the political performance of collective mandates elected by PSOL (2021–2024). In this context, these experiences can be understood as electoral repertoires that seek to consolidate themselves as repertoires of institutional action once elected, by proposing the decentralization and depersonalization of the parliamentary figure, as well as collective forms of organizing the exercise of the mandate. PSOL stands out as the party that has fielded the largest number of collective candidacies, displaying a high degree of internal heterogeneity due to the coexistence of party factions and independent activists from social movements, which makes its mandates a strategic field of observation. The research finds that these experiences face dilemmas related to organizational alignment and the construction of a collective political identity, requiring the creation of rules, coordination routines, and decision-making mechanisms capable of articulating diverse trajectories while maintaining cohesion among the collective, the party, and the electorate. In light of this, the study seeks to understand how a collective experience can be sustained within an individualized institutional structure. The methodology combines interpretive content analysis of semi-structured interviews with co-councilors and party leaders, alongside document triangulation. The findings indicate that the main dilemmas of these experiences stem from the interaction between the collective format and institutional conditions, marked by resource scarcity, personalization of office, and centralization of spokesperson roles. The political sustainability of collective mandates depends on the convergence of three dimensions: (i) the institutionalization of internal coordination mechanisms; (ii) the construction of a political identity capable of mediating asymmetries of authority and recognition; and (iii) integration into party structures that enable institutional action without completely dissolving their collective logic.

Keywords: collective mandates; political representation; political identities; PSOL

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrevistas selecionadas com co-vereadoras (2022)	22
Tabela 2 – Segunda rodada de entrevistas com co-vereadoras (2024–2025)	23
Tabela 3 – Entrevistas com dirigentes partidários (2024)	24

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Variáveis organizacionais.....	46
Quadro 2 - Tipologia das identidades nos mandatos coletivos	49
Quadro 3 - Eixos da ação e dimensões analíticas.....	51
Quadro 4 - Mandatos coletivos eleitos pelo PSOL em 2020.....	67
Quadro 5 - Evidências empíricas sobre as variáveis organizacionais.....	88
Quadro 6 - Dilemas de identidade política nos mandatos coletivos.....	92
Quadro 7 – A identidade política dos mandatos coletivos	118
Quadro 8 - Dilemas de ação coletiva dos mandatos	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Movimentação Juntas na campanha eleitoral de 2016.....	33
Figura 2 – Bancada Ativista na campanha eleitoral de 2018.....	35
Figura 3 – Juntas copedutadas na campanha eleitoral em 2018	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APS-CC – Ação Popular Socialista – Corrente Comunista
BA – Bahia
BH – Belo Horizonte
CE – Ceará
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores
CSOL – Corrente Socialista e Libertária
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DC – Democracia Cristã
FNMMC – Fórum Nacional de Mulheres do Movimento da Moradia
GTT – Grupo de Trabalho Temático
IPs – Instituições Participativas
LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades
MA – Maranhão
MBL – Movimento Brasil Livre
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MG – Minas Gerais
MÊS – Movimento Esquerda Socialista
M5S – Movimento 5 Stelle
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OPs – Orçamentos Participativos
PA – Pará
PE – Pernambuco
PR – Paraná
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTD – Partido Trabalhista Democrático
PV – Partido Verde
RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SD – Solidariedade
SP – São Paulo
TI – Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
a) Notas metodológicas	21
b) Estrutura da tese	26
CAPÍTULO 1 - MANDATOS COLETIVOS NO BRASIL: CONTEXTO POLÍTICO E CATEGORIAS ANALÍTICAS	28
1.1 TRANSFORMAÇÕES DOS REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA	29
1.2 MANDATOS COLETIVOS: CONCEITOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE	37
1.3 DILEMAS DA AÇÃO POLÍTICA DOS MANDATOS COLETIVOS	41
CAPÍTULO 2 – PSOL, TENDÊNCIAS PARTIDÁRIAS E MANDATOS COLETIVOS	52
2.1 TEORIAS SOBRE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	52
2.2 FUNDAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DINÂMICAS INTERNAS DO PSOL (2004–2025)	56
2.3 CONTEXTO INTERNACIONAL E AMPLIAÇÃO DAS CANDIDATURAS E MANDATOS COLETIVOS NO BRASIL	61
CAPÍTULO 3 – O EIXO INTERNO DOS MANDATOS COLETIVOS: ALINHAMENTO ORGANIZACIONAL E IDENTIDADE POLÍTICA	71
3.1 O ALINHAMENTO ORGANIZACIONAL NOS MANDATOS COLETIVOS	72
3.1.1 Organização interna	73
3.1.2 Heterogeneidade dos atores	79
3.1.3 Regras de decisão	81
3.1.4 Comunicação e confiança	85
3.1.5 Divisão de custos e benefícios	88
3.1.6 Alinhamento organizacional nos mandatos coletivos	90
3.2 A IDENTIDADE POLÍTICA DOS MANDATOS COLETIVOS	94
3.2.1 Identidade pessoal	95
3.2.2 Identidade Coletiva	98
3.2.3 Identidade vertical	104
3.2.4 Identidade Horizontal	110
3.2.5 Identidade partidária	114
3.2.6 A identidade política nos mandatos coletivos	116

CAPÍTULO 4 – O EIXO EXTERNO DOS MANDATOS COLETIVOS: REPERTÓRIO DE AÇÃO INSTITUCIONAL E ELEITORAL	121
4.1 A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DA AÇÃO COLETIVA	122
4.1.1 A atuação coletiva no legislativo	124
4.1.2 Integração partidária	127
4.2 REPERTÓRIOS ELEITORAIS	130
4.2.1 ampliação da marca	131
4.2.2 Reconfiguração parcial da composição	133
4.2.3 desdobramentos em candidaturas individuais	134
4.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE A DIMENSÃO INTERNA E EXTERNA DOS MANDATOS COLETIVOS	137
4.4 MANDATOS COLETIVOS: PRÁTICAS, DILEMAS E RECONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICES	
APÊNDICE A ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS NA PESQUISA DE MANDATOS COLETIVO.....	
.....157 APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM DIRIGENTES PARTIDÁRIOS2024	160

1 INTRODUÇÃO

A emergência das candidaturas e dos mandatos coletivos no Brasil, sobretudo a partir de 2016, deve ser situada em um contexto mais amplo de esgotamento das modalidades tradicionais de representação política e de reconfiguração dos repertórios de ação coletiva. Longe de constituírem apenas coletivos políticos formados por grupos sub-representados para disputa da política institucional, essas experiências tensionam práticas institucionais e eleitorais ao trazerem novos repertórios de ação.

Desde o início dos anos 2000, o debate sobre representação tem sido atravessado por diagnósticos de insuficiência das formas convencionais de autorização e *accountability*. Rosanvallon (2008) identifica a expansão de uma “contrademocracia”, marcada por práticas sociais de vigilância, crítica e julgamento das instituições, que deslocam o centro da política para arenas difusas de contestação. Saward (2010), ao conceber a representação como um ato performativo, evidencia que ela não se reduz à relação eleitoral entre representados e representantes, mas envolve processos contínuos em que atores diversos formulam e fazem circular reivindicações representativas. Urbinati (2006), por sua vez, caracteriza a representação como um processo contestatório, no qual a deliberação pública e a crítica permanente são constitutivas e não acessórios da dinâmica representativa.

Essas perspectivas convergem em apontar o enfraquecimento da centralidade do representante individual como figura exclusiva de autorização e voz política. Tal deslocamento abre espaço para formas emergentes de reivindicação representativa que combinam participação contínua e experimentação organizativa. Dialogando, assim, com a advertência de Mansbridge (2003) sobre a necessidade de ampliar práticas cooperativas e deliberativas em instituições personalistas.

Nas duas últimas décadas, as transformações no campo da ação coletiva no Brasil produziram efeitos significativos sobre as formas de representação e participação política, e repertórios de ação política e a relação entre movimentos sociais e instituições. Se, por um lado, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal inaugurou um ciclo de aproximação entre Estado e sociedade civil (Abers; von Bülow, 2011; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014), por outro, o desgaste dessa relação, a crise de representação e a emergência de novos atores urbanos marcaram

um cenário de recomposição das lutas sociais, intensificado após 2013 (Gohn, 2014; Nobre, 2020; Alonso, 2023). É nesse contexto que surgem as candidaturas e os mandatos coletivos, experiências que tensionam a lógica personalista da representação e propõem a construção de formas coletivas de exercício do mandato parlamentar.

Os mandatos compartilhados e coletivos, embora distintos em sua configuração, têm em comum o esforço de deslocar o foco da representação de um indivíduo para um grupo. Nos mandatos compartilhados, como mostram Secchi e Cavalheiro (2019), trata-se da renúncia voluntária do(a) parlamentar à autonomia decisória, abrindo espaço para a participação de co-parlamentares, pois costuma ter um número maior de integrantes. Já nos mandatos coletivos, a ambição é maior pois o “nós” é constituído desde a campanha, com deliberação coletiva e regras próprias para manter a coesão do coletivo (Secchi; Leal et al., 2020; Machado et al, 2022; Almeida; Luchmann, 2022; Campos, 2022; Almeida, 2023; 2024). É esse segundo modelo que se consolidou como fenômeno político-eleitoral a partir de 2016, especialmente em experiências vinculadas ao Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL).

A literatura sobre candidaturas e mandatos coletivos tem enfatizado o caráter inovador dessas experiências, destacando seu potencial de ampliação da representatividade, fortalecimento de agendas feministas, antirracistas e populares, e renovação das práticas parlamentares (Chaia; Chicarino, 2018; Ribeiro, 2021; Porto, 2021; Silva, 2022; Andujas, 2022; Costa, 2023). No entanto, ainda são escassos os estudos que examinam os dilemas organizativos, os conflitos internos, as tensões e as disputas dentro das estruturas partidárias.

Este estudo parte do reconhecimento de que os mandatos coletivos analisados se constituem entre repertórios de ação institucional e eleitoral, estruturas partidárias heterogêneas e regras institucionais personalistas. Ao mesmo tempo em que buscam despersonalizar a representação, esses mandatos operam em um ambiente institucional que se concentra no(a) porta-voz eleito(a), gerando tensões relativas à autoridade política, à distribuição de responsabilidades e à própria sustentabilidade da experiência.

O objetivo central do estudo é compreender como os mandatos coletivos eleitos pelo PSOL em 2020 organizam sua ação política interna e externa e como

constroem identidades capazes de sustentar a experiência coletiva em um ambiente institucional personalista. Trata-se de examinar mecanismos organizativos, tensões decisórias, disputas de visibilidade pública e processos de formação da identidade política dos mandatos coletivos. Para isso, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: analisar a organização interna dos mandatos, com ênfase em regras decisórias, divisão de tarefas, comunicação e mecanismos de confiança; identificar variações na construção das identidades coletiva, pessoal, horizontal, vertical e partidária; examinar a relação dos mandatos coletivos dentro do legislativo e com o partido político; avaliar a reconfiguração dos repertórios eleitorais e institucionais ao longo dos mandatos; e por fim, compreender os fatores que favorecem ou dificultam a sustentabilidade da experiência coletiva.

A problemática de pesquisa parte da constatação de que, embora os mandatos coletivos proponham deslocar a lógica da representação política do indivíduo para o grupo, sua atuação ocorre em um modelo institucional que reconhece formalmente apenas um representante eleito. Diante disso, como sustentar uma experiência coletiva dentro de uma estrutura institucional individualizada?

Apesar do crescente interesse acadêmico pelos mandatos coletivos, ainda persiste uma lacuna analítica importante na literatura, especialmente no que diz respeito à compreensão dos mecanismos que estruturam seus dilemas de ação coletiva. Grande parte dos estudos existentes concentra-se na descrição dessas experiências ou em sua dimensão normativa, vinculada à inovação democrática e à ampliação da representação política, havendo ainda poucos trabalhos que examinem de forma sistemática as estruturas organizativas, as dinâmicas internas de coordenação e as tensões institucionais que atravessam esses mandatos. Nesse sentido, esta pesquisa busca contribuir para o avanço desse campo ao investigar os mandatos coletivos a partir de uma perspectiva analítica dos problemas de coordenação, nas assimetrias produzidas pelas regras institucionais e nas relações estabelecidas entre coletivos e partidos políticos.

A literatura sobre ação coletiva oferece instrumentos fundamentais para compreender essas tensões e pode ser lida como um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas. Nesse debate, Olson (1999) chama atenção para os dilemas da cooperação, argumentando que grupos menores tendem a apresentar maior capacidade de coordenação, pois os custos e benefícios da ação coletiva são mais

visíveis e os incentivos para o engajamento podem ser mais facilmente monitorados. Em interlocução com esse problema, Ostrom (1990; 1997) demonstra que a cooperação não depende apenas do tamanho dos grupos, mas da construção de instituições capazes de sustentar a ação coletiva ao longo do tempo, por meio de regras compartilhadas, monitoramento mútuo, confiança e mecanismos de resolução de conflitos.

Ao deslocar o foco do cálculo utilitarista, Hirschman (1973; 1983) sugere que a participação política também é motivada por valores e compromissos que emergem da própria experiência de engajamento, indicando que lealdade e pertencimento podem reforçar a disposição para cooperar mesmo diante de custos individuais. Essa dimensão da participação é aprofundada por Pizzorno (1988), ao enfatizar o papel dos “círculos de reconhecimento” na formação de identidades políticas e na sustentação da ação coletiva.

Essas contribuições dialogam ainda com a perspectiva dos estudos sobre movimentos sociais desenvolvida por Tilly (1993) e Tarrow (2009), que destacam como repertórios de ação coletiva se difundem, se transformam e são adaptados conforme os contextos políticos. A partir desse conjunto de debates, os mandatos coletivos podem ser compreendidos como arranjos organizativos atravessados por incerteza, experimentação e precariedade institucional, cuja viabilidade depende não apenas de incentivos materiais ou regras formais, mas também da capacidade de produzir confiança, reconhecimento e equivalências internas entre atores com trajetórias, identidades e recursos desiguais.

Ao mesmo tempo, a literatura sobre partidos políticos oferece chaves complementares. Panebianco (2005) demonstra que processos de institucionalização organizacional tendem a fortalecer hierarquias e a reduzir a flexibilidade da atuação política, tensionando ao mesmo tempo que fornece estrutura para iniciativas inovadoras. Essas contribuições adquirem relevância particular no caso do PSOL, cuja estrutura organizacional é profundamente marcada pela coexistência de tendências, coletivos autônomos e filiações democráticas. Organização que resulta de cisões históricas e reelaborações programáticas que produziram uma ecologia partidária altamente heterogênea (Gentil, 2017; Oliveira, 2018).

Tendo isso em vista, a pesquisa está orientada por três hipóteses articuladas a partir da literatura e do material empírico analisado.

H1. A sustentabilidade dos mandatos coletivos depende da capacidade de seus integrantes construir mecanismos relativamente estáveis de coordenação interna, capazes de organizar o processo decisório, lidar com a diversidade de posições e produzir níveis mínimos de confiança entre os participantes.

H2. A exigência institucional de uma porta-voz individual introduz assimetrias de visibilidade e reconhecimento que atravessam a dinâmica interna dos coletivos, favorecendo a formação de hierarquias informais, que dificulta a formação de uma identidade política do mandato coletivo.

H3. A continuidade dessas experiências depende da capacidade dos mandatos coletivos de equilibrar autonomia organizativa e integração partidária, negociando simultaneamente suas dinâmicas internas e as exigências do sistema político-institucional.

a) notas metodológicas

A análise empírica desta tese baseia-se em um conjunto de entrevistas produzidas em diferentes etapas e vinculadas a dois projetos de pesquisa coordenados pela professora Débora Rezende de Almeida (UnB). A primeira base de dados deriva do projeto *Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Representação: o caso dos mandatos coletivos*, no qual foram realizadas 61 entrevistas com 31 mandatos coletivos eleitos em 2018 para Câmaras Municipais e com 2 mandatos eleitos para Assembleias Legislativas e aplicado um questionário sobre os dados socioeconômicos de participantes dessas iniciativas. Em grande parte dos casos, foram entrevistadas tanto a representante porta-voz quanto uma co-vereadora, o que permitiu captar percepções internas, divergências e diferentes perspectivas sobre a prática coletiva. No qual, todas participantes assinaram o termo de cessão de livre consentimento (TCLE).

As entrevistas ocorreram virtualmente pela plataforma Zoom e Google Meet, foram gravadas e transcritas, com duração média de uma hora e meia. Dentro desse conjunto, nos quais tive oportunidade de participar e transcrever grande parte das entrevistas realizadas, selecionei as 22 entrevistas que estavam relacionadas com os

mandatos do PSOL em 2020 para uma análise mais aprofundada do período de exercício parlamentar escolhido (2021-2024). Essas entrevistas ocorreram entre julho e setembro de 2022 e constituem o núcleo empírico inicial da tese. A tabela 1 sintetiza essa seleção, indicando gênero/raça, data e duração das entrevistas.

Tabela 1 – Entrevistas selecionadas com co-vereadoras (2022)

Nº	Data	Duração
1	18/07/2022	1h 22min
2	20/07/2022	1h 35min
3	22/07/2022	1h 18min
4	26/07/2022	1h 27min
5	02/08/2022	1h 13min
6	05/08/2022	1h 46min
7	09/08/2022	1h 31min
8	10/08/2022	1h 17min
9	15/08/2022	1h 20min
10	16/08/2022	1h 24min
11	18/08/2022	1h 12min
12	22/08/2022	1h 28min;
13	24/08/2022	1h 09min
14	25/08/2022	1h 30min
15	29/08/2022	1h 25min
16	31/08/2022	1h 10min
17	01/09/2022	1h 34min
18	05/09/2022	1h 08min
19	06/09/2022	1h 22min
20	08/09/2022	1h 15min
21	12/09/2022	1h 19min
22	14/09/2022	1h 25min

Fonte: Elaboração própria (2005)

O contato aprofundado com esse material contribuiu para formular o desenho analítico da tese, delimitar a problemática e as hipóteses de pesquisa, além de orientar a elaboração de um novo roteiro para a segunda rodada de entrevistas. As entrevistas de 2022 abordaram três grandes eixos: (i) a trajetória política das co-vereadoras antes da campanha; (ii) a articulação da candidatura coletiva, incluindo os critérios de escolha da porta-voz; e (iii) a organização interna dos gabinetes, relação com o partido e estratégias eleitorais futuras.

Na segunda rodada foram analisadas sete entrevistas, tendo como objetivo

acompanhar longitudinalmente a trajetória das mesmas experiências, ao analisar as reconfigurações internas dos mandatos entre 2022 e 2024, bem como mudanças na relação com o partido e as estratégias organizacionais e eleitorais. Essa rodada foi realizada entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025 via Google Meet.

Essas entrevistas foram realizadas após a submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estudo, intitulado “*A ação e atuação política dos mandatos coletivos (2021–2024)*”, foi submetido e aprovado e encaminhado o TCLE para as entrevistadas. A aprovação ética assegura que todos os procedimentos de pesquisa seguiram as normas éticas vigentes para pesquisas envolvendo seres humanos, garantindo confidencialidade, consentimento livre e esclarecido, e segurança das informações coletadas. A tabela resume as sete entrevistas adicionais conduzidas com co-vereadoras eleitas pelo PSOL.

Tabela 2 – Segunda rodada de entrevistas com co-vereadoras (2024–2025)

Nº	Data	Duração
23	04/11/2024	1h 10min
24	05/11/2024	1h 09min
25	11/11/2024	1h 11min
26	29/01/2024	1h 25min
27	28/11/2024	46min
28	20/11/2024	1h 15min
29	05/02/2024	50min

Fonte: Elaboração própria (2025)

Além disso, em complemento à análise, foi considerado um conjunto de entrevistas com dirigentes partidários realizadas no âmbito do projeto *Crise e Reconfigurações do Ativismo Político e da Democracia no Brasil*, também sob coordenação de Débora Rezende de Almeida. A escolha desses dirigentes partidários se deu a partir de diretórios municipais e estaduais que tiveram mandatos coletivos eleitos, o que permitiu acessar perspectivas diretamente vinculadas a experiências concretas dessa modalidade de representação. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, sendo encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

a todos os participantes. As entrevistas, conduzidas entre maio e julho de 2024, foram gravadas, transcritas e ocupam papel central para a compreensão das perspectivas organizacionais e estratégicas dos partidos frente aos mandatos coletivos. No total, foram realizadas 11 entrevistas, conforme sintetizado na Tabela 3.

Tabela 3 – Entrevistas com dirigentes partidários (2024)

Nº	Data	Duração
1	27/05/2024	57min
2	10/06/2024	45min
3	20/05/2024	1h 27min
4	28/05/2024	48min
5	15/05/2024	37min
6	15/05/2024	46min
7	09/05/2024	35min
8	07/05/2024	57min
9	29/05/2024	57min
10	09/07/2024	41min
11	22/11/2024	1h 17min

Elaboração própria (2025)

O roteiro que estão no apêndice foi aplicado aos dirigentes buscou captar: (i) a avaliação sobre o crescimento das candidaturas coletivas desde 2016; (ii) os resultados eleitorais obtidos; (iii) a relação entre partidos e integrantes dos mandatos coletivos; (iv) conflitos internos, práticas de gestão e o papel das tendências partidárias; (v) a compreensão dos partidos sobre as candidaturas coletivas como repertório eleitoral; e (vi) suas posições quanto à institucionalização e incentivo dessas experiências.

Cada caso foi examinado individualmente para identificar especificidades organizacionais, tensões internas e contextos políticos locais. Em seguida, realizei uma análise comparativa, destacando padrões transversais e variações relevantes entre os casos. A seleção dos casos seguiu o critério de casos similares proposto por Gerring (2007), por meio de um estudo intensivo de um número reduzido de unidades relativamente homogêneas, cujo objetivo é elucidar mecanismos e variações internas sem incorrer em generalizações indevidas.

Metodologicamente, partimos da compreensão de estudo de caso como um arranjo adequado para analisar a organização interna e a formação de identidade em profundidade (Yin, 2015; Merriam, 2009). A investigação mobilizou múltiplas fontes de

evidência, articulando entrevistas, documentos internos de partidos, estatutos, resoluções e material público dos mandatos coletivos. Os perfis dos mandatos no Instagram foram utilizados como fonte complementar, reconhecendo, conforme Weller (2019), o papel das mídias digitais como arenas de construção identitária e disputa narrativa.

A análise do material empírico foi conduzida por meio de uma estratégia de análise de conteúdo interpretativa, orientada por uma abordagem qualitativa que busca compreender os sentidos produzidos pelos atores em seus contextos sociais e institucionais (Drisko; Maschi, 2016). Diferentemente de abordagens estritamente quantitativas da análise de conteúdo, esta perspectiva enfatiza a dimensão interpretativa do processo analítico, permitindo examinar não apenas a frequência de temas ou categorias, mas sobretudo os significados atribuídos pelos participantes às suas práticas políticas e organizativas.

A análise de conteúdo foi operacionalizada a partir de três etapas principais, adaptadas das propostas clássicas de Bardin (2011) e complementadas pelas contribuições da pesquisa qualitativa contemporânea (Schreier, 2012; Flick, 2018). A primeira etapa consistiu na pré-análise, envolvendo leitura flutuante das entrevistas, organização do corpus e identificação inicial de temas recorrentes. Esse processo permitiu familiarização com o material e a construção de um primeiro mapa analítico das experiências narradas pelas entrevistadas.

A segunda etapa correspondeu à exploração do material, momento no qual foi realizada a codificação sistemática das entrevistas. A codificação combinou categorias dedutivas, derivadas do referencial teórico mobilizado na pesquisa, com categorias indutivas, emergentes da própria análise empírica (Schreier, 2012; Saldaña, 2016). Essa estratégia híbrida permitiu articular teoria e empiria de maneira dinâmica, preservando a abertura interpretativa necessária para captar aspectos inesperados do fenômeno investigado.

No plano dedutivo, as categorias iniciais foram inspiradas na literatura sobre ação coletiva, representação política e organização partidária, mobilizando contribuições de Olson (1999), Ostrom (1990), Hirschman (1973), Pizzorno (1988) e Panebianco (2005). A partir desse diálogo teórico, foram estabelecidas algumas dimensões analíticas centrais para compreensão dos principais dilemas enfrentados pelos mandatos coletivos, especialmente no que se refere ao alinhamento organizacional e à formação de identidades políticas.

No plano empírico, a codificação permitiu identificar padrões narrativos recorrentes nas entrevistas, evidenciando temas como conflitos internos, assimetrias de visibilidade política, dificuldades de tomada de decisão coletiva e estratégias de negociação com as estruturas partidárias. Como destacam Kvale e Brinkmann (2009), a análise qualitativa de entrevistas envolve um processo interpretativo no qual os significados são construídos a partir da interação entre o material empírico, o referencial teórico e o olhar analítico da pesquisadora.

A sistematização das entrevistas resultou na construção de dois conjuntos principais de categorias analíticas. O primeiro refere-se às dimensões organizativas dos mandatos coletivos, incluindo: (i) estrutura interna; (ii) heterogeneidade dos atores; (iii) regras e práticas de decisão; (iv) comunicação e confiança; e (v) distribuição de custos e benefícios. Essas dimensões permitiram examinar os mecanismos por meio dos quais os coletivos estruturam sua ação política e lidam com os dilemas de coordenação inerentes à ação coletiva.

O segundo conjunto refere-se às dinâmicas da identidade política, organizadas nas seguintes categorias: (i) identidade pessoal; (ii) identidade coletiva; (iii) identidade vertical; (iv) identidade horizontal; e (v) identidade partidária. Essas categorias foram mobilizadas para compreender como os integrantes dos mandatos coletivos constroem pertencimento político, legitimidade interna e reconhecimento público.

A análise também incorporou princípios de triangulação metodológica (Flick, 2018; Denzin, 2012), combinando diferentes fontes de evidência — entrevistas, documentos partidários, estatutos, resoluções e material público dos mandatos — com o objetivo de ampliar a robustez analítica e reduzir possíveis vieses interpretativos. O uso complementar de perfis institucionais dos mandatos nas redes sociais permitiu observar estratégias de comunicação política e processos de construção de identidade pública, aspecto relevante para compreender a visibilidade coletiva dessas experiências.

Outro aspecto central da estratégia metodológica foi o caráter longitudinal da pesquisa, possibilitado pela realização de duas rodadas de entrevistas com parte das co-vereadoras entre 2022 e 2024. Esse acompanhamento ao longo do tempo permitiu observar mudanças nas rotinas organizativas dos mandatos, na gestão de conflitos internos e na relação com os partidos políticos, contribuindo para compreender os processos de estabilização ou fragilização dessas experiências ao longo do exercício parlamentar (2021-2024).

A comparação entre os dois conjuntos de entrevistas evidenciou transformações importantes nas práticas coletivas e nas percepções das entrevistadas sobre a sustentabilidade dos mandatos coletivos. Como sugerem Miles, Huberman e Saldaña (2014), a análise qualitativa comparativa permite identificar padrões recorrentes e variações relevantes entre casos, contribuindo para a identificação de mecanismos explicativos.

Por fim, a inclusão das entrevistas com dirigentes partidários desempenhou papel fundamental para ampliar o alcance analítico da pesquisa. Enquanto as entrevistas com co-vereadoras ofereceram uma perspectiva interna sobre o funcionamento interno dos mandatos coletivos, as entrevistas com dirigentes permitiram compreender como essas experiências são interpretadas e negociadas dentro das estruturas partidárias. Essa combinação de perspectivas contribuiu para revelar tensões organizacionais e disputas políticas que, muitas vezes, aparecem de forma indireta nas narrativas das participantes dos mandatos.

b) Estrutura da tese

A tese está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais, que se articulam para compreender como os mandatos coletivos, inseridos em um sistema político marcado pelo personalismo e assimetrias institucionais, constroem práticas institucionais e eleitorais de ação coletiva. O primeiro capítulo apresenta o contexto político e as categorias analíticas que orientam a investigação. Parte das transformações dos repertórios de ação coletiva desde os governos Lula, destacando como a ampliação das arenas participativas, a presença crescente de movimentos sociais no Estado e a diversificação dos formatos organizativos abriram espaço para experiências híbridas de representação. Em seguida, apresento as principais pesquisas sobre mandatos coletivos no Brasil, bem como os principais conceitos e categorias de análise utilizados. E após, um debate entre teorias da ação coletiva, que levaram a formação das categorias de análise sobre os dilemas organizativos e de formação da identidade política dos mandatos coletivos.

O segundo capítulo desloca o foco para o PSOL, partido no qual se concentram as experiências analisadas. Apresenta-se um panorama das teorias de organização partidária que ajudam a compreender como ocorre a interação entre

partidos e mandatos coletivos. Em seguida, reconstrói-se a trajetória do PSOL entre 2004 e 2025, destacando sua estruturação interna, as dinâmicas entre tendências, os conflitos e as reconfigurações estratégicas que moldaram o contexto político-organizativo em que os mandatos coletivos se consolidaram. O capítulo finaliza com a descrição da expansão das candidaturas coletivas e o contexto internacional.

O terceiro capítulo adentra o núcleo organizativo dos mandatos coletivos, examinando sua ação interna a partir de duas dimensões: o alinhamento organizacional e a construção de identidades políticas. A análise sobre o alinhamento organizacional detalha como esses mandatos distribuem tarefas e responsabilidades, mobilizam mecanismos de coordenação, negociam regras de decisão, constroem confiança e lidam com a divisão dos custos e benefícios da atuação parlamentar. Em seguida, a discussão sobre identidades políticas evidencia como identidade pessoal, identidade coletiva, identidade vertical associada à titularidade individual, identidade horizontal derivada da lógica do coletivo e identidade partidária convivem e se tensionam dentro dos mandatos coletivos.

O quarto capítulo volta-se para a atuação externa, analisando o repertório institucional e eleitoral dos mandatos coletivos. Na dimensão institucional, investiga-se as relações com o partido e os desafios da atuação legislativa. Na dimensão eleitoral, o capítulo analisa a consolidação da “marca coletiva” como estratégia política, a reconfiguração parcial dos coletivos ao longo do ciclo eleitoral e os desdobramentos em candidaturas individuais, revelando como a experiência coletiva se projeta para além do mandato e forma novas lideranças políticas

A partir da comparação entre os casos estudados, o capítulo também examina como os mandatos coletivos do PSOL enfrentam dilemas estruturais decorrentes da tentativa de exercer uma representação coletiva em um sistema institucional formalmente individualizado. A análise articula o alinhamento organizacional, a construção da identidade política, práticas institucionais e relação com o partido político, demonstrando que a sustentabilidade dessas experiências depende da institucionalização de regras internas, da mediação das assimetrias impostas pela centralização do cargo na figura da porta-voz e da ancoragem partidária. Ao sistematizar os principais dilemas da ação coletiva e avaliar seus efeitos sobre a continuidade, a reconfiguração ou a dissolução dos mandatos coletivos.

CAPÍTULO 1 - MANDATOS COLETIVOS NO BRASIL: CONTEXTO POLÍTICO E CATEGORIAS ANALÍTICAS

Este capítulo tem como objetivo situar a emergência dos mandatos coletivos no Brasil a partir das transformações recentes dos repertórios de ação coletiva e das dinâmicas da política institucional, bem como delimitar as principais categorias analíticas que orientam a investigação desenvolvida nesta tese. Parte-se do pressuposto de que os mandatos coletivos não surgem como fenômenos isolados ou meramente inovadores do ponto de vista eleitoral, mas como resultado de processos históricos mais amplos de reconfiguração das relações entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado.

A primeira seção reconstrói o contexto político que favoreceu a emergência das candidaturas coletivas, destacando as mudanças nos repertórios de ação coletiva desde a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, o fortalecimento das instituições participativas, as fissuras abertas a partir da reforma da previdência e, posteriormente, o impacto dos protestos de junho de 2013. Argumenta-se que esses processos contribuíram tanto para a crise de legitimidade da representação tradicional quanto para a difusão de formas organizativas baseadas em horizontalidade, auto-organização e ocupação do espaço institucional. É nesse cenário que se consolida o municipalismo de esquerda e se tornam viáveis as primeiras experiências de candidaturas e mandatos coletivos no Brasil.

Ainda nessa seção, o capítulo analisa experiências pioneiras como a Gabinetona, a Mandata Ativista e as Juntas, destacando como a origem desses coletivos condiciona sua coesão interna, sua capacidade de coordenação e sua sustentabilidade política ao longo do tempo. A recuperação dessas trajetórias iniciais constitui a base analítica para a compreensão das experiências seguintes, na medida em que evidencia padrões organizativos, dilemas recorrentes e soluções institucionais que passaram a influenciar as próximas iniciativas de mandatos coletivos. Busca-se demonstrar, assim, que, embora os mandatos coletivos representem uma inovação democrática, eles também reproduzem desafios estruturais persistentes, especialmente no que se refere à organização interna, à construção da identidade política e à relação com o partido político.

A segunda seção dedica-se à sistematização do debate teórico e conceitual sobre mandatos coletivos no Brasil. O objetivo é mapear as principais contribuições

da literatura recente, identificando avanços, convergências e lacunas analíticas. São discutidas abordagens que tratam da dimensão comunicacional, jurídica, representativa e organizacional dessas experiências, bem como os aportes que situam os mandatos coletivos como formas híbridas de representação, tensionando simultaneamente o modelo partidário tradicional e as regras institucionais vigentes. Nesse percurso, ganham centralidade conceitos como representação como participação, transbordamento dos partidos, institucional *bypass* e gambiarra, que ajudam a compreender tanto o potencial inovador quanto a precariedade estrutural desses arranjos.

A terceira seção aprofunda os dilemas de organização interna e de identidade política dos mandatos coletivos, articulando diferentes tradições teóricas sobre ação coletiva. A partir do diálogo entre autores da teoria da ação coletiva, o capítulo propõe um modelo analítico que permite compreender como esses mandatos lidam com problemas clássicos de cooperação, coordenação, reconhecimento e lealdade em um contexto institucional marcado pela personalização da representação. São apresentadas duas matrizes analíticas centrais: uma voltada às variáveis organizativas — estrutura interna, heterogeneidade dos atores, regras de decisão, comunicação e confiança, e distribuição de custos e benefícios — e outra dedicada às dimensões da identidade política — pessoal, coletiva, vertical, horizontal e partidária.

Ao articular essas dimensões, o capítulo constrói o referencial teórico-analítico que orienta a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes. Argumenta-se que a sustentabilidade dos mandatos coletivos depende da capacidade de produzir regras próprias, estabilizar identidades políticas e equilibrar autonomia coletiva e pertencimento partidário. Dessa forma, o capítulo estabelece as bases teóricas e conceituais necessárias para examinar, de maneira sistemática, como os mandatos coletivos eleitos pelo PSOL em 2020 enfrentam os dilemas da ação coletiva e reconfiguram práticas organizativas, institucionais e eleitorais no legislativo.

1.1 TRANSFORMAÇÕES DOS REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA

A chegada do PT ao Executivo federal, em 2002, marcou uma mudança significativa na ação coletiva de diversas organizações e movimentos sociais. Muitos deles passaram a adotar novos repertórios de interação com o Estado (Abers; Von

Bülow, 2011; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014), estabelecendo relações mais próximas com o governo. Exemplos expressivos foram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujos militantes assumiram cargos na administração pública. Essa aproximação foi possibilitada pela criação de novos ministérios e secretarias voltadas à formulação e implementação de políticas públicas, o que favoreceu a inclusão administrativa de ativistas em diferentes áreas de governo.

O modo petista de governar manteve, sobretudo em seus primeiros anos, uma orientação participacionista. Nesse período, ampliaram-se as formas de participação política por meio da continuidade e da expansão das inovações democráticas em instituições participativas (IPs). Experiências como os orçamentos participativos (OPs), já presentes em algumas prefeituras administradas pelo PT, foram aprofundadas. Ao mesmo tempo, proliferaram conselhos gestores de políticas públicas, acompanhados da realização de conferências em níveis municipal, estadual e nacional, além de seminários, audiências, assembleias, plenárias, mutirões e consultas públicas (Almeida; Martelli; Coelho, 2021).

Contudo, esse modelo sofreu algumas mudanças a partir da reforma da previdência, que gerou fissuras internas no movimento sindical. A CUT dividiu-se, dando origem à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), à Intersindical e à Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), fragmentando a força sindical crítica ao governo (Rodrigues, 2021; Alonso, 2023). No plano partidário, um grupo de parlamentares petistas que se opuseram à reforma acabou expulso da legenda. Como consequência, foram criados o PSOL e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que rapidamente se consolidaram como os principais polos de oposição de esquerda ao governo do PT (Oliveira, 2017; Gentil, 2018).

As zonas de conflito se intensificaram ao longo dos governos Lula e Dilma. Nesse período, o PT passou a perder progressivamente a hegemonia das ruas, ao mesmo tempo em que incorporava parte dos movimentos de agenda redistributiva à estrutura governamental e negligenciava o recrutamento de novos militantes. Paralelamente, novas formas de militância e ativismo ganharam visibilidade com a expansão da era digital, pautadas por princípios de auto-organização, descentralização e horizontalidade. Surgiram então diversos coletivos, especialmente em grandes centros urbanos e cidades universitárias com agendas ligadas a gênero,

negritude, cultura e direito à cidade, reivindicando a ocupação do espaço público como arena central de disputa política (Perez; Silva, 2017; Gohn, 2019; Marques; Marx, 2020; Alonso, 2023).

Os protestos de junho de 2013 representaram um ponto de inflexão nesse processo (Gohn, 2014; Nobre, 2022; Alonso, 2023). A partir deles, vários atores políticos reformularam seus repertórios de ação. As manifestações configuraram um verdadeiro ciclo de protestos, reunindo coletivos com demandas distintas, mas unidos na contestação às políticas do governo do PT. A utilização de repertórios de confronto (Tilly, 1995; Tilly, 2008; Tarrow, 2009), como protestos e a deslegitimação das formas institucionalizadas de participação política transformou a atuação de movimentos sociais e organizações, impulsionando a proliferação de coletivos menos formais que passaram a defender suas pautas por meio de estratégias alternativas (Perez; Silva, 2017; Marques; Marx, 2020; Mendonça; Bustamante, 2020).

Longe de representar uma ruptura isolada, 2013 condensou a crise de legitimidade da representação tradicional e ativou novas subjetividades políticas, marcadas pela recusa à personalização, pela crítica à intermediação institucional e pela busca de práticas coletivas de decisão (Sarmiento; Reis; Mendonça, 2017). A fragmentação dos atores em cena e a diversidade de agendas revelaram um cenário de recomposição do campo da ação coletiva, no qual coletivos emergentes passaram a experimentar formas híbridas de atuação. Nesse período, ativistas tomaram as ruas para protestar contra a Copa do Mundo da Fifa de 2014, ocuparam escolas e universidades se opondo a reformas no sistema educacional, voltaram às ruas a fim de se manifestar contra ou a favor do impeachment (Alonso, 2017; Campos, Medeiros; Ribeiro, 2016; Romão, 2013; Tatagiba, 2014).

Essas transformações alimentaram o municipalismo de esquerda, sobretudo a partir de 2016, quando novos modelos políticos passaram a converter pautas de movimentos sociais em estratégias eleitorais e institucionais (Faria, 2020). Inspirados por experiências latino-americanas e europeias, esses grupos desenvolvem repertórios de participação contínua, como assembleias públicas, plataformas digitais, conselhos de base e passaram a disputar o Estado a partir de agendas locais e comunitárias. É nesse contexto que surgem as primeiras candidaturas e mandatos coletivos, como resposta aos limites da representação individualizada e da personalização crescente da política (Rosanvallon, 2008; Saward, 2010). Tais

experiências buscam articular horizontalidade, participação social e deliberação ampliada, tensionando a forma jurídica do mandato e produzindo inovações institucionais de baixo para cima.

A experiência da Movimentação Muitas, em Belo Horizonte, tornou-se uma das referências centrais para compreender a emergência das candidaturas coletivas no Brasil. Articulado em torno do direito à cidade, o coletivo buscava ocupar simultaneamente o espaço urbano e a política institucional, defendendo uma agenda de garantia de direitos e ampliação da cidadania (Inácio, 2019; Marques, 2019; Fonseca, 2022). A experiência surge em um contexto marcado por fortes mobilizações urbanas e ocupações de moradia na capital mineira (Paolinelli; Canettieri, 2019) e inspira-se em iniciativas latino-americanas como o Wikipolítica, no México, cuja reivindicação — “Ocupemos la ciudad, habitemos la política” — conectava municipalismo, participação popular e renovação democrática (Inácio, 2019; Marques, 2019; Fonseca, 2020; Silva, 2022; Campos, 2022; 2023).

Figura 1 – Movimentação Muitas na campanha eleitoral de 2016



Fonte: Divulgação (2016)

A filiação das Muitas ao PSOL foi compreendida como condição estratégica para disputar institucionalmente o projeto coletivo. O partido, visto como permeável à entrada de coletivos autônomos, acolheu doze candidaturas ao legislativo municipal.

O grupo reunia ativistas, lideranças comunitárias e pessoas sem experiência eleitoral prévia, com forte presença de mulheres, além da primeira candidata trans e da primeira candidata indígena de Belo Horizonte. A campanha adotou o slogan “Votou em uma, votou em todas” e reivindicou a radicalização da democracia, a amplificação das lutas sociais e a representatividade de minorias políticas (Inácio, 2019; Marques, 2018; Fonseca, 2020; Silva, 2022; Campos, 2022; 2023).

Desse processo emerge a Gabinetona, o primeiro mandato coletivo do PSOL na cidade. Inicialmente estruturada no gabinete de Áurea Carolina e Cida Falabella, a Gabinetona ganhou nova configuração em 2018 quando Bella Gonçalves assumiu a vereança após a eleição de Áurea Carolina para a Câmara dos Deputados e de Andreia de Jesus para a Assembleia Legislativa. O formato coletivo conferiu ao coletivo projeção nacional, com representantes simultaneamente atuando nos níveis municipal, estadual e federal.

O depoimento da dirigente partidária do PSOL evidencia tanto as expectativas quanto às tensões internas produzidas por essa experiência. Segundo ela, a Gabinetona combinava candidaturas altamente competitivas, com destaque para Áurea Carolina, então a mulher mais votada da história da cidade, e outras com desempenho eleitoral reduzido. Essa heterogeneidade fazia parte da estratégia das Muitas de construir uma narrativa pública da diversidade, apresentando-se como um grupo plural de movimentos e trajetórias. Entretanto, a dirigente também destaca uma ambiguidade central: as Muitas afirmavam “estar no PSOL, mas não ser do PSOL”, sinalizando uma relação instrumental com o partido e uma identidade política independente do partido político.

A trajetória posterior do coletivo torna visíveis limites organizativos e da identidade política, pois a diversidade interna, que inicialmente impulsionou o projeto em 2016, dificultou sua consolidação no longo prazo. Áurea Carolina tornou-se um fenômeno eleitoral — elegendo-se deputada federal em 2018 e disputando a prefeitura em 2020 — mas pausou sua carreira política ao final do mandato. Andreia de Jesus, eleita deputada estadual em 2018, deixou o PSOL em 2022 para filiar-se ao PT. Conforme avaliado pela dirigente, o coletivo Muitas dissolveu-se enquanto movimento, e a Gabinetona passou a operar sobretudo como repertório eleitoral, desvinculada da organicidade inicial que marcou sua fundação: “[...] as Muitas

acabaram enquanto coletivo [...] A Gabinetona existe, mas não como aquela experiência coletiva inicial; tornou-se uma estratégia eleitoral” (Dirigente 10).

Outro caso originado de coletivos apartidários ocorreu em Alto Paraíso de Goiás, município de cerca de 7 mil habitantes. O mandato coletivo eleito em 2016, liderado por João Yiju, estruturava-se segundo princípios do ecofederalismo, distribuindo responsabilidades temáticas entre seus integrantes (Dutra, 2022). Embora o grupo não tenha buscado reeleição, inspirou o Mandato Coletivo Permacultural, eleito em 2020, com forte vínculo com o movimento de ecovilas e liderado por Henny Freitas, tornando-se o mandato mais votado da cidade.

Em São Paulo, a Bancada Ativista surgiu como um coletivo composto por ativistas de diferentes partidos e movimentos sociais (Faria, 2020; Campos, 2022; 2023; Silva, 2022; Costa, 2022). Após apoiar candidaturas individuais em 2016, o grupo adotou um repertório eleitoral coletivo em 2018, tendo Mônica Seixas do PSOL como porta-voz formal na Assembleia Legislativa.

Figura 2 – Bancada Ativista na campanha eleitoral de 2018



Fonte: Bancada Ativista - Divulgação (2018)

A ausência de uma construção orgânica prévia entre os ativistas, porém, contribuiu para a fragmentação do coletivo ao longo do mandato, levando-o posteriormente a se reorganizar como Mandata Ativista. Ainda assim, a experiência se destacou pela formação de novas lideranças políticas, como Erika Hilton, que se elegeu vereadora e depois deputada federal, tornando-se uma das figuras de maior

projeção do partido. Em 2022, Mônica Seixas articulou um novo coletivo, o Movimento das Pretas, reunindo mulheres negras de todo o estado com ênfase na formação política e na implementação de pautas antirracistas. Apesar do discurso coletivo, a estrutura interna do gabinete tornou-se mais centralizada, reafirmando o papel institucional da porta-voz legalmente eleita.

No estado de Pernambuco, a eleição das Juntas para a Assembleia Legislativa em 2018 constitui outro marco no avanço das candidaturas coletivas. O grupo reuniu cinco mulheres oriundas de diferentes movimentos sociais, cuja articulação inicial ocorreu no encontro nacional do *Ocupa Política*¹. Ao contrário da experiência da Bancada Ativista, as Juntas foram impulsionadas diretamente pelo partido, e não por um coletivo externo. A partir da iniciativa de Carol Vergolino, que convidou outras militantes já filiadas ao PSOL com trajetórias em campanhas eleitorais ou na assessoria parlamentar, formou-se a proposta de uma candidatura coletiva de mulheres.

Figura 3 – Juntas codeputadas na campanha eleitoral de 2018



Fonte: Juntas - Divulgação (2018)

¹ Ocupa Política é uma organização da sociedade civil criada em 2016, com atuação nacional, voltada à promoção e ao fortalecimento da participação de mulheres — especialmente mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e periféricas — nos espaços institucionais de poder. A iniciativa desenvolve ações de formação política, mentoria, produção de dados e incidência pública, buscando enfrentar as desigualdades de gênero e raça na representação política brasileira.

Internamente, contudo, o coletivo não era homogêneo: três co-vereadoras integravam a tendência Revolução Solidária, enquanto as outras duas atuavam de forma independente. Embora houvesse tensões na definição das pautas e na atuação política do mandato, o grupo manteve relativa coesão ao longo da legislatura. A fragmentação só se tornou explícita no ciclo eleitoral de 2022, quando divergiram sobre os rumos estratégicos da chapa: as três integrantes da Revolução Solidária buscaram a reeleição como Juntas para a Assembleia Legislativa, enquanto as duas independentes lançaram-se à disputa para deputada federal. O desmembramento resultou na derrota da candidatura coletiva e abriu caminho para trajetórias individuais, culminando, em 2024, na eleição de Jô Cavalcanti, até então porta-voz das Juntas, para a vereança no Recife.

Figura 4 – Juntas codeputadas na campanha eleitoral de 2022



Fonte: Juntas - Divulgação (2022)

Essas experiências pioneiras ilustram, portanto, como a origem do coletivo condiciona sua coesão interna, capacidade de coordenação e a sustentabilidade do mandato coletivo. Embora representem inovação organizativa e tensionem a lógica individualista da representação, essas experiências revelam dilemas de ação coletiva relacionados à articulação de identidades diversas, à coordenação do trabalho

legislativo e à relação com os partidos, elementos que constituem o núcleo analítico desta tese que busca analisar os mandatos coletivos eleitos pelo PSOL em 2020.

A ausência de mecanismos institucionais formais para o funcionamento coletivo, já que a legislação eleitoral reconhece apenas um nome como representante legal, reforça tensões internas, ambivalências sobre a identidade política e disputas sobre quem exerce, de fato, autoridade política e capacidade de coordenação. Em todos os casos analisados, a existência ou não de um projeto coletivo prévio, assim como o grau de autonomia do grupo em relação ao partido, mostrou-se determinante para a coesão e para a sustentabilidade política do mandato.

Essas experiências também indicam que repertórios inovadores como as candidaturas coletivas estão sujeitos a processos de institucionalização e desgaste. A trajetória da Gabinetona após a dissolução das Muitas, a fragmentação interna da Bancada/Mandata Ativista e a fragmentação das Juntas na disputa de 2022 mostram que o impulso inicial de renovação política pode se enfraquecer diante das dinâmicas eleitorais tradicionais, das desigualdades políticas e da pressão por resultados individuais. Assim, a radicalização democrática que inspirou essas iniciativas convive com dilemas sobre liderança, lealdade, reconhecimento e distribuição de poder.

Esses dilemas se tornam ainda mais evidentes quando observamos a difusão do repertório das candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020. Os casos que emergiram naquele pleito, como Bancada Feminista, Coletiva/Mandata Bem Viver, Pretas por Salvador, Nossa Cara entre outros, inspiraram-se diretamente nas experiências pioneiras. A replicação do modelo sem uma reflexão aprofundada sobre os desafios internos contribuiu para que muitos mandatos de 2020 enfrentassem desafios em relação ao alinhamento organizacional e na formação de uma identidade política, como será demonstrado no terceiro capítulo.

Apesar do crescente interesse acadêmico sobre mandatos coletivos, persiste uma lacuna teórica significativa sobre os mecanismos que estruturam seus dilemas de ação coletiva. Ainda não há pesquisas suficientes que analisem, de modo sistemático, essas experiências. A próxima seção aprofunda esse debate, explorando as dimensões analíticas abordadas em estudos sobre mandatos coletivos no Brasil.

1.2 MANDATOS COLETIVOS: CONCEITOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Nas últimas duas décadas, especialmente a partir das eleições de 2016, 2018 e 2020, as experiências das candidaturas e os mandatos coletivos foram compreendidas apenas como inovações democráticas. A emergência dessas experiências tem mobilizado um conjunto crescente de pesquisas acadêmicas em diferentes áreas – ciência política, sociologia, direito, administração pública, desenvolvimento social, comunicação e estudos feministas. O interesse acadêmico nasce não apenas da novidade institucional que representam, mas sobretudo da articulação entre presença política de grupos marginalizados e experimentações de formas alternativas de representação e participação. Esse conjunto de estudos, embora robusto e diversificado, ainda apresenta lacunas teóricas, especialmente no que diz respeito aos dilemas internos da ação coletiva que atravessam a dinâmica interna desses mandatos.

Estudos pioneiros focalizaram a dimensão comunicacional e participativa dessas experiências, ressaltando a ampliação da diversidade nos perfis de candidatos e seus efeitos na disputa eleitoral (Chaia; Chicarino, 2018; Silva Júnior; Araújo, 2019; Trotta, 2019). Outras produções analisaram a viabilidade jurídica do modelo, apontando ambiguidades entre sua criatividade institucional e os limites impostos pela legislação eleitoral (Xerez 2019). Em paralelo, outros trabalhos situam os mandatos coletivos no interior de práticas de radicalização democrática e ocupação cidadã de instituições, em diálogo com repertórios de ação oriundos de movimentos sociais urbanos, feministas e populares ao analisar a movimentação muitas que se torna a Gabinetona (Inácio; 2018; Marques, 2019; Fonseca, 2019; 2020).

A partir dos anos 2020, há um expressivo aumento na produção acadêmica sobre o tema. A dissertação de Willian Quadros da Silva (2020), por exemplo, oferece uma das análises comparadas sobre mandatos coletivos e compartilhados investigando diferentes formatos de organização interna, distribuição de poder e mecanismos decisórios. A pesquisa identifica ganhos em transparência, corresponsabilidade e proximidade com a sociedade civil, mas também evidencia desigualdades internas, dificuldades de coordenação e tensões com partidos políticos. Trabalhos subsequentes, como os de Ribeiro (2021, 2022), ampliaram esse enfoque ao mapear perfis de candidaturas nas capitais brasileiras, revelando que, apesar da

diversidade identitária, persistem desafios de competitividade eleitoral e de reconhecimento institucional.

Outra vertente importante da literatura se dedica a compreender o papel das experiências coletivas na ampliação da representação de grupos sub-representados. Algumas pesquisas indicam que as candidaturas coletivas têm funcionado como ferramentas de entrada política para mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e moradores de periferias urbanas, reconfigurando a representação descritiva e substantiva nesses espaços (Porto, 2021; Silva, 2022; Santos, 2023; Costa, 2023). No entanto, esses estudos revelam que as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe atravessam também dinâmica interna desses mandatos, influenciando a divisão do trabalho político, a distribuição de visibilidade pública e a capacidade de sustentação da ação coletiva.

Nesse sentido, a tese de Campos (2021) representa um marco teórico ao introduzir o conceito de representação interseccional para analisar as trajetórias de co-parlamentares, mostrando como múltiplas opressões moldam experiências e agendas legislativas. Campos (2021) e Campos e Matos (2023) desenvolvem ainda a noção de “transbordamento dos partidos”, evidenciando o caráter híbrido das candidaturas coletivas, que emergem simultaneamente como crítica e alternativa ao sistema partidário tradicional. Contudo, essa crítica convive com a necessidade de atuar dentro das limitações regimentais, jurídicas e institucionais impostas pelas casas legislativas e pelas estruturas partidárias hierárquicas.

Um outro núcleo teórico emergente concentra-se nas relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Pesquisas como as de Almeida (2023; 2024) e Lopes (2024) têm destacado que as candidaturas coletivas operam menos como simples inovações organizacionais e mais como modelos relacionais que conectam movimentos sociais e partidos políticos. Nesse debate, ganha centralidade o conceito de representação como participação, desenvolvido por Almeida (2023), que rompe com a visão tradicional de representação como apenas autorização eleitoral. Em vez disso, a representação passa a ser compreendida como um processo contínuo, no qual atores antes excluídos do espaço institucional participam diretamente da definição de agendas, da tomada de decisões e da construção do próprio mandato.

A forma como cada coletivo articula esses repertórios determina não apenas sua coesão interna, mas também a forma como ele se projeta eleitoralmente. As

estratégias de campanha, nesses casos, são mais do que instrumentos de disputa eleitoral: são repertórios de ação coletiva que expressam identidades, modos de organização e vínculos sociais (Almeida; Luchmann, 2022). Campanhas baseadas em mobilização comunitária, trabalho de base, pedagogias populares e construção de redes de afetos revelam como esses coletivos performam sua horizontalidade como parte constitutiva da própria representação (Almeida, 2023).

Uma terceira vertente, representada especialmente pelos estudos jurídicos, investiga a ausência de regulamentação específica para o modelo, problematizando os desafios de segurança jurídica, de responsabilização e de governança institucional (Rossini, 2022; Oliveira, 2022; Vavas, 2023; Neto, 2023). Esses trabalhos convergem na avaliação de que, embora os mandatos coletivos ampliem a representatividade, operam em um cenário de incertezas normativas que fragiliza sua continuidade e institucionalização.

É nesse ponto que emergem duas contribuições fundamentais para compreender a precariedade estrutural dessas experiências: o conceito de *institutional bypass*, proposto por Magarian (2022; 2023) para analisar os mandatos coletivos como estratégias de reforma institucional incremental que visa contornar instituições disfuncionais ou ineficientes, em vez de tentar reformá-las diretamente, o que muitas vezes enfrenta forte resistência política. E o conceito de gambiarra, formulado por Mendonça, Gelape e Cruz (2023) como categoria de análise dos mandatos coletivo, mas que antes o conceito já havia sido descrito como:

A gambiarra se oferece, simultaneamente, como elemento desestabilizador e como solução para certos problemas. É justamente por isso que podemos pensá-la como prática que desloca nossas formas de percepção e altera os regimes de partilha do sensível. A gambiarra concretiza (em objetos e gestos) uma alteração na forma como lugares e capacidades são distribuídos, tornando visível a arte do fraco, suas táticas e astúcias. Mais do que uma solução paliativa para um problema pontual, a gambiarra emerge como manifestação visível de outros modos de fazer (de dizer ou de ser), remapeando nosso mundo comum. Os processos-gambiarra, em suma, criam as condições para a percepção (estética e política) de que outro mundo é possível (Assunção; Mendonça, 2025).

Ambos os conceitos destacam que os mandatos coletivos funcionam como modelos improvisados e criativos destinados a contornar as limitações do sistema político, permitindo a entrada de novos atores e agendas políticas. Porém, ao mesmo tempo, essas inovações não são plenamente reconhecidas ou incorporadas pelas

regras formais do jogo institucional, o que provoca instabilidades internas, insegurança jurídica e dependência de acordos informais.

Apesar de configurarem uma forma de inovação democrática, os mandatos coletivos enfrentam dilemas organizativos que colocam em evidência seus limites institucionais. Nesse sentido, os mandatos coletivos oscilam entre a promessa de horizontalidade e inclusão e as dificuldades práticas de sustentação dessas premissas em contextos marcados por regras eleitorais personalistas e estruturas partidárias hierárquicas. Esses dilemas ainda carecem de análise de como estas experiências elaboram mecanismos de organização, negociação e identidade política diante das contradições da política institucional.

1.3 DILEMAS DA AÇÃO POLÍTICA DOS MANDATOS COLETIVOS

Para analisar os desafios enfrentados pelos mandatos coletivos eleitos no Brasil e suas dinâmicas de atuação no Legislativo, podemos compreendê-los como repertórios eleitorais (Almeida; Luchmann, 2022; Almeida, 2024). Trata-se de experiências que, inicialmente, reúnem diferentes integrantes em torno de uma única candidatura e que, ao conquistarem mandatos, transformam-se em repertórios de ação coletiva no espaço institucional. Como em qualquer ação coletiva, sua trajetória é marcada por ciclos específicos e interações que condicionam tanto a organização interna quanto a inserção no Legislativo.

Nesse sentido, os conceitos desenvolvidos por Tarrow (2009) para compreender dinâmicas de confronto político contribuem para analisar os dilemas de ação coletiva presentes nos mandatos coletivos. A noção de efeito-demonstração é especialmente útil porque evidencia como experiências pioneiras são observadas, reinterpretadas e tomadas como referência por novos atores. Isso envolve processos de difusão, imitação, reação e extensão, tal como formulados por Tilly (1993) e retomados por Alonso (2009), que ajudam a explicar como certos modelos organizativos se deslocam de um contexto para outro, gerando aprendizados, ajustes e inovações.

Aplicado às candidaturas e mandatos coletivos, o efeito-demonstração permite compreender que as primeiras experiências não atuaram apenas como inspiração abstrata, mas como repertórios concretos de ação disponíveis para outros grupos. A difusão ocorre quando essas iniciativas circulam em movimentos sociais,

coletivos políticos e tendências partidárias, ampliando o conhecimento sobre novas formas organizativas para gestão coletiva. A imitação aparece quando novos coletivos reproduzem estratégias consideradas bem-sucedidas, como processos decisórios horizontais, distribuição interna de funções ou formação de identidades políticas. Já a reação se manifesta quando grupos adaptam essas referências às suas próprias circunstâncias organizativas, respondendo a disputas internas ou a tensões com estruturas partidárias preexistentes. A extensão, por sua vez, indica a capacidade de tais repertórios se expandirem a novos territórios, temas e públicos.

Tarrow (2009) também destaca que a coordenação de ações coletivas exige modelos organizacionais capazes de combinar flexibilidade relacional com a capacidade de articular redes diversas. Organizações em formato descentralizado tendem a coordenar participantes sem necessariamente internalizá-los, o que pode ampliar a participação da base e estimular a autonomia, mas também comprometer a coesão e a sustentabilidade de longo prazo. No Brasil, esse tipo de experimentação organizativa encontra ressonância sobretudo em partidos com forte vinculação a movimentos sociais, como o PSOL e o PT (Meneguello, 1989; Keck, 1991) que, ao estruturarem-se em tendências e coletivos autônomos, foram também os que mais lançaram candidaturas coletivas e elegeram representantes nesse formato (Secchi; Leal et al., 2020; Almeida; Luchmann, 2022; Almeida; Andujas, 2023; Almeida, 2024; Andujas; Lopes, 2025).

A coordenação nos mandatos coletivos, entretanto, enfrenta limites e dilemas próprios. As dificuldades internas impactam níveis de confiança, reciprocidade e reputação (Ostrom, 1990; 1997), muitas vezes agravados pelas regras institucionais que reforçam a lógica da representação individual e que esses grupos buscam tensionar ao propor uma representação coletiva (Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). Além disso, a construção de uma identidade política consolidada é um desafio recorrente por serem modelos geralmente recentes e precários, nos quais a falta de articulação entre integrantes do coletivo. Diversas teorias sobre os dilemas da ação coletiva oferecem, assim, um instrumental importante para compreender os desafios de organização, cooperação e reconhecimento enfrentados por essas experiências, que ao reunir diferentes sujeitos em uma mesma experiência política, precisam construir continuamente uma identidade.

Um primeiro ponto de partida para pensar a ação coletiva está no debate clássico da economia política. Em *Teoria econômica da democracia*, Downs (1957) parte da ideia de que os indivíduos tomam decisões de forma racional, orientados por um cálculo entre custos e benefícios. Essa formulação, no entanto, deixa em aberto uma questão central: por que alguém se engajaria em uma ação coletiva quando os custos da participação tendem a ser maiores do que os benefícios diretos obtidos individualmente?

É justamente esse dilema que Olson (1999) sistematiza em *A lógica da ação coletiva*. Para o autor, mesmo quando os objetivos são compartilhados, a ação coletiva não ocorre de maneira automática, pois os indivíduos tendem a adotar comportamentos oportunistas, especialmente em grupos grandes, nos quais o esforço individual dificilmente se converte em resultados visíveis. Nesses contextos, a tendência ao “efeito-carona” enfraquece a participação política, tornando a difícil a mobilização.

Diante desse problema, o autor argumenta que a ação coletiva só se sustenta quando há mecanismos capazes de alinhar interesses individuais e objetivos coletivos, seja por meio de formas de coerção, seja pela criação de incentivos seletivos que diferenciam quem participa ativamente de quem apenas se beneficia dos resultados. Essa chave analítica é particularmente útil para compreender os mandatos coletivos, que se organizam a partir da atuação conjunta de co-parlamentares em torno de um mesmo projeto político.

Em contraponto, Ostrom (1990; 1997), ao estudar experiências de gestão dos bens comuns, demonstra que a cooperação pode ocorrer mesmo em grupos mais amplos, ampliando a análise ao mostrar que a cooperação em grupos não depende apenas de incentivos externos, mas pode ser construída por meio de regras internas, monitoramento e confiança mútua. Para ela, variáveis estruturais como regras claras, mecanismos de monitoramento, instâncias de resolução de conflitos, comunicação constante e confiança entre os membros são fundamentais para garantir a cooperação. Para isso, a comunicação entre o grupo é fundamental para que o acordo seja cumprido, gerando confiança, reciprocidade e reputação, enquanto o descumprimento das regras estabelecidas costuma gerar efeitos negativos.

Para a autora, os principais limites da ação coletiva seriam estabelecer novas regras e fazer com que os participantes cumpram o acordo. Além disso, a inovação

nas regras geralmente ocorre em um processo contínuo de tentativa e erro até que seja desenvolvido um sistema de regras capaz de produzir benefícios substanciais. Em ambientes imprevisíveis é necessário um longo período de tentativa e erro antes que os indivíduos possam encontrar regras que gerem retornos positivos a longo prazo. Entretanto, as regras já existentes podem proporcionar confiança nas ações coletivas para que os benefícios e os custos não sejam distribuídos desigualmente, destruindo a confiança em normas positivas.

Essa abordagem é especialmente relevante para os mandatos coletivos, que dependem de acordos internos e da criação de normas próprias para assegurar sua continuidade. Ostrom (1990; 1997), ressalta que fatores como o tamanho e a heterogeneidade dos grupos, as formas de comunicação e o aprendizado contínuo por tentativa e erro moldam a capacidade coletiva de se organizar. No caso dos mandatos, isso se traduz na criação de acordos de convivência, normas internas de decisão e mecanismos próprios de organização, cuja eficácia só pode ser avaliada na prática. O desafio, contudo, é que a comunicação, se não acompanhada de acordos bem definidos, podem ser insuficientes, gerando desconfiças. Por isso, a construção de regras bem definidas e a manutenção da coletividade se tornam elementos indispensáveis para a sustentabilidade da experiência.

O Quadro 1 sintetiza a matriz de variáveis organizativas que orienta a análise empírica desta tese, traduzindo para o contexto dos mandatos coletivos elementos centrais do referencial de Ostrom (1997) sobre ação coletiva. Ao operacionalizar essas variáveis organizativas, a pesquisa busca examinar a capacidade interna dos mandatos de produzir sua própria arquitetura organizacional, isto é, de definir regras, práticas e mecanismos que sustentem a cooperação entre atores distintos. As variáveis listadas representam dimensões estruturantes para analisar como os coletivos gerenciam a heterogeneidade interna, regulam a tomada de decisão, constroem confiança, organizam a comunicação e distribuem custos e benefícios, elementos indispensáveis para a estabilidade dos mandatos coletivos.

Quadro 1 - Variáveis organizativas

Variáveis	Organização interna
Organização interna	Como é estruturada a equipe de gabinete? Qual o tamanho da equipe política e quantas pessoas integram efetivamente o coletivo?
Heterogeneidade dos atores	As co-vereadoras possuem perfis socioeconômicos, trajetórias, vínculos associativos distintos? Existem diferenças de tendência política?
Regras de decisão	Quais acordos formais e informais orientam a tomada de decisão? Como se dá o processo decisório interno?
Comunicação e confiança	De que modo circulam as informações dentro do coletivo? Há rotinas de reuniões?
Distribuição de custos e benefícios	Como são divididas tarefas, salários, responsabilidades e visibilidade política? Há percepções de justiça ou de desigualdade na divisão?

Fonte: Elaboração própria (2025)

Inspirada em Ostrom (1997), esse quadro permite observar como os mandatos coletivos constroem, no interior de instituições fortemente personalistas, modelos próprios de coordenação, muitas vezes não previstos pelo desenho formal do Legislativo. Embora originadas em outro campo teórico e empírico, as variáveis organizativas fornecem ferramentas analíticas que permitem compreender como coletivos políticos produzem regras, equilibram interesses, administram conflitos e sustentam a cooperação ao longo do exercício do mandato parlamentar.

A variável organização interna possibilita identificar como cada mandato estrutura sua equipe, diferenciando funções administrativas de responsabilidades políticas e definindo quem efetivamente compõe o núcleo decisório. A heterogeneidade dos atores diz respeito às diferenças de trajetória, perfil socioeconômico, experiência organizativa e alinhamento político entre as co-vereadoras. As regras de decisão incluem tanto normas formais quanto acordos que orientam como prioridades são definidas, como posições políticas são construídas e como conflitos são resolvidos. A variável comunicação e confiança envolve o fluxo de informação e a qualidade das relações internas. Rotinas de reuniões, práticas de atualização contínua e canais de comunicação estruturados reduzem assimetrias informacionais e fortalecem o alinhamento interno. Por fim, a distribuição de custos e benefícios analisa como tarefas, remuneração, responsabilidades e visibilidade pública são partilhadas.

Em conjunto, essas variáveis organizativas permitem compreender como mandatos coletivos produzem regras próprias dentro de uma instituição que opera segundo lógicas individualistas. Estas variáveis tornam possível testar a hipótese 1

desta pesquisa ao explicar por que alguns coletivos conseguem consolidar práticas organizativas estáveis, enquanto outros enfrentam fragmentação, conflitos recorrentes ou dificuldades de coordenação que comprometem sua sustentabilidade.

Por outro lado, Hirschman (1973; 1983) ressalta que a motivação para a permanência na ação coletiva não se restringe ao resultado alcançado, mas também ao próprio processo de participação. Para ele, muitas vezes é a experiência do processo, o aprendizado e a construção de vínculos que constituem incentivos capazes de manter atores políticos mobilizados mesmo em grupos maiores e mais complexos, deslocando o foco do cálculo utilitarista para o valor da própria ação coletiva. Não é apenas o resultado da ação que mantém os indivíduos unidos, mas a experiência no processo que tem o potencial de unir os indivíduos na ação coletiva ao gerar lealdade entre os membros.

Pizzorno (1988), assim como Hirschman (1973; 1983) destaca a importância da lealdade e da manutenção de vínculos de reconhecimento recíproco para sustentar a coesão dos grupos. Para o autor, a construção de identidades coletivas é central para a ação política, pois permite que os indivíduos se reconheçam como parte de um “nós”. Nesse aspecto, aproxima-se de autores como Touraine (1985; 1988), que enfatiza a centralidade dos movimentos sociais como produtores de identidades coletivas, e Melucci (2001), que entende a identidade coletiva como algo processual, interativo e negociado. Para este último, trata-se de uma construção dinâmica, fruto das relações e dos objetivos que mantêm os atores unidos em torno de um objetivo comum.

Nesse sentido, Pizzorno (1988), afirma que o princípio da racionalidade requer a antecipação das escolhas de ação, que ocorrem sob informações incompletas, gerando uma certa incerteza sobre o resultado esperado daquela ação. Para solucionar esta questão, grupos podem ser formados como modelos, para depois terem seus resultados avaliados, podendo gerar novos agrupamentos devido à incerteza quanto ao valor do resultado esperado. Alguns membros perdem seus valores quando deixam de ser reconhecidos pelo grupo ou pela identidade coletiva a que elas pertenciam. Portanto, para construção de uma identidade coletiva de longo prazo seria necessário a estabilidade de um círculo de reconhecimento, que não admitiria uma ação independente, pois todas as ações individuais seriam iguais às ações coletivas do grupo, já que os membros e o grupo teriam uma única identidade.

A identidade pessoal consiste em uma conexão intertemporal e vertical entre sucessivos eus, que só pode ser realizada por alguma conexão interpessoal e horizontal entre diferentes eus individuais. Para isso, a relação entre o membro e a organização deve ser horizontal, vertical, coletiva e pessoal. Desta forma, a ação coletiva não seria o produto dos eus que maximizariam as satisfações instantâneas, nem dos eus que projetam estratégias que destinam benefícios para os eus futuros ou para futuras gerações de eus. O resultado da ação coletiva seria o produto de eus voltados para garantir os laços horizontais com eus de outras pessoas ou os laços verticais com seus futuros eus. Todavia, quando os círculos de reconhecimentos são estáveis a identidade coletiva é estável, mesmo ao longo prazo, não havendo a necessidade de recorrer aos eus futuros para determinar as ações atuais.

Um movimento ou coletivo novo costuma ser precário, por estar em processo de criação de condições ideais para futuros eus. Nesses casos, os membros devem entrar neste grupo sabendo que adotarão uma identidade exclusiva, pois em relação àquele grupo o eu presente conta apenas com o instrumento para eus futuros. Assim sendo, sua condição de membro é continuamente ameaçada por possibilidades alternativas, pois a identidade ao longo prazo será definida pelo reconhecimento antecipado dos meus eus futuros.

De acordo com o autor, a ação coletiva só se sustenta no longo prazo quando fundada em círculos de reconhecimento que estabilizam a identidade coletiva dos participantes. A lealdade, nesse sentido, não é apenas um cálculo racional, mas um forte alinhamento entre indivíduo e coletivo. Enquanto alguns membros podem manter vínculos mais frágeis e condicionais, outros se tornam “identificadores”, para os quais a saída do grupo é inconcebível, pois sua identidade pessoal está indissociavelmente ligada ao projeto político.

A tipologia das identidades apresentada no Quadro 2 permite compreender como os mandatos coletivos articulam diferentes camadas de identidade — pessoais, coletivas, verticais, horizontais e partidárias — que estruturam tanto sua ação política quanto suas dinâmicas internas. Essa matriz busca capturar como os coletivos produzem sentidos de pertencimento, legitimidade e autoridade representativa, elementos decisivos para sua sustentabilidade política.

Quadro 2 - Tipologia das identidades nos mandatos coletivos

Identidade	Definição	Mandatos coletivos
Pessoal	Conexão intertemporal do sujeito entre seus “eus” passados, presentes e futuros.	Reconhecimento das trajetórias individuais dentro do coletivo; risco de ruptura quando o eu presente não se sente valorizado.
Coletiva	Unidade construída por um círculo de reconhecimento estável que unifica os membros sob uma única identidade.	Estabilidade do “nós”, onde cada ação individual representa o grupo; comunicação conjunta e despersonalização do mandato.
Vertical	Vínculo com futuros “eus” e com a institucionalidade formal.	Projeto político do mandato ao longo prazo; criação da marca e estratégias eleitorais futuras
Horizontal	Relações interpessoais e simétricas entre diferentes membros.	Construção coletiva (assessoria; Grupos de trabalhos; conselhos políticos, interação com movimentos sociais)
Partidária	Identidade vinculada ao círculo de reconhecimento ampliado.	O partido legítima ou limita os mandatos coletivos; fornece pertencimento, mas também impõe tensões organizativas.

Elaboração própria (2025)

A tipologia proposta organiza as identidades dos mandatos coletivos a partir de uma lógica hierárquica, na qual a dimensão coletiva ocupa o núcleo estruturante, enquanto as demais dimensões operam de forma periférica, sustentando, tensionando e modulando essa centralidade.

A dimensão pessoal refere-se à conexão intertemporal que cada integrante estabelece entre seus “eus” passados, presentes e futuros, articulando trajetórias, expectativas e projetos de continuidade. Ainda que relevante, essa dimensão não constitui o eixo organizador do mandato, sendo incorporada de maneira subordinada à identidade coletiva. Sua importância reside em evidenciar que a coesão do grupo depende da capacidade de acomodar diferentes biografias e sentidos subjetivos de pertencimento, ainda que tais elementos não se sobreponham ao “nós” coletivo.

No centro da tipologia, a dimensão coletiva diz respeito à construção de uma unidade política fundada em um círculo de reconhecimento estável, capaz de unificar os co-parlamentares sob uma identidade compartilhada. Trata-se da afirmação de um sujeito coletivo, no qual as ações individuais são continuamente rearticuladas como expressão do grupo. Nesse sentido, a identidade coletiva não é apenas uma dimensão entre outras, mas o princípio normativo e organizador do mandato, orientando práticas, discursos e formas de apresentação pública.

As dimensões vertical e horizontal, por sua vez, configuram desdobramentos dessa centralidade. A dimensão vertical refere-se à projeção do mandato no tempo e na institucionalidade, envolvendo a construção de um projeto político de longo prazo, a consolidação de uma marca coletiva e a definição de estratégias eleitorais futuras. Já a dimensão horizontal se materializa nas práticas cotidianas de funcionamento interno, como a atuação conjunta com assessorias, a organização em grupos de trabalho, a participação em conselhos políticos e a interação com movimentos sociais. Ambas são atravessadas pelas dinâmicas de reconhecimento e visibilidade internas, mas permanecem orientadas pela primazia da identidade coletiva.

Por fim, a dimensão partidária insere o mandato coletivo em um círculo de reconhecimento ampliado, vinculado às estruturas formais dos partidos políticos. Essa dimensão fornece recursos, legitimidade e enquadramento organizativo, ao mesmo tempo em que estabelece limites e mediações à autonomia do coletivo. Assim, a relação com o partido não substitui a identidade coletiva, mas a condiciona e a reconfigura em contextos institucionais mais amplos.

Dessa forma, a consolidação de uma identidade política unificada nos mandatos coletivos depende da capacidade de articular essas diferentes dimensões em torno de um núcleo coletivo predominante. Esse processo implica não apenas práticas internas de coordenação, mas também um movimento mais amplo de institucionalização, no qual partidos políticos reconheçam e incorporem essas experiências sem diluir sua especificidade, criando mecanismos duradouros de integração entre a lógica coletiva dos mandatos e as estruturas organizacionais da política representativa.

O diálogo entre essas diferentes perspectivas permite compreender que os mandatos coletivos enfrentam dilemas de ação coletiva que não podem ser reduzidos apenas ao cálculo racional dos custos e benefícios. Eles envolvem também a criação de regras, a construção de confiança, a lealdade entre os membros e a produção de identidades políticas. Para que todos os integrantes do mandato coletivo acreditem no resultado da ação coletiva, contribuindo igualitariamente, é necessário que existam regras e acordos que tornem os interesses comum alinhados, caso isso não ocorra os atores envolvidos passam a ser motivados ou desmotivados por interesses individuais, levando os indivíduos a competirem entre si e não se engajarem para um resultado comum.

No plano organizacional, os mandatos coletivos operam em um campo tensionado por racionalidades distintas. O alinhamento organizacional em um mandato coletivo, abrange regras formais e informais, novas formas de comunicação, mecanismos de monitoramento e a divisão de custos e benefícios (Quadros; Secchi; Cavalheiro, 2021) que são usados como repertórios institucionais

Algumas experiências incluíam a divisão salarial, tentativa de uma visibilidade equitativa em atividades legislativas como representações em conselhos, comissões e frentes parlamentares, que muitas vezes eram acompanhados dos co-vereadores que podiam ser ouvintes, e em alguns momentos, representar o próprio parlamentar eleito em audiências públicas, reuniões ampliadas, entrevistas públicas, atos e manifestações (Campos; 2022; Almeida; 2023; Almeida, Andujas; 2023). Além disso, existe uma capacidade adaptativa dos mandatos coletivos ao ambiente institucional, que corresponde à habilidade do coletivo de aprender e inovar e a construir um modelo por meio do método de tentativa e erro, ajustando os repertórios institucionais e eleitorais de acordo com o cenário político.

Sendo assim, o eixo interno dos mandatos coletivos envolve tanto o alinhamento organizacional quanto a construção de identidades políticas, enquanto o eixo externo abrange a capacidade adaptativa e os repertórios institucionais e eleitorais mobilizados pelos co-parlamentares. Quadro 3 sintetiza o modelo analítico adotado para responder à pergunta central da pesquisa: como os mandatos coletivos lidam com a diversidade interna e reconfiguram práticas institucionais e eleitorais e a operacionalizar as hipóteses propostas. Portanto, a estrutura organiza-se em dois eixos principais: interno e externo, que correspondem, respectivamente, às dimensões de funcionamento organizativo e às estratégias de inserção institucional e eleitoral dos mandatos coletivos.

Quadro 3 - Eixos da ação e dimensões analíticas

Eixo da Ação	Dimensão	Fundamentação Teórica	Descrição
Interna	Alinhamento organizacional	Ostrom (1990; 1997); Panebianco (2005)	Regras formais e informais, comunicação interna, divisão de funções, divisão de custos e benefícios.

	Identidades coletivas	Hirschman (1973; 1983); Pizzorno (1985; 1987; 1988); Touraine (1985; 1988); Melucci (2001)	Relações de reconhecimento, lealdade e pertencimento ao mandato e ao partido; construção de identidade coletiva.
Externa	Repertórios institucionais e eleitorais	Tarrow (2005); Almeida; Luchmann (2022) Almeida (2024)	Estratégias de atuação no legislativo e de legitimação eleitoral coletiva; transparência, construção de novas lideranças.

Fonte: Elaboração própria (2025)

No eixo interno, as dimensões de alinhamento organizacional e identidade política permitem observar como os grupos estruturam regras de funcionamento, divisão de funções e mecanismos de tomada de decisão (Ostrom, 1990; 1997; Panebianco, 2005), enfrentando os dilemas clássicos de coordenação da ação coletiva, bem como as formas de reconhecimento, lealdade e pertencimento que sustentam a coesão e a identidade do coletivo (Hirschman, 1973; Pizzorno, 1985; Touraine, 1988; Melucci, 2001). Essas dimensões se articulam diretamente às hipóteses H1 e H2, que tratam, respectivamente, da coordenação interna como condição de viabilidade da ação coletiva e das assimetrias de visibilidade e reconhecimento na formação das identidades políticas dos mandatos coletivos, que se interrelacionam entre si.

Já o eixo externo, que é condicionado pelas variáveis organizativas e da formação da identidade política, que compõe eixo interno, refere-se aos repertórios institucionais e eleitorais mobilizados pelos mandatos coletivos, abrangendo estratégias de atuação legislativa, transparência e construção de legitimidade pública e partidária (Tarrow, 2005; Panebianco, 2005; Almeida; Luchmann, 2022; Almeida, 2024). Essa dimensão dialoga com a hipótese H3, ao analisar a atuação coletiva dentro do legislativo, a relação partidária e a arena eleitoral como fatores centrais para a sustentabilidade política dessas experiências.

Em conjunto, os dois eixos compõem um modelo analítico integrado, no qual a organização interna e a construção de identidades políticas condicionam a capacidade de adaptação institucional e eleitoral dos mandatos coletivos.

CAPÍTULO 2 – PSOL, TENDÊNCIAS PARTIDÁRIAS E MANDATOS COLETIVOS

A consolidação dos mandatos coletivos no Brasil não pode ser compreendida sem considerar o ambiente partidário de onde surgem essas experiências, juntamente com as dinâmicas organizativas que as sustentam e os conflitos internos que moldam suas formas de institucionalização. No caso do PSOL, essas experiências emergem em uma arena, marcada simultaneamente pela interação com movimentos sociais e pela presença de múltiplas tendências partidárias. Isso faz com que a identidade política do próprio partido seja produto de disputas entre projetos políticos internos, o que favorece um ambiente aberto aos modelos experimentais de participação e representação política, ao mesmo tempo que é atravessado por tensões e dilemas próprios de um partido em processo de institucionalização.

Na primeira seção, apresentamos as principais teorias sobre organização partidária que permitem compreender a singularidade do PSOL como partido político composto por tendências internas e grupos independentes, destacando o papel das burocracias internas, dos incentivos seletivos, da disputa entre coalizões dominantes e dos processos de institucionalização que atravessam estruturas partidárias contemporâneas. Em seguida, reconstruímos a trajetória de formação, estruturação e reconfiguração interna do PSOL entre 2004 e 2025, mostrando como suas tendências internas e campos políticos não apenas moldam a identidade do partido, mas também formam o ambiente que deu origem a muitas das candidaturas coletivas analisadas.

Por fim, contextualizamos a ampliação das candidaturas e mandatos coletivos no Brasil em diálogo com experiências internacionais de inovação democrática e com o ciclo recente de reorganização política nacional. Nesse percurso, evidenciamos como o formato coletivo se difundiu como repertório eleitoral associado à ampliação da representação de mulheres, negras/os e movimentos urbanos, ao mesmo tempo em que enfrentou limites regulatórios e desafios de institucionalização no exercício parlamentar.

2.1 TEORIAS SOBRE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

O estudo da organização partidária contemporânea articula as teorias clássicas sobre burocratização e centralização do poder às transformações recentes que aproximam partidos políticos e movimentos sociais. Nas últimas décadas, a expansão

das tecnologias digitais, a pluralização das identidades políticas e a emergência de novas formas de participação têm tensionado as organizações políticas tradicionais, deslocando o foco de partidos como “máquinas eleitorais” para modelos híbridos que conjugam mobilização, ativismo e inserção institucional (Della Porta, 2017; Tarrow 2022).

É nesse cenário que se insere o PSOL, partido caracterizado pela presença de tendências internas e por uma militância fortemente vinculada a movimentos sociais (Oliveira, 2017; Gentil, 2018). A emergência dos mandatos coletivos no interior do partido evidencia essas tensões, uma vez que propõem novas formas de participação e representação política que desafiam a centralidade da figura individual do parlamentar e introduzem novos repertórios de ação política.

Para Duverger (1980), a distinção clássica entre partidos de quadros e de massas permanece útil para entender as diferentes formas de mobilização e organização. Partidos de quadros dependem do prestígio individual e de recursos concentrados, sendo orientados para disputas eleitorais; partidos de massas, por sua vez, requerem estruturas permanentes de mobilização com a base social. Tal distinção permite compreender fenômenos como a especialização das lideranças, a profissionalização das organizações partidárias e a importância das regras internas na coordenação do comportamento dos filiados.

A crítica de Michels (1982), expressa na chamada “lei de ferro da oligarquia”, evidencia que qualquer tentativa de democratização profunda enfrenta limites estruturais. À medida que se expandem, organizações partidárias tendem a desenvolver burocracias internas, concentrar autoridade em quadros especializados e reduzir a participação efetiva dos filiados. Essa tendência é relevante para o PSOL, que nasceu como alternativa anti-burocrática e defensor de formas horizontais de participação, mas que, ao longo do tempo, precisou estruturar órgãos internos, disciplinar tendências e adotar regras eleitorais internas, aproximando-se de padrões organizativos mais tradicionais.

A interpretação de Kirchheimer (1966) avança nessa discussão ao introduzir a noção de *catch-all party*, caracterizada por estratégias pragmáticas de captação de eleitores heterogêneos, campanhas personalizadas e programas flexíveis. Embora o PSOL não se encaixe plenamente nesse modelo por ainda preservar uma identidade ideológica, suas dinâmicas organizacionais e eleitorais são atravessadas pela lógica

mediática e pelas disputas internas por visibilidade parlamentar, recursos financeiros e espaços de decisão. A relevância das lideranças parlamentares, por exemplo, faz com que figuras públicas concentrem capitais políticos essenciais ao funcionamento partidário, tensionando o ideal de horizontalidade.

Essas perspectivas clássicas fornecem o pano de fundo para a análise contemporânea de Panebianco (2005), cuja teoria da organização partidária oferece categorias fundamentais para compreender a dinâmica interna do PSOL. O autor argumenta que partidos são estruturas que buscam permanentemente reduzir incertezas, estabilizar relações de poder e controlar recursos. Para o autor a institucionalização é:

a consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis (Panebianco, 2005 p. 36).

Sendo assim, o processo de institucionalização de uma organização política, pode ser entendido como a solidificação de regras, rotinas e papéis que estão diretamente relacionados ao projeto organizativo formulado pela coalizão dominante. Essa coalizão controla as zonas de maior incerteza, como o recrutamento de lideranças, os recursos financeiros, as relações com o ambiente externo, a comunicação interna e a definição das regras formais. Quanto maior o domínio das zonas de incerteza maior a capacidade de imposição do projeto coletivo.

A institucionalização depende tanto do grau de autonomia frente ao ambiente externo quanto da sistematicidade de sua atuação interna. Além disso, o autor lembra que a análise organizacional não pode se dissociar da gênese do partido, já que a forma como ele surge influencia suas trajetórias posteriores. Por isso, o autor propõe analisar a origem em três dimensões: (i) a forma de construção territorial que pode ocorrer por penetração, difusão ou mista, (ii) a existência de instituições que patrocinam os partidos e (iii) o papel do carisma fundacional ou situacional das lideranças.

Com a institucionalização se tem um salto de qualidade pois ocorre a incorporação de valores e objetivos fundadores do partido. A institucionalização organizativa pode ser medida ao longo de duas dimensões: o grau de autonomia do

ambiente que a organização se desenvolveu e o grau de interdependência entre as diversas partes da organização. Uma organização tem autonomia quando desenvolve a capacidade de controlar diretamente os processos de troca com o ambiente e se torna independente quando os recursos indispensáveis ao seu funcionamento são controlados externamente por outras organizações.

Dessa forma, uma institucionalização fraca geralmente resulta numa coalizão dominante pouco coesa (subdividida por facções), enquanto uma institucionalização forte gera uma coalizão dominante coesa (subdividida por tendências). Em outras palavras, uma institucionalização forte implica uma forte concentração do controle sobre as zonas de incerteza e, por conseguinte, sobre a distribuição dos incentivos organizativos. Uma institucionalização fraca implica dispersão do controle sobre zonas de incerteza e, portanto, ausência de um centro que monopolize a distribuição de incentivos.

Portanto, a estrutura das oportunidades varia conforme o grau ou nível de institucionalização em cada partido. Num partido com forte institucionalização, o recrutamento das elites tende a se realizar de forma centrípeta devido a existência de uma coalizão coesa. Trata-se então, de uma estrutura afunilada, cuja escala requer uma convergência vertical ao centro. Num partido com fraca institucionalização, ao contrário, o recrutamento das elites se realiza de forma centrífuga pois muitos grupos no vértice controlam importantes recursos de poder e têm condição de distribuir recursos organizativos.

No caso do PSOL, a presença de tendências relativamente autônomas cria campos de poder horizontal, reduzindo a centralização da coalizão dominante e favorecendo a convivência de projetos organizativos concorrentes. Além disso, a baixa institucionalização relativa do partido se expressa na fluidez dos incentivos seletivos, isto é, benefícios exclusivos a militantes, assessores, dirigentes e parlamentares. Os mandatos coletivos, ao distribuírem visibilidade pública e capital político entre ativistas, interferem diretamente no funcionamento desses incentivos seletivos e, portanto, na própria dinâmica organizativa do partido.

Essa relação é ainda mais evidente quando observamos que as candidaturas coletivas funcionam como repertórios eleitorais associados às tendências internas. Em muitos casos, grupos utilizam o formato coletivo como instrumento para ampliar sua presença no partido, disputar espaços de poder, agregar ativistas de diferentes

causas e criar alternativas competitivas à centralidade de lideranças já consolidadas. Nesse sentido, tais experiências não são apenas modelos inovadores de representação, mas mecanismos de competição interna das tendências partidárias e/ou coletivos independentes dentro do partido político. O formato coletivo também se torna funcional para atrair eleitores engajados em pautas de gênero, antirracistas e sociais, articulando repertórios de mobilização típicos de movimentos sociais com estratégias de disputa institucional (Almeida; 2023; Lopes, 2024).

É nesse ponto que a literatura sobre partidos-movimento se torna útil para interpretar o PSOL. Kitschelt (2006) e Della Porta et al. (2017) mostram que partidos com interação em movimentos sociais apresentam estruturas híbridas, nas quais convivem a lógica institucional-eleitoral e a lógica movimentalista baseada em participação, horizontalidade e democracia interna ampliada. Essa ambivalência gera tensões, especialmente em contextos de disputa por cargos legislativos, distribuição de assessorias e tomada de decisões estratégicas. O PSOL exemplifica esse modelo híbrido ao ser simultaneamente um partido de tendências, com forte disputa interna por direção e recursos, que também integra repertórios de luta de diversos movimentos sociais e coletivos políticos.

É a partir dessa chave interpretativa que a próxima sessão se dedica a reconstruir a trajetória do PSOL e a examinar sua estrutura interna, buscando compreender como sua origem, seus arranjos organizativos e seus mecanismos de funcionamento condicionam tanto o surgimento quanto os limites dessas experiências no interior do partido.

2.2 FUNDAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DINÂMICAS INTERNAS DO PSOL (2004–2025)

Desde sua fundação, o PSOL constituiu-se como uma experiência singular no sistema partidário brasileiro, combinando a crítica ao governo Lula e ao projeto do PT com a tentativa de reorganizar a esquerda socialista em bases programáticas mais rígidas. O processo de criação do partido atravessou diferentes momentos: primeiro, a expulsão de parlamentares que votaram contra a Reforma da Previdência de 2003²,

²A Reforma da Previdência de 2003 foi implementada durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e promoveu alterações centrais no regime previdenciário dos servidores públicos, como a instituição de teto para os benefícios, a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, e mudanças

como Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro e João Fontes³; depois, a formação da tendência Esquerda Socialista Democrática (ESD), que se torna o núcleo inicial da construção partidária; e, por fim, a coleta de assinaturas e a mobilização nacional que levaram ao registro legal do PSOL em 2005 (Gentil, 2017; Oliveira, 2018).

Esse percurso ocorre em meio a uma conjuntura turbulenta, marcada pelo escândalo do Mensalão e pela crise de legitimidade do sistema político, fatos que facilitaram a projeção pública do novo partido como alternativa crítica à esquerda. Como observam Gentil (2018) e Oliveira (2017), a ruptura não pode ser compreendida apenas como reação moral a um governo em crise, mas como expressão de tensões acumuladas dentro do PT, especialmente entre suas alas mais radicais e o projeto de moderação que se consolidava desde o início dos anos 2000.

Desde o início, o PSOL não nasce como um agrupamento homogêneo, mas como um partido que reconhece formalmente a existência de tendências organizadas. A pluralidade interna se expressa já na fase inicial, com a presença de correntes que vinham de tradições distintas do socialismo e do trotskismo, como o Movimento Esquerda Socialista (MES) de Luciana Genro, a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL) ao lado de dissidências menores e grupos independentes que buscavam reconstruir uma esquerda radical no país. Essa diversidade não apenas se manteve, como se aprofundou ao longo dos anos, acompanhando o crescimento do partido, sua entrada mais sistemática nas disputas eleitorais e seu enraizamento em diferentes movimentos sociais.

Entre 2004 e 2012, o PSOL vive um período de consolidação das correntes e formação dos primeiros campos internos mais amplos, capazes de organizar alianças estratégicas e disputas programáticas dentro do partido. Esse processo se intensifica no ciclo seguinte, entre 2012 e 2016, quando novas fusões e reorganizações dão origem a tendências como a Insurgência, criada a partir da unificação de setores do Enlace e CSOL. Ocorre também o crescimento do Fortalecer o PSOL, oriundo de divisões no Movimento de Unidade Socialista, enquanto a Ação Popular Socialista

nas regras de cálculo e reajuste das aposentadorias, com o objetivo de enfrentar o desequilíbrio fiscal e adequar o sistema às transformações demográficas e econômicas do país

³ Heloísa Helena (AL), Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE) foram parlamentares eleitos pelo Partido dos Trabalhadores que se destacaram por votar contra a Reforma da Previdência de 2003. Em razão da oposição pública à Emenda Constitucional nº 41/2003 e do descumprimento da orientação partidária, os quatro foram expulsos do PT ainda em 2003, processo que resultou, no ano seguinte, na fundação do PSOL.

(APS-CC) aumenta sua projeção nacional. Nesse período, dois grandes blocos passam a estruturar a correlação de forças: de um lado, a Unidade Socialista, que se torna majoritária; de outro, o chamado Bloco de Esquerda, reunindo MES, Insurgência, Resistência e outras correntes situadas mais à esquerda do espectro partidário. As disputas internas deixam de ser meramente de orientação ideológica e passam a envolver divergências sobre estratégias eleitorais, relação com o PT, atuação parlamentar e vínculos com movimentos sociais.

A crise política após o *impeachment* de Dilma Rousseff⁴ inaugurou um novo ciclo de fragmentação e recomposição dentro do PSOL. Tendências novas emergem, como o Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS), oriundo de uma dissidência do PSTU, que mais tarde formam a Resistência, enquanto rupturas internas na Insurgência originam organizações como a Subverta e a Comuna. Ao mesmo tempo, setores ligados ao Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e a movimentos urbanos populares tornam-se mais influentes, abrindo caminho para agrupamentos que, posteriormente, se articularam na tendência interna Revolução Solidária.

A partir de 2014, contudo, o PSOL entrou em uma fase de inflexão, marcada pela ampliação institucional, pelo fortalecimento de pautas urbanas, feministas, antirracistas e socioambientais e pela entrada de novos atores políticos que extrapolam o modelo clássico de tendências. Esse processo é inseparável da ascensão de Guilherme Boulos, principal figura política do MTST, como liderança nacional. Sua candidatura presidencial com a líder indígena Sônia Guajajara em 2018 transformou qualitativamente o lugar do PSOL no campo político, funcionando como porta de entrada para movimentos de envergadura nacional que até então orbitavam

⁴ O impeachment da presidenta Dilma Rousseff ocorreu em 2016, com base na acusação de crime de responsabilidade fiscal, especialmente a prática das chamadas *pedaladas fiscais* e a edição de decretos orçamentários sem autorização do Congresso Nacional. O processo foi iniciado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2015 e concluído no Senado Federal em agosto de 2016, resultando na perda do mandato presidencial, embora sem a suspensão de seus direitos políticos. O episódio é amplamente interpretado na literatura como um marco de profunda crise política e institucional, sendo caracterizado por parte dos analistas como um impeachment sem comprovação inequívoca de crime de responsabilidade. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016

a esquerda sem aderir formalmente a partidos, como o MTST ⁵e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).⁶

A partir de 2019, o partido vivencia um processo de reagrupamento que reorganiza profundamente seus campos internos. A Primavera Socialista surge como uma articulação principal sendo a tendência do presidente do partido, reunindo APS-CC e outras correntes, enquanto a Revolução Solidária se consolida como referência entre novos militantes e setores ligados às lutas urbanas com Guilherme Boulos como figura política principal. Em paralelo, o Bloco de Esquerda mantém sua estrutura própria, agora composto por Insurgência, Resistência, Subverta, Maloka Socialista, Rebelião Ecosocialista e coletivos independentes. Esse período também é marcado pela saída de correntes como a CST e a Esquerda Marxista, bem como pelo surgimento de forças ecosocialistas como a Centelhas e pela dissolução ou reconfiguração de grupos como a Comuna.

No ciclo mais recente, especialmente entre o 7º e o 8º Congressos do PSOL, a correlação interna passa a se organizar em torno de dois grandes campos: o PSOL de Todas as Lutas, majoritário é composto por dois campos: O PSOL Popular composto por Primavera Socialista, Revolução Solidária e agrupamentos regionais; e o PSOL Semente, formado Insurgência, Resistência e Subverta e o Bloco de Esquerda formada pelo MES e outras organizações.

As tendências cumprem papéis estruturais dentro do PSOL, formulando documentos, disputam direções, organizam coletivos de juventude como Juntos, RUA, Travessia ou Ecoar e atuam em bases sindicais e comunitárias conectadas a diferentes movimentos sociais e organizações sindicais como o CSP-Conluta e à InterSINDICAL. Essa dinâmica complexa confere ao partido um caráter pluralista e permanentemente tensionado, no qual a disputa política é institucionalizada e as decisões estratégicas resultam de equilíbrios continuamente renegociados.

⁵⁵ O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um movimento social urbano criado na década de 1990, voltado à luta pelo direito à moradia, à reforma urbana e ao acesso a políticas públicas nas periferias das grandes cidades brasileiras. Organizado principalmente por meio de ocupações de terrenos urbanos e mobilizações coletivas, o MTST ganhou maior projeção nacional a partir dos anos 2000 e, especialmente, na década de 2010, ao articular a ação direta com a incidência no debate público e institucional, tornando-se um ator relevante na relação entre movimentos sociais e política partidária à esquerda, em especial no diálogo com o PSOL.

⁶ A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é uma instância nacional de articulação do movimento indígena brasileiro, criada em 2005 com o objetivo de unificar a representação política dos povos indígenas, fortalecer a defesa de seus direitos territoriais, sociais e culturais e incidir sobre políticas públicas e arenas institucionais

Além das tendências oficialmente constituídas, o PSOL abriga as filiações democráticas formas de vinculação mais flexíveis que não se estruturam como correntes internas formais e não participam dos processos de tomada de decisão partidária. Nessa categoria se inserem organizações comunistas como o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes e a Liga Comunista. Assim, compreender o PSOL implica compreender também o funcionamento de suas tendências, grupos e filiados independentes que moldam tanto sua identidade quanto sua prática política.

Em um partido de tendências como o PSOL, as candidaturas coletivas costumam atuar como repertório eleitoral para manter ou ganhar espaço dentro do partido, dialogando com a corrente da qual faz parte, sendo por meio das correntes que ocorrem as negociações e alianças com demais correntes para formação de campos políticos dentro do partido. Os recursos discursivos e organizacionais utilizados pelas candidaturas coletivas mudam quando um coletivo se torna um mandato coletivo que atua como um repertório eleitoral, ao precisar se institucionalizar e se burocratizar para cumprir regras mais rígidas e assumir um modelo de organização interna com regras institucionais mais definidas na atuação política da atividade parlamentar do mandato que propõe ser coletivo.

Tendo isso em vista, é possível compreender as dinâmicas organizativas do PSOL como fortemente condicionadas por suas circunstâncias de origem. Conforme argumenta Panebianco (2005), a formação dos partidos políticos influenciou suas estratégias futuras, influenciando padrões de penetração territorial, a dependência de recursos externos e o papel desempenhado por lideranças carismáticas. No caso do PSOL, sua constituição a partir de uma dissidência parlamentar do PT, articulada à militância socialista organizada em tendências e ao ativismo urbano, contribuiu para a conformação de uma organização política de pluralismo interno acentuado e baixo grau de centralização, características que se mantêm ao longo de sua trajetória.

Esse padrão organizativo se reflete diretamente na forma como o partido se expande territorialmente. Ao longo de seus mais de vinte anos de existência, o PSOL apresentou uma penetração territorial desigual, com maior concentração em capitais e grandes centros urbanos, onde lideranças específicas e coletivos políticos locais desempenham papel decisivo. A consolidação regional do partido tende a ocorrer de maneira localizada em capitais, associada à projeção pública de figuras políticas

relevantes, sem que isso se traduza automaticamente em capilaridade territorial no interior dos estados.

Essa dinâmica é reforçada pelas condições materiais de funcionamento do partido. A dependência crescente de financiamento externo, especialmente por meio do fundo partidário e do fundo eleitoral, fortalece estratégias centradas em campanhas competitivas e mandatos parlamentares, em detrimento da construção gradual de estruturas locais permanentes. Embora o PSOL mantenha vínculos relevantes com movimentos sociais e coletivos políticos, seus incentivos organizacionais tendem a privilegiar a concentração de recursos em candidaturas com maior visibilidade pública, reforçando um padrão de expansão seletiva e territorialmente desigual.

Sendo assim, o papel do carisma situacional não se organiza em torno de um líder único, mas de um conjunto de figuras políticas que, em diferentes momentos, desempenham funções centrais na projeção do partido, juntamente com a emergência de novas lideranças oriundas de experiências como os mandatos coletivos. Essa combinação produz zonas recorrentes de incerteza organizacional, nas quais se abrem espaços para experimentações políticas e organizativas, como o surgimento as candidaturas e os mandatos coletivos dentro do partido, que operam simultaneamente como repertórios eleitorais e como instrumentos de disputa interna.

Na próxima seção examinamos o contexto internacional que favoreceu a difusão de repertórios inovadores de participação e representação, bem como os processos pelos quais essas experiências foram apropriadas, adaptadas e ampliadas no Brasil. Busca-se, assim, compreender de que maneira tendências a crise da representação, a aproximação entre partidos e movimentos sociais e a valorização de formas coletivas de ação política contribuíram para a proliferação das candidaturas e mandatos coletivos no cenário político brasileiro.

2.3 CONTEXTO INTERNACIONAL E AMPLIAÇÃO DAS CANDIDATURAS E MANDATOS COLETIVOS NO BRASIL

As experiências de candidaturas e mandatos coletivos no Brasil costumam ser interpretadas como parte de um “Movimento Municipalista Global”, que aposta na ocupação dos espaços institucionais para tornar a política mais democrática. Houveram iniciativas parecidas como Demoex na Suécia, o Estamos Listas, na

Colômbia; a Wikipolítica, no México; o Valparaíso Ciudadano, no Chile; e a Ciudad Futura, em Rosário, na Argentina (Fonseca, 2020). Muitas análises também mencionam o papel inspirador das propostas do Podemos em cidades como Madri e Barcelona, na Espanha.

Mesmo não integrando diretamente o escopo empírico desta pesquisa, consideramos que as iniciativas internacionais de inovação democrática são fundamentais para contextualizar a emergência de alternativas aos formatos tradicionais de representação. Essas experiências, desenvolvidas em diferentes países evidenciam o surgimento de práticas tecnopolíticas⁷ articuladas pela própria cidadania, orientadas por maior participação social, por mecanismos de democracia direta e por modelos organizativos horizontais, que são elementos característicos das sociedades em rede (Castells, 2017).

Uma das experiências pioneiras nesse campo foi a iniciativa sueca Direktdemokraterna/Demoex, criada em 2002. Originada como um experimento pedagógico em uma disciplina de “TI e Democracia”, coordenada pelo professor Per Norbäck, a proposta ganhou forma quando os estudantes identificaram a ausência de mecanismos que viabilizassem a democracia direta no plano institucional. A partir daí, o grupo constituiu um partido local, com o objetivo de oferecer um mandato inteiramente orientado por decisões tomadas online, abertas a qualquer cidadão interessado. A experiência tornou-se referência internacional por combinar representação parlamentar com deliberação digital contínua, antecipando debates que posteriormente influenciaram outras iniciativas de democracia digital (Chadwick, 2006; Coleman; Blumler, 2009).

Outra experiência significativa, também surgida na Suécia, foi o Partido Pirata. Formado em torno da agenda do livre compartilhamento de informação e de reformas no regime de direitos autorais, o partido consolidou-se por meio de intensa mobilização online e rapidamente obteve expressão institucional, elegendo representantes tanto no parlamento sueco quanto no Parlamento Europeu. A literatura frequentemente destaca o Partido Pirata como exemplo paradigmático de

⁷ O termo *tecnopolíticas* refere-se ao conjunto de práticas, estratégias e disputas políticas mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação, nas quais plataformas, algoritmos, redes sociais e dispositivos técnicos passam a integrar ativamente os processos de organização coletiva, mobilização, comunicação e produção de poder. No contexto contemporâneo, as tecnopolíticas reconfiguram a ação de movimentos sociais, campanhas eleitorais e a atuação de atores políticos, ampliando possibilidades de engajamento, mas também introduzindo novos mecanismos de controle, vigilância e assimetrias de poder.

“movimentos-laboratório”, nos quais ativistas testam modelos organizativos híbridos que combinam cultura digital, tecnopolítica e institucionalidade tradicional (Mercer, 2019; della porta; Russo, 2019).

Na Itália, o Movimento 5 Stelle (M5S) emergiu como uma lista cívica anti-establishment que posteriormente se transformou em partido político. Com forte uso de plataformas digitais, o M5S incentivava filiados e simpatizantes a organizarem núcleos territoriais e a participarem de deliberações mediadas pela internet. Na América Latina, destaca-se a criação do DemocracyOS na Argentina, em 2012, que posteriormente deu origem ao Partido de la Red. Inicialmente concebida como uma plataforma para ampliar a intervenção cidadã na análise de projetos legislativos, permitindo comentários, revisões e votos simbólicos, a iniciativa buscava transformar participação digital em influência política real (Santos, 2023).

No caso espanhol, o ciclo de mobilizações do Movimento 15M ⁸abriu espaço para o surgimento do Podemos⁹, cuja trajetória ilustra de maneira contundente a capacidade de movimentos conectados em rede de converter a indignação social em articulação institucional eficaz (Castells, 2017). O partido investiu fortemente no uso de plataformas digitais e construiu espaços híbridos de deliberação, como o Plaza Podemos, que permitiam o debate e a formulação coletiva de propostas em larga escala.

Em conjunto, essas iniciativas ilustram como diferentes sociedades têm desenvolvido mecanismos para ampliar a participação cidadã, incorporar tecnologias digitais e testar modelos organizacionais mais horizontais. Ao articular cultura digital, ativismo em rede e institucionalidade, esses projetos antecipam debates centrais para a compreensão dos mandatos coletivos contemporâneos, especialmente no que diz respeito à redistribuição de autoridade decisória, à construção de legitimidade participativa e à experimentação de novas formas de representação política.

No Brasil, surgiram a partir de 2016 alguns movimentos de renovação política que passaram a se difundir pelo país, combinando repertórios eleitorais diversos.

⁸ O Movimento 15M, também conhecido como *Movimento dos Indignados*, emergiu na Espanha em maio de 2011 a partir de mobilizações massivas contra o desemprego, a precarização do trabalho, as políticas de austeridade e a crise de representação política.

⁹ Podemos é um partido político espanhol fundado em 2014, no contexto das mobilizações do movimento dos *Indignados* (15-M), que emergiu em resposta à crise econômica, à austeridade e à deslegitimação do sistema político tradicional. De orientação à esquerda, o partido combina críticas ao neoliberalismo com a defesa da democracia participativa e de novos mecanismos de representação política

Alguns coletivos optaram por alianças com partidos, enquanto outros buscaram formação política em programas como o Acredito, RenovaBR, RAPS, MBL e Livres (Moura, 2022) articulando treinamento de ativistas, juntamente com o lançamento de candidaturas coletivas (Almeida; Luchmann, 2021), que tiveram um grande aumento nas eleições municipais de 2020.

Essas iniciativas não emergiram apenas de partidos de esquerda, que historicamente apresentaram maior abertura à interlocução com movimentos sociais. Agremiações de diferentes espectros ideológicos se fazem presentes na sociedade civil brasileira, articulando-se por meio de sindicatos, associações profissionais, organizações religiosas e coletivos culturais (Rodrigues, 2021). Essa capilaridade também se expressa no campo da direita, onde emergem experiências de renovação política que buscam reconfigurar práticas organizativas e estratégias de mobilização (Almeida, 2024).

Experiências contemporâneas de direita, particularmente aquelas vinculadas a movimentos de extrema direita, têm mobilizado táticas intersetoriais que combinam repertórios digitais, engajamento comunitário e ativação de redes associativas para ampliar sua presença institucional (Kitschelt, 2006). Essas organizações, ainda que nem sempre se apresentem diretamente como competidoras eleitorais, influenciam o jogo político por meio da projeção de lideranças próprias como candidaturas, do apoio estratégico a postulantes alinhados às suas agendas (Dias, von Bülow e Gobbi, 2021; Guasti e Almeida, 2019), e da ativação de recursos organizacionais inovadores. Esse processo evidencia que a renovação política à direita não se limita à criação de novas siglas ou ao surgimento de lideranças outsiders, mas envolve a reconfiguração de ecossistemas organizacionais, nos quais movimentos, *think tanks*, coletivos digitais e partidos passam a interagir entre si.

Nesse contexto, o número de candidaturas coletivas cresceu significativamente em 2020, chegando a 313 registros identificados por Secchi e Leal (2020) para a vereança, e 215 para cargos legislativos em nível federal, estadual e distrital em 2022, sendo o PSOL o partido com maior número de casos, responsável também pelas duas experiências eleitas, a Bancada Feminista e o Movimento das Pretas (Lopes, 2024). Na eleição de 2024, foram mapeadas 349 candidaturas coletivas, com êxito de 23 mandatos eleitos.

Apesar do crescimento, essas experiências coletivas ainda enfrentam

desafios na regulação institucional. A Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 379/2017 buscava autorizar constitucionalmente o mandato coletivo e diversos projetos de lei, como o PL nº 4.475/2020, o PL nº 4.724/2020 propuseram estabelecer regras para registro, propaganda eleitoral e exercício do mandato coletivo (Brasil, 2021; Magarian, 2023). Entre 2021 e 2023, a Frente Nacional de Mandatos e Mandatos Coletivos (FNMMC) lançou manifesto em defesa dessas iniciativas e buscou o reconhecimento do arranjo pelo TSE, evidenciando a crescente inserção dessas candidaturas na agenda institucional brasileira. Entretanto, a apresentação da emenda à minirreforma eleitoral (PL nº 4.438/2023) pela Câmara dos Deputados buscava proibir formalmente as candidaturas coletivas, com parlamentares alegando suposto “estelionato eleitoral” e questionando a interferência do Judiciário na regulamentação indireta dessas candidaturas (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b; Brasil, 2023c). Apesar disso, a Resolução nº 23.675 do TSE (2021) seguiu autorizando o coletivo no nome de urna, associando a candidatura ao grupo político.

Nesse cenário de proliferação e diversificação das experiências de candidaturas coletivas e mandatos coletivos no país, diferentes partidos incorporaram essa forma de participação e representação política às suas estratégias eleitorais. Embora legendas como PT, PV, Rede, PSB e PDT tenham registrado iniciativas pontuais, com dinâmicas locais e coletivos específicos, com candidaturas coletivas de outros espectros políticos como centro e direita (Almeida; Andujas, 2023; Almeida, 2024; Lopes; 2024; Andujas; Lopes, 2025). No PSOL, esse formato ganha maior consistência organizativa e densidade política. O partido não apenas concentrou o maior número de registros e vitórias nas eleições municipais, como também foi o único a eleger experiências em nível estadual, influenciando diretamente o surgimento de novas candidaturas no nível local em 2022 e 2024.

Diante disso, para compreender de maneira comparativa como se conformam esses mandatos eleitos pelo PSOL em 2020, suas origens, tipos de coletivos, formas de coordenação, formação de identidade política e repertórios institucionais e eleitorais, apresentamos a seguir o quadro 4 com suas principais características dos integrantes dos mandatos coletivos eleitos pelo partido, que sintetiza o conjunto dessas experiências e permite visualizar padrões e diferenças internas. Nas capitais foram eleitos: Bancada Feminista, Quilombo Periférico, Nossa Cara, Pretas por Salvador e Coletiva Bem Viver. No interior paulista, foram eleitos os coletivos Mulheres

por + Direitos em São Caetano do Sul e o Ativoz em Osasco, Todas as Vozes em Ribeirão Preto e o mandato compartilhado do Djalma Nery em São Carlos, representado por Djalma Nery. No Paraná, foi eleito o Mandato Coletivo do PSOL em Ponta Grossa.

Quadro 4 – Mandatos coletivos eleitos pelo PSOL em 2020

MANDATO COLETIVO	GÊNERO	RAÇA	ESCOLARIDADE	CIDADE
Nossa Cara	Feminino	Preta	Superior completo	Fortaleza-CE
	Feminino	Preta	Superior completo	
	Feminino	Preta	Superior incompleto	
Pretas por Salvador	Feminino	Preta	Superior completo	Salvador-BA
	Feminino	Preta	Superior incompleto	
	Feminino	Preta	Superior completo	
Bancada Feminista	Feminino	Branca	Superior Completo	São Paulo -SP
	Feminino	Parda	Superior Completo	
	Feminino	Preta	Superior Completo	
	Feminino	Branca	Superior Completo	
	Feminino	Preta	Superior Completo	
Todas as Vozes	Masculino	Preta	Superior completo	Ribeirão Preto-SP
	Feminino	Preta	Superior completo	
	Feminino	Preta	Ensino Médio completo	
	Feminino	Branca	Superior completo	
	Feminino	Branca	Superior completo	
	Feminino	Preta	Superior completo	
	Feminino	Branca	Superior completo	
	Feminino	Branca	Superior completo	
	Feminino	Preta	Superior completo	
Mulheres por + Direitos	Feminino	Branca	Superior incompleto	São Caetano do Sul -SP
	Feminino	Branca	Superior completo	
	Feminino	indígena	Superior completo	
Ativoz	Feminino	Preta	Superior completo	Osasco -SP
	Masculino	Preta	Superior completo	
	Feminino	Preta	Superior completo	
	Feminino	Branca	Superior completo	
	Masculino	Branca	Superior completo	
	Feminino	Preta	Superior incompleto	
Mandato Coletivo do PSOL	Feminino	Branca	Superior completo	Ponta Grossa - PR
	Feminino	Parda	Superior completo	
	Masculino	Branca	Superior completo	
	Masculino	Branca	Superior completo	

Coletiva Bem Viver	Feminino	Branca	Superior completo	Florianópolis - SC
	Feminino	Indígena	Superior completo	
	Feminino	Branca	Superior incompleto	
	Feminino	Preta	Superior incompleto	
	Feminino	Preta	Superior completo	
Mandato Popular Coletivo	Masculino	Branca	Superior completo	São Carlos -SP
	Masculino	Branca	Superior completo	
	Masculino	Branca	Superior completo	
	Feminino	Parda	Superior incompleto	
	Feminino	Preta	Superior incompleto	
	Feminino	Preta	Superior incompleto	
	Masculino	Branca	Superior completo	
	Masculino	Parda	Superior completo	
	Feminino	Branca	Superior completo	
	Feminino	Branca	Superior completo	
	Masculino	Branca	Superior completo	
Mandata Bem Viver	Feminino	Branca	Superior completo	Florianópolis - SC
	Feminino	Indígena	Ensino Médio completo	
	Feminino	Branca	Ensino Médio completo	
	Feminino	Preta	Superior incompleto	
	Feminino	Preta	Ensino Médio completo	

Fonte: Elaboração própria com dados dos questionários (2023)

Dos dez mandatos coletivos, cinco deles em capitais: dois em São Paulo, e um em Fortaleza, Salvador e Florianópolis com articulações distintas. Alguns coletivos se formaram por meio de tendências internas do próprio partido, e posteriormente houve desdobramentos e migração para formas de organização distintas, atendendo os limites institucionais em relação à interação partidária e atuação coletiva no legislativo. Outros vieram de coletivos externos sendo compostos por ativistas de diferentes segmentos que se uniram por uma pauta em comum, sendo compostos por ativistas e/ou militantes de coletivos, movimentos e/ou organizações diversas que tinham a pauta antirracista como principal. que juntamente com os demais mandatos eleitos formaram a Frente Nacional dos Mandatos e Mandatos Coletivos (FNMMC), com objetivo de trocar de experiências.

A maioria das candidaturas coletivas surgiram como demanda por uma maior representação de alguns grupos políticos, devido à baixa representação das mulheres na política brasileira, que atualmente ainda ocupam cerca de 17% dos assentos nas

Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, e apenas cerca de 7% sejam mulheres negras, mesmo as mulheres sendo mais de 50% da população do país.

De acordo com o censo de 2022, e da sub-representação de pretos e pardos no legislativo em um país de maioria negra (56%) (Campos; Machado, 2020). Sendo que a maioria dos mandatos eleitos são representados por mulheres, e muitos compostos apenas por mulheres (Andujas, 2022; Andujas 2024a; Andujas 2024b). Entretanto, houve desafios e dilemas da ação coletiva enfrentada por estes mandatos como repertório eleitoral e institucional, tendo em vista os conflitos na articulação da representação eleitoral, não eleitoral, participativa, coletiva com movimentos sociais (Almeida, 2023).

Além disso, algumas candidaturas coletivas do PSOL, que ficaram como suplentes em 2020, assumiram em 2023, quando vereadores do partido foram eleitos para cargos do nível estadual ou federal, ou por motivos de renúncia ou cassação. E outros mandatos coletivos que assumiram no esquema de rodízio, que permite que os suplentes assumam o mandato por um mês ou mais. Alguns vereadores assumiram a partir de 2023, e disputaram a eleição em 2020, por meio de candidaturas coletivas. Com exceção de um caso, os demais mandatos coletivos não mantiveram a composição da candidatura. Em três municípios, apenas a titular do mandato atua como parlamentar, nos outros casos apenas parte dos integrantes do coletivo estão presentes no mandato.

No plano eleitoral, os dados de 2024 reforçaram a relevância do modelo. Das 90 candidaturas coletivas lançadas em São Paulo, sete foram eleitas, quatro reeleitas, com destaque aos mandatos coletivos que mantiveram sua composição original. Experiências semelhantes de reeleição por outros partidos com a manutenção da composição foram observadas, evidenciando que a sustentabilidade do mandato coletivo está associada à manutenção das composições da candidatura coletiva formadas antes da campanha eleitoral. Ainda em 2024, surgiram novos mandatos coletivos em municípios do interior, em diferentes espectros partidários.

Esses dados demonstram que, apesar da expansão dos mandatos coletivos e compartilhados no Brasil, persistem desafios institucionais, legais e organizativos, exigindo maior regulamentação, acompanhamento legislativo e estratégias internas para a manutenção da coesão e da efetividade da representação coletiva no contexto parlamentar. Assim, observa-se que os mandatos coletivos emergem não apenas

como uma inovação eleitoral, mas como síntese de processos históricos mais amplos de transformação da ação coletiva no Brasil e no mundo. São resultado da trajetória de aproximação e distanciamento entre movimentos sociais e Estado, da difusão de repertórios de ação coletiva e da busca por novas práticas de participação e representação.

Apesar das inovações dos mandatos coletivos enquanto repertório eleitoral, existem limites práticos e desafios decorrentes da ausência de regulamentação legal no Brasil, como a exigência de que as candidaturas sejam registradas em nome de uma única pessoa e que os mandatos também sejam assumidos por um único parlamentar eleito. Dos mandatos eleitos em 2020, seis destes mandatos não mantiveram a exata composição de candidatura coletiva apresentada na campanha eleitoral, sendo que dois mantiveram apenas o porta-voz presente na chapa coletiva durante a campanha eleitoral. E dos que ficaram como suplentes em 2020 e assumiram a vereança em 2022, poucos mantiveram o formato inicial e dois foram assumidos apenas pela parlamentar eleita. A análise desses mandatos, portanto, será conduzida a partir das categorias de análise sobre o alinhamento organizacional e a formação da identidade política dos mandatos coletivos proposto no primeiro capítulo, que iluminam seus potenciais, contradições e limites enquanto formas emergentes de atuação política.

CAPÍTULO 3 – O EIXO INTERNO DOS MANDATOS COLETIVOS: ALINHAMENTO ORGANIZACIONAL E IDENTIDADE POLÍTICA

Este capítulo analisa o alinhamento organizacional e a formação da identidade política dos mandatos coletivos eleitos pelo PSOL em 2020, tomando como ponto de partida o funcionamento do gabinete parlamentar e a construção do projeto político do mandato coletivo. A partir da análise empírica de entrevistas semiestruturadas realizadas com co-vereadoras e dirigentes partidários, o objetivo é compreender como os mandatos coletivos estruturam sua organização interna, constroem regras próprias de decisão, produzem confiança e administram tensões ocasionadas com a tentativa de deslocar a representação individual para o coletivo em um ambiente que reconhece somente um parlamentar eleito.

Os mandatos coletivos operam em um ambiente institucional desenhado para a representação individual, no qual prerrogativas legais, recursos materiais e autoridade política são concentrados em “um único CPF”, como mencionado por muitas co-vereadoras entrevistadas. Esse descompasso entre a proposta coletiva e a prática institucional do legislativo impõe desafios sobre o alinhamento organizacional. A sustentação do mandato coletivo depende da capacidade de seus integrantes de construir acordos, rotinas e mecanismos de mediação que permitam organizar a ação coletiva ao longo do exercício parlamentar.

A análise empírica evidencia que essa coordenação interna precisa ser construída no cotidiano do mandato, a partir de variáveis organizacionais como o tamanho dos gabinetes, a heterogeneidade das trajetórias militantes, os vínculos com organizações partidárias e movimentos sociais, as regras de decisão em uso, os fluxos de comunicação e os critérios de distribuição de custos e benefícios. Nesse sentido, o capítulo testa a hipótese de que a continuidade dos mandatos coletivos depende da construção de formas relativamente estáveis de coordenação interna, capazes de administrar conflitos, reduzir incertezas e sustentar a cooperação ao longo do tempo.

A análise mostra como identidades pessoais, coletivas e partidárias se sobrepõem e se tensionam no interior desses mandatos, influenciando tanto a coesão interna quanto a forma como a experiência coletiva é projetada publicamente. Em um contexto institucional que concentra visibilidade e autoridade na figura da porta-voz formal, a identidade política do mandato coletivo precisa ser continuamente reafirmada por meio de práticas organizativas, estratégias comunicacionais e acordos

políticos internos, o que evidencia como desigualdades de poder podem emergir mesmo em experiências que se reivindicam horizontais.

Ao articular o alinhamento organizacional e a identidade política, argumentamos que os mandatos coletivos devem ser compreendidos como experiências organizativas complexas, cuja estabilidade não decorre automaticamente da afinidade ideológica ou da articulação política da pluralidade de trajetórias que os compõem. A diversidade interna aparece simultaneamente como potência política e como fator de instabilidade, exigindo investimentos constantes em coordenação, mediação e construção de identidade política. A análise evidencia, assim, que a sustentação do mandato coletivo depende menos da promessa normativa da coletividade e mais da capacidade de transformar essa diversidade em arranjos organizativos e de identidade política minimamente estáveis, capazes de operar sob os constrangimentos institucionais.

3.1 O ALINHAMENTO ORGANIZACIONAL NOS MANDATOS COLETIVOS

Nesta seção realizamos uma análise empírica das variáveis organizativas dos mandatos coletivos, a partir de uma análise de conteúdo interpretativa das entrevistas semiestruturadas com co-vereadoras eleitas em 2020 pelo PSOL. Cada uma dessas variáveis será explorada em seções específicas do capítulo, buscando compreender de que maneira os mandatos coletivos estruturam sua organização interna, produzem regras próprias, constroem confiança e mecanismos de monitoramento e, por fim, lidam com a distribuição de custos e benefícios. Entre elas, destacam-se o tamanho do grupo, a heterogeneidade dos participantes, a dependência em relação aos benefícios obtidos, o alinhamento entre diferentes níveis organizacionais, os mecanismos de monitoramento e as informações disponíveis para todo o coletivo.

Nesse contexto, os métodos de tentativa e erro assumem papel central tanto no aprendizado de habilidades individuais quanto na construção de regras e procedimentos capazes de ampliar os retornos coletivos por meio da especialização, da coordenação e da troca mútua. Esses processos estão diretamente associados ao argumento formulado na hipótese 1, segundo o qual a sustentação dos mandatos coletivos depende da capacidade de seus integrantes de construir formas relativamente estáveis de coordenação interna. A comunicação no interior do grupo é fundamental para que os acordos estabelecidos sejam compreendidos e cumpridos,

favorecendo a produção de confiança, reciprocidade e reputação, enquanto o descumprimento tende a produzir efeitos negativos sobre a cooperação.

Um dos principais dilemas organizativos dos mandatos coletivos reside justamente na definição e no cumprimento de regras ao longo de todo o período do exercício parlamentar. A inovação organizacional ocorre, em grande medida, de forma incremental, por meio de um processo contínuo de tentativa e erro, no qual os coletivos ajustam seus arranjos internos às exigências do cotidiano institucional. Nesse ambiente, a consolidação de regras capazes de assegurar retornos cooperativos de longo prazo pode demandar extensos períodos de experimentação, revelando que a coordenação interna não é um dado inicial, mas um resultado político e organizativo a ser continuamente construído.

Ainda assim, a existência de regras previamente estabelecidas tende a favorecer a confiança na ação coletiva, ao reduzir a distribuição desigual de custos e benefícios que corrói a cooperação e enfraquece normas positivas. No entanto, a comunicação, por si só, nem sempre é suficiente para sustentar o mandato coletivo. Na ausência de compromissos efetivamente firmados e respeitados, a comunicação pode ser interpretada como estratégia de manipulação, por meio da qual alguns integrantes buscam induzir os demais à cooperação sem cumprir integralmente os acordos assumidos. Esse risco de assimetria interna se relaciona à hipótese 2, ao antecipar como desigualdades de poder, visibilidade e autoridade podem atravessar a dinâmica interna dos mandatos, mesmo em contextos que se reivindicam horizontais.

3.1.1 Organização interna

A organização interna dos mandatos coletivos pode ser compreendida como um campo de articulação entre os princípios horizontais e as restrições institucionais próprias do exercício parlamentar. Nesse sentido, a escolha do porta-voz, a centralização ou dispersão das funções, a presença ou ausência de mediações organizativas externas e os recursos materiais disponíveis ajudam para compreender os modos de funcionamento dos mandatos coletivos, bem como as tensões entre o ideal de horizontalidade e as exigências práticas da atuação institucional.

O funcionamento de cada mandato coletivo está diretamente relacionado à forma de coordenação, que pode ser mais ou menos centralizada, de acordo com a

posição do porta-voz, responsável por funções legislativas dentro da Câmara Municipal. A escolha do representante legal pode ocorrer por diferentes razões, como vínculos com movimentos sociais ou lideranças comunitárias. Como destacou uma integrante: *“O meu nome era um nome que tinha um enraizamento nas lutas mais ligadas à população mais vulnerável”* (Co-vereadora 01).

Em outros casos, o nome do porta-voz já estava sendo cotado pelo partido para uma candidatura individual, mas a articulação da tendência partidária com movimentos sociais resultou na opção por uma candidatura coletiva de mulheres. Uma co-vereadora explica: *“Meu próprio nome já estava, mas depois a gente percebeu que precisávamos ter uma disputa das mulheres, isso traria um grande diferencial aqui na cidade porque na época tínhamos uma mulher eleita na nossa Câmara”* (co-vereadora 06). Outra complementa: *“A galera que estava construindo comigo disse numa reunião de me lançar como candidata, daí eu disse: só se eu for com um mandato coletivo, não é? Uma coletiva de mulheres”* (Co-vereadora 04).

Experiências de campanhas anteriores e o número de votos alcançados também influenciaram a escolha da porta-voz, como indica a fala de uma co-vereadora: *“A gente faz um debate de que era importante que fosse o meu CPF, em razão até de tentar abarcar, uma perspectiva de tática eleitoral, de abarcar mais votos, de tentar estrategicamente utilizar um pouco isso”* (co-vereadora 06). A maior experiência e tempo de militância partidária também foi um fator determinante: *“Eu sou a única do coletivo que tinha uma vida partidária antes do PSOL, né?”* (co-vereadora 06).

Alguns mandatos coletivos não tinham uma perspectiva de vitória eleitoral, e mesmo os que a tinham contavam com pouca experiência dentro das Câmaras Municipais, como ressaltado: *“Porque gerir um mandato é uma coisa e coordenar uma campanha eleitoral é outra. E nós todos, a maioria de nós, somos da periferia, então, pouquíssima experiência, pouquíssima experiência mesmo”* (Co-vereadora 01). A fala ressalta as dificuldades encontradas em formar o gabinete parlamentar composto apenas por pessoas que construíram a candidatura, que vieram de movimentos, mas sem experiência profissional técnica.

O número de integrantes da chapa coletiva influenciava diretamente a forma de organização do mandato, assim como a quantidade de assessores disponíveis, que varia conforme o número de cadeiras em cada Câmara Municipal, geralmente

maior em capitais e cidades de grande porte. Na maior parte dos casos, os gabinetes parlamentares não contavam com um chefe de gabinete, sendo a coordenação geral compartilhada entre todas as co-vereadoras ou exercida por uma coordenadora vinculada a movimentos sociais ou ao partido político. Uma das integrantes ilustra essa lógica: *“O nosso gabinete só não tem chefe de gabinete [...] porque a gente entendeu que a gente se propôs a construir um outro modelo, que essa chefia de gabinete na nossa mandata não seria necessária”* (Co-vereadora 05). Trata-se de uma tentativa deliberada de estruturar a coordenação de forma horizontal, em contraposição ao padrão hierárquico tradicional dos gabinetes parlamentares.

A coordenação geral frequentemente envolvia assessores responsáveis pelos grupos de trabalho (GTTs) temáticos, bem como pela articulação, mobilização ou interlocução com movimentos sociais. Além disso, os mandatos coletivos promoviam reuniões gerais com toda a equipe, realizadas de forma sazonal, como estratégia de alinhamento político e organizativo. Em alguns casos, cada co-vereadora coordenava seu próprio GTT, de acordo com sua pauta central.

Em um dos mandatos, com a saída da porta-voz para atuar em outra organização política, houve uma reorganização do gabinete que, além dos GTs de comunicação, mobilização, jurídico e administrativo, estruturou comitês temáticos e duas frentes parlamentares nas áreas de assistência social e igualdade social. Nesse processo, estabeleceu-se a exigência que as principais forças políticas envolvidas no mandato estivessem representadas nos gabinetes, incluindo uma tendência interna partidária, que antes detinha o maior número de co-vereadoras e assessores, um movimento social recente com a porta-voz e novos contratados, e uma articulação indígena representada por uma co-vereadora e assessores vinculados a essa pauta.

Essa configuração produziu uma correlação de forças internas expressa em um conselho político responsável pelas principais deliberações do mandato. O conselho foi organizado de modo a garantir, no mínimo, uma representação de cada grupo: *“A gente tem três ou duas representações que participam das reuniões”* (Co-vereadora 08). Se anteriormente o conselho político era centralizado em um único coletivo partidário, com a reorganização o núcleo passou a ser configurado por esse conselho político.

A reorganização dessa experiência evidencia uma tentativa de articulação política interna ao mandato. No entanto, diferentemente de experiências em que as

tendências partidárias compartilham um mesmo campo político que favorece a construção de uma identidade coletiva coesa e o fortalecimento da identidade partidária, neste caso observa-se a presença de campos e forças políticas distintas, resultando em disputas internas e desarticulação. Essa heterogeneidade contribui para a fragmentação das pautas e para a dispersão das estratégias políticas e eleitorais, reflexo da ausência de um projeto comum capaz de sustentar a coesão do coletivo. Um dirigente sintetiza essa dinâmica ao afirmar:

“Porque quando as pessoas que representam dentro de um mandato coletivo que fazem parte de organizações, são as organizações que fecham os acordos, que dialogam, então o processo de ruptura não é um processo individual, se um mandato desse rompe você está rompendo uma dinâmica de aliança de organizações, já um mandato de ativistas ele se pauta pela lógica de um indivíduo. Então, a perspectiva de ele ter mais longevidade e continuidade é mais instável, porque os interesses individuais, as idiossincrasias de cada um, as individualidades elas vão em algum modo pujar de uma maneira que o convívio não fique tão simples.” (Dirigente 09)

A fala evidencia a centralidade das organizações políticas como mediadoras das relações internas nos mandatos coletivos. Quando o mandato é composto por integrantes vinculados à uma única tendência partidária, os conflitos e alianças são regulados por instâncias externas ao grupo, que operam como mecanismos de estabilidade e negociação. Já nos mandatos estruturados a partir de trajetórias individuais, militâncias autônomas e tendências partidárias, a ausência dessas mediações institucionais tende a ampliar a instabilidade e os impasses cotidianos, uma vez que as divergências se deslocam do projeto político coletivo para o plano pessoal e relacional.

Além disso, as co-vereadoras participavam de comissões parlamentares, geralmente com a presença de uma co-vereadora atuando como representante principal, e lideram frentes parlamentares em muitas ocasiões. Nesses espaços, as co-vereadoras representavam o mandato em diferentes funções como porta-voz, além de participar de audiências públicas, reuniões ampliadas e gabinetes itinerantes. Essa agenda externa é um elemento fundamental para a construção da legitimidade dentro do mandato coletivo e para o fortalecimento de sua representatividade junto aos movimentos sociais e às bases sociais, permitindo a atuação política para além da tribuna.

Por outro lado, essa ampliação da presença pública convive com dificuldades no cotidiano interno, especialmente na divisão das funções de assessoria. Em alguns casos apenas a porta-voz possuía assessoria formal para agenda externa e as demais co-vereadoras contratadas como assessoras precisam fazer sua agenda externa sem acompanhamento de uma assessoria, o que gerava assimetrias na distribuição das tarefas e dos recursos.

A ausência de uma coordenação institucionalizada e de critérios estáveis para a partilha das funções faz com que o trabalho dependa de acordos informais e da disposição individual para o diálogo e a cooperação para aproveitar as brechas institucionais. Existem mandatos que, devido a uma equipe de assessoria reduzida, precisam centralizar as tarefas nas funções do porta-voz, o que limita a capacidade de distribuir responsabilidades e de organizar o trabalho coletivo. Em contrapartida, Câmaras Municipais que dispõem de um número maior de assessores permitem uma divisão mais equilibrada, com a formação de grupos de trabalho temáticos e comitês voltados para áreas específicas da atuação parlamentar.

Essas tensões revelam um dos limites estruturais dos mandatos coletivos, com a dificuldade de sustentar, na prática cotidiana, o princípio de horizontalidade que orienta a proposta política do coletivo. Como resume uma co-vereadora:

“Para tocar um mandato, para tocar um mandato coletivo, precisa ter muito, muito jogo de cintura, muita habilidade para fazer todas as engenharias que eu falei para você. Há uma equipe que elabora, eu vou lá. Não pode ter ego. Não pode falar mais alto do que o coletivo. Então você tem que saber trabalhar muito bem isso. Tem que ter uma pessoa, talvez. Uma ou mais pessoas mais experientes, que tenham trajetórias do movimento social. Então assim. É, eu acho que exige para dar isso, principalmente isso, uma afinidade programática.” (Co-vereadora 12)

A coesão do mandato coletivo depende não apenas da estrutura organizativa, mas também de uma certa maturidade política, sustentada pela experiência acumulada em movimentos sociais e pela convergência programática entre as co-vereadoras. Grande parte dessas equipes é composta por ativistas e militantes que, mesmo inseridos na rotina institucional do gabinete, mantêm uma dupla militância, participando de protestos, manifestações, audiências públicas e reuniões ampliadas em nome do mandato.

Como podemos observar, a organização interna dos mandatos coletivos varia

significativamente conforme o contexto institucional, especialmente em razão do número de assessores disponíveis, que depende diretamente do porte da Câmara Municipal. Capitais e cidades grandes contam com estruturas maiores, o que permite a formação de grupos de trabalho temáticos e equipes especializadas. Em lugares como São Paulo, por exemplo, o volume de cargos disponíveis favorece um arranjo mais próximo do ideal de horizontalidade, pois possibilita distribuir funções, organizar equipes de trabalho e garantir que diferentes áreas do mandato sejam coordenadas e distribuídas dentro do coletivo.

Essa realidade contrasta com a vivida por mandatos situados em cidades médias e de interior ou mesmo em capitais menores, onde o número de assessores é reduzido e o gabinete funciona com limitações que dificultam um modelo realmente compartilhado. Nessas localidades, a escassez de equipe leva a uma centralização maior nas mãos da porta-voz, seja na articulação política externa, seja no acompanhamento das demandas legislativas cotidianas. Assim, mesmo quando existe a intenção de distribuir responsabilidades entre as co-vereadoras, as restrições materiais acabam criando hierarquias dentro do gabinete.

Uma dificuldade central aparece quando o mandato se vê obrigado a formar um gabinete apenas com integrantes da campanha ou militantes dos movimentos, sem experiência técnica prévia com o funcionamento legislativo. Isso exige um processo de aprendizagem no exercício do cargo e reforça a dependência da colaboração interna, especialmente nos gabinetes com menor número de assessoria. Onde há mais assessores, torna-se possível constituir GTs bem definidos, como comunicação, jurídico, mobilização, administrativo e áreas temáticas e até mesmo comitês com agendas específicas. Onde a equipe é menor, esses modelos são fragmentados ou inexistentes.

Quando diferentes forças políticas, em relação às tendências partidárias, movimentos sociais ou articulações temáticas compõem o mandato, o gabinete tende a refletir essa pluralidade. Em algumas experiências, isso levou à criação de conselhos políticos internos para equilibrar poderes e garantir representação mínima de cada grupo, funcionando como instâncias de deliberação coletiva. Quando os grupos possuem proximidade política e convergência programática, esse arranjo produz estabilidade e reforça a identidade política. Porém, quando a composição reúne campos distintos ou organizações que não compartilham o mesmo horizonte

político, resulta em fragmentação, disputas internas e dificuldades de coordenação.

Portanto, a ausência de mediações realizadas pelas tendências partidárias, conselhos políticos ou pelos próprios partidos políticos, que atuam como instâncias externas reguladoras aumenta a instabilidade dos mandatos construídos apenas ativistas individuais ou pertencentes às diferentes tendências internas. Nesses casos, conflitos deixam de ser estritamente políticos e passam a assumir dimensões relacionais e pessoais, o que agrava tensões e compromete a continuidade do projeto coletivo.

3.1.2 Heterogeneidade dos atores

A composição dos mandatos coletivos expressa uma profunda heterogeneidade de trajetórias, identidades e pertencimentos organizacionais. As co-parlamentares chegam ao espaço institucional não apenas como indivíduos, mas como representantes de coletivos políticos, movimentos sociais e tendências partidárias, carregando consigo repertórios, capitais militantes e redes de engajamento que moldam o projeto político do mandato. Essa pluralidade, ao mesmo tempo que amplia a potência representativa, introduz camadas de disputas internas que muitas vezes fragmentam a agenda política.

Entre os mandatos eleitos pelo PSOL em 2020, nota-se a presença tanto de experiências enraizadas em tendências partidárias formais, quanto de coletivos que não se vinculavam a nenhuma delas e tinham uma trajetória mais movimentista, marcada por articulações feministas, negras, periféricas e LGBTQIAPN+. Muitos desses grupos foram inspirados nas experiências pioneiras, que emergiram de dinâmicas organizativas centradas em movimentos de mulheres e do movimento negro, que buscavam criar candidaturas capazes de traduzir institucionalmente agendas historicamente negligenciadas (Campos, 2021; Campos, Matos, 2023).

Nesse sentido, a identidade pessoal das co-parlamentares não se resume a marcadores socioeconômicos e raciais, mas se inscreve em um processo de socialização militante com visões de mundo distintas. Há ativistas provenientes de movimentos de moradia, coletivos de juventude, organizações feministas e negras, coletivos estudantis, grupos anarquistas e autonomistas, entre outras matrizes ideológicas. Cada uma delas carrega expectativas diferenciadas sobre o papel da institucionalidade, a relação com o partido, os repertórios de ação legítimos e a

centralidade de certas pautas em detrimento de outras.

A pluralidade dessas trajetórias militantes marcou fortemente as campanhas, sobretudo porque muitas ocorreram durante a pandemia, deslocando plenárias, assembleias e reuniões de formulação programática para o ambiente virtual. Esses espaços funcionaram como arenas de deliberação, mas também como arenas de disputa, nas quais diferentes atores lutavam por prioridade na agenda, buscando projetar as demandas de suas bases nem sempre convergentes.

A presença de mulheres negras como porta-vozes reforça que a dimensão racial não constitui apenas um marcador identitário, mas um eixo estruturante do projeto político. Entretanto, como observa uma co-vereadora, *“a nossa própria identidade é diversa, mas também os movimentos sociais que a gente compõe são diversos”* (co-vereadora 6). A fala evidencia que a identidade política é sempre construída, nunca dada, e emerge de processos contínuos de negociação entre trajetórias individuais e pertencimentos coletivos heterogêneos. Essa tensão aparece de forma ainda mais nítida em experiências de perfil heterogêneo, que reúnem mulheres negras, brancas, pardas e indígenas. A convivência cotidiana dessas perspectivas distintas tende a revelar conflitos sobre prioridades, métodos e posições políticas.

Assim, a heterogeneidade interna constitui simultaneamente a força e a vulnerabilidade dos mandatos coletivos. De um lado, amplia a capacidade de interlocução com múltiplos segmentos sociais, permitindo abarcar agendas amplas e interseccionais. De outro, a coexistência de pertencimentos militantes distintos, muitas vezes acompanhados de lealdades externas ao mandato, como tendências partidárias, organizações da sociedade civil ou coletivos políticos gera disputas internas sobre prioridades, identidades políticas e estratégias de atuação. Quando não há mecanismos claros de mediação, coordenação e distribuição de tarefas, essas diferenças podem se transformar em fragmentação da agenda e conflitos sobre quem fala em nome do coletivo.

Essa dinâmica também aparece nos casos em que integrantes possuem trajetórias fortes e reconhecimento anterior à eleição. Como observa o dirigente 9, quando cada co-parlamentar já chega com capital político próprio, torna-se difícil estabilizar uma liderança interna, sobretudo num contexto em que as redes sociais introduzem critérios externos de valorização de número de seguidores, alcance e

engajamento. Esses indicadores redefinem a centralidade no interior do mandato e produzem uma espécie de competição simbólica, deslocando o foco do projeto coletivo para disputas personalistas sobre visibilidade e autoridade.

Dessa forma, a heterogeneidade que marca a composição dos mandatos coletivos opera como um vetor ambivalente ao mesmo tempo em que tensiona a coesão interna, constitui a principal fonte de inovação e densidade política desses modelos. A convivência entre trajetórias militantes distintas, repertórios institucionais e eleitorais diversos e identidades coletivas não apenas amplia o espectro de causas representadas, mas também produz um ambiente deliberativo mais complexo, no qual as agendas são constantemente reelaboradas. Nesse processo, a fragmentação pode se tornar um risco ou disfuncionalidade para sustentação do mandato; como também um mecanismo de ampliação de demandas, abrindo espaço para agendas políticas que dificilmente emergiram em estruturas parlamentares convencionais.

A potencialização das pautas, portanto, deriva da capacidade dos mandatos de articular demandas variadas e, em alguns casos, conflitantes, traduzindo-as em projetos legislativos. A presença simultânea de movimentos feministas, negros, LGBTQIAPN+, ambientalistas e estudantis contribui para produzir mandatos de interseccionais, capazes de conectar arenas historicamente separadas. Contudo, essa potência depende de modelos organizacionais capazes de manejar divergências internas e prevenir que a simultaneidade de prioridades se converta em dispersão estratégica. Quando não existem regras claras de coordenação e processos de tomada de decisão, a mesma diversidade que amplia a capacidade de agenda do mandato pode resultar em sobrecarga, paralisação ou mesmo fragmentação das relações internas.

Assim, a análise revela que heterogeneidade, fragmentação e potencialização das pautas não são dimensões dissociadas, mas aspectos constitutivos e interdependentes da experiência dos mandatos coletivos. O desafio central consiste, portanto, em transformar a diversidade interna em potência política compartilhada, evitando que a pluralidade se converta em fragmentação improdutiva e, ao mesmo tempo, preservando sua capacidade de abrir agendas políticas, tensionar estruturas e ampliar o alcance do projeto político que os originou.

3.1.3 Regras de decisão

A ausência de reconhecimento jurídico dos mandatos coletivos coloca no centro dessas experiências a questão das regras de decisão. Sem um enquadramento institucional que defina formalmente responsabilidades e competências, a sustentabilidade política depende da construção de mecanismos internos de deliberação, baseados em confiança, diálogo e acordos bem definidos. Conforme relatam as próprias integrantes, esses elementos são indispensáveis para evitar a instabilidade e a possibilidade de dissolução do coletivo.

Como destacou uma co-vereadora, *“os mandatos coletivos não existem juridicamente”* (Co-vereadora 24), e essa ausência de reconhecimento formal faz com que o funcionamento cotidiano dependa muito mais das dinâmicas internas do que de qualquer regra institucional. É dentro do próprio grupo que se constroem os acordos, as formas de decidir e os mecanismos de coordenação necessários para dar conta de uma experiência que opera em uma estrutura pensada para um único parlamentar. Em um contexto marcado por trajetórias militantes diversas, repertórios distintos e inserções variadas em movimentos sociais, manter a coesão exige um trabalho constante de negociação, escuta ativa. Sem normas externas que regulam a atuação coletiva, a coordenação precisa ser construída no dia a dia, sustentada pela confiança, pela capacidade de mediação e pelo reconhecimento da trajetória de cada integrante.

A metáfora utilizada por uma co-vereadora sintetiza bem esse desafio: *“A gente lida um pouco com a roupa suja dentro de casa, não fora de casa (...) é possível deixar a roupa suja ser lavada dentro de casa e ser colocada no varal para tomar sol e secar”* (Co-vereadora 23). A imagem mostra como o conflito é tratado como parte normal da vida coletiva. Primeiro, ele é acolhido e elaborado internamente, em um espaço protegido que evita a exposição pública precoce das tensões. Depois, ele é *“colocado no varal”*, isto é, discutido em deliberação interna, sem tentar simplesmente varrer os problemas para debaixo do tapete.

Nesse processo, as regras de decisão acabam funcionando como ferramentas de estabilização, ainda que sejam, em grande parte, informais e constantemente reavaliadas. As regras costumam combinar três elementos: a busca por deliberação horizontal, garantindo que diferentes vozes tenham espaço; a

necessidade de lidar com responsabilidades formais concentradas na pessoa que ocupa a cadeira; e uma flexibilidade que permite ajustar os procedimentos conforme o projeto político do coletivo é desenvolvido. Em última instância, é essa capacidade de organizar internamente a tomada de decisão, que sustenta a própria existência dos mandatos coletivos e permite que eles operem em meio à diversidade interna e às tensões que lhes são próprias.

A prática da decisão coletiva, portanto, não se limita à definição de regras formais, mas envolve um trabalho contínuo de construção relacional, sustentado por alinhamentos políticos e pela confiança entre as co-parlamentares. Como destacou uma delas, *“a coletividade não se resume à presença de múltiplas figuras públicas, mas à construção ampliada com a assessoria e ao exercício cotidiano de análise e discussão em conjunto”* (Co-vereadora 25). Essa fala reforça que a dimensão coletiva ultrapassa a representação simbólica e se concretiza no cotidiano das interações, nas rotinas de trabalho e na mediação constante das diferenças.

A ausência de normatização institucional abre espaço para formatos variados de tomada de decisão. Alguns mandatos optam por assembleias regulares, em que as decisões são tomadas por maioria, enquanto outros concentram o poder decisório na figura da porta-voz, reproduzindo parcialmente a lógica tradicional da representação individual. Como observou um dirigente partidário, *“tem candidaturas coletivas que decidem as coisas em assembleia [...] e tem outras em que a figura principal decide sozinha. Então isso não tem muita regulamentação”* (Dirigente 10).

Essa diversidade reflete não apenas diferentes concepções de democracia interna, mas também as assimetrias estruturais entre os mandatos, especialmente no que se refere ao tamanho das equipes, ao grau de institucionalização e à vinculação com organizações partidárias. Nas experiências mais ancoradas em tendências internas, a deliberação tende a ser mediada por conselhos políticos ou espaços de consulta. Como relatou uma co-vereadora: *“A gente faz parte do MES, que é uma corrente interna do PSOL, e também a gente discute muito através dessa linha de pensamento, então não tem muito um conselho político, mas a gente atua muito na linha do MES”* (Co-vereadora 26).

Essas variações revelam que a autonomia dos mandatos coletivos é, em grande medida, relacional, ou seja, depende das redes de pertencimento político e das estruturas de apoio que os sustentam. Nas experiências fortemente vinculadas a

movimentos sociais ou correntes partidárias, as regras de decisão são atravessadas por mediações externas, que funcionam como mecanismos de coesão e estabilidade. Já nos mandatos compostos majoritariamente por ativistas independentes, a ausência dessas instâncias torna a coordenação mais vulnerável.

A discussão sobre os mandatos coletivos evidencia que o papel dos partidos políticos permanece central, mesmo em experiências que se propõem a tensionar as formas tradicionais de representação. Para além de atuarem como simples estruturas eleitorais, os partidos aparecem, nas falas dos dirigentes, como instâncias capazes de oferecer orientação política, ajudando a evitar conflitos internos e a garantir certa coesão no mandato coletivo.

Os relatos indicam uma tensão constante entre a autonomia dos mandatos coletivos e a necessidade de algum grau de regulação. Se, de um lado, a proposta dessas experiências aposta na descentralização e na construção de uma identidade política do coletivo, de outro, a ausência de regras claras pode gerar disputas internas, sobreposições de papéis e frustrações. Assim, o desafio apontado por dirigentes e co-vereadoras é encontrar um ponto de equilíbrio entre inovação e institucionalização entre a criatividade do formato coletivo e a previsibilidade das regras institucionais que sustentam sua continuidade dentro do legislativo.

A própria elaboração de estatutos internos reflete esse caráter experimental. Como relata uma co-vereadora: *“A gente vai escrevendo o estatuto, mas tem muita coisa que a gente teve que aprender na prática também [...] de como funcionava a casa, de como funcionava o mandato.* (Co-vereadora 15). Outra integrante complementa: *“Então o nosso estatuto vai sendo feito à medida que essa coordenação vai tomando as decisões de comum acordo com os movimentos, é claro, mas tomando as decisões ali dentro do gabinete”* (Co-vereadora 15). Essas falas evidenciam que a formalização das regras é um processo gradual, construído a partir da experiência prática e das demandas cotidianas do mandato. A elaboração de diretrizes internas funciona, ao mesmo tempo, como exercício de autogestão e como mecanismo de aprendizado político, revelando o caráter de laboratório político dessas experiências.

O Dirigente 6 alerta para os riscos de uma autonomia excessiva: *“Eu acho que o partido não deve deixar por muito tempo a cargo daquelas pessoas que compõem a chapa. Deve existir algo, pelo menos, para nortear, indicar e oferecer uma orientação”*. Já o Dirigente 3 defende a formalização de contratos registrados no

âmbito partidário como forma de prevenir disputas futuras: *“Cada um organiza do jeito que quer, mas registra um contrato. Assim, caso surjam conflitos, recorreremos ao contrato e arbitraremos a partir do que foi previamente acordado.”* Essas percepções revelam que a ausência de um marco regulatório resulta em modelos distintos conforme o contexto local e o grau de vinculação partidária.

Um dirigente destacou que mesmo candidaturas não eleitas produzem efeitos organizativos relevantes ao produzirem *“rescaldo político”* durante a campanha eleitoral que pode ser convertido em capital de longo prazo. Como observa o Dirigente 08: *“A gente tem um rescaldo sempre muito positivo pós-eleitoral [...] com toda a proximidade das pessoas que se envolveram no processo eleitoral.”* Esse aspecto reforça a importância da construção de estatutos desde a campanha eleitoral que assegurem a continuidade das redes e dos aprendizados gerados no processo eleitoral, evitando a dispersão dos vínculos e experiências acumuladas.

Além disso, muitos mandatos coletivos elaboram regimentos internos ou acordos próprios de funcionamento. Esses instrumentos se tornam fundamentais para orientar a prática cotidiana, definindo critérios de tomada de decisão, divisão de responsabilidades e mecanismos de mediação de conflitos. Dessa forma, os regimentos operam como dispositivos que articulam tanto a dimensão organizacional interna quanto a necessidade de reconhecimento institucional externo.

A discussão mostra que, nos mandatos coletivos, as regras de decisão acabam sendo o elemento central para garantir o funcionamento do grupo, justamente porque não existe um reconhecimento jurídico nem um conjunto de normas institucionais pré-definidas. É possível perceber que essas experiências dependem muito mais das regras em uso aquelas construídas e praticadas no cotidiano do que de regulamentos formais. Ou seja, o que sustenta o coletivo é a capacidade das co-parlamentares de negociar, ajustar e revisar acordos internos, criando mecanismos próprios de deliberação, de gestão de conflitos e de responsabilização mútua.

A partir dos relatos, fica claro que, sem regras de escolha coletiva bem estabelecidas, cada mandato acaba inventando sua própria forma de decidir. Alguns adotam assembleias frequentes e decisões majoritárias; outros centralizam a palavra final na porta-voz; e há ainda aqueles que dependem de contratos internos. Essa variedade não é apenas sinal de improviso, mas de um processo experimental: diante

da ausência de normas externas, os coletivos constroem suas próprias soluções, aprendendo com a prática e adaptando-se às necessidades que surgem.

Ao mesmo tempo, essa flexibilidade traz desafios. A falta de critérios comuns abre espaço para disputas internas, sobreposição de responsabilidades e tensões sobre quem decide o quê dentro do gabinete parlamentar. Nesse cenário, o partido reaparece como ator importante oferecendo orientação mínima e incentivando a formalização de contratos, ele ajuda a criar algum grau de previsibilidade, ainda que isso gere novas tensões sobre a autonomia dos coletivos.

3.1.4 Comunicação e confiança

A comunicação e a confiança constituem elementos estruturais para a sustentação e efetividade dos mandatos coletivos. Em contextos nos quais esses mandatos não possuem reconhecimento jurídico formal, a circulação de informações e a construção de vínculos de confiança tornam-se essenciais tanto para a coesão interna quanto para a legitimação das decisões políticas. Sem esses mecanismos, os mandatos estariam permanentemente expostos a conflitos internos, ruptura de acordos e dificuldades na coordenação das ações parlamentares. A literatura sobre ação coletiva ressalta que a comunicação frequente e estruturada é determinante para que grupos complexos negociem, monitorem e compartilhem recursos de forma eficiente.

O funcionamento desses mandatos depende de relações de confiança previamente consolidadas, muitas vezes originadas de trajetórias de militância compartilhada e experiências coletivas anteriores. Como observa a co-vereadora 03: *“A gente costuma entrar em consenso, inclusive nas decisões é comum. Até porque todo mundo que faz parte do mandato, faz parte do partido, faz parte de uma luta anterior, de um conjunto de militância anterior.”* Nesse contexto, a confiança funciona como mecanismo de mediação de conflitos, permitindo que divergências sejam resolvidas internamente sem comprometer a estabilidade do grupo.

A co-vereadora 26 acrescenta que a organização interna do mandato possibilitou acesso a informações que, em contextos tradicionais, estariam restritas às figuras centrais do partido: *“É uma decisão nossa, por conta do regimento interno que a gente construiu, para não privilegiar ninguém.”* Assim, a confiança não apenas regula o comportamento das integrantes, mas se constrói na medida em que todas

compartilham informações estratégicas, reduzindo desigualdades de acesso e fortalecendo o poder coletivo do mandato.

As reuniões regulares funcionam como instrumentos de governança, garantindo previsibilidade, alinhamento político e coordenação das ações. Como observa a co-vereadora 21: *“A gente se reúne pelo menos uma vez por semana, no mínimo, uma vez por semana para discutir as pautas principais, e as decisões a gente tem um grupo que é muito ativo. A gente está o tempo todo trocando informações.”* Evidenciando que a efetividade do mandato depende da troca contínua de informações e da participação ativa de seus membros. Esse mecanismo reforça a coesão interna e constitui um dos principais elementos que sustentam a organização do mandato coletivo frente aos desafios institucionais e à necessidade de despersonalizar a liderança.

As práticas de monitoramento e comunicação também se estruturam por meio de Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) e conselhos políticos. Segundo a co-vereadora (11), *“as reuniões dos GTTs envolvem toda a equipe, inclusive as vereadoras; tudo é discutido coletivamente, com agendas, comunicação e jurídico compartilhados.”* A fala revela um modelo de gestão colaborativa, no qual as fronteiras entre representação política e equipe técnica proporcionam uma dinâmica de coresponsabilidade e coprodução das ações do mandato.

Em alguns casos, são formados conselhos políticos que funcionam com regras claras de representação e definição de peso de voto: *“É um voto para cada um. Um voto peso um para cada um, para cada força. Geralmente são 3 pessoas de cada força que participam das reuniões do conselho político.”* Para decisões mais delicadas, há a possibilidade de consulta a um conselho ampliado, que inclui representantes de movimentos sociais: *“Sempre que a gente precisa tomar decisões mais delicadas, que envolvem questões políticas específicas, a gente faz essa consulta ao conselho político para ajudar a gente a deliberar sobre qual vai ser o nosso posicionamento.”* (Co-vereadora 10).

A co-vereadora 09 ressalta ainda o papel estratégico das setoriais partidárias: *“Setoriais dentro do partido são esses organismos que acabam fazendo com que as coisas aconteçam, para além das correntes. Para não ficar um partido só das correntes.”* Essas estruturas atuam como mediadoras internas, permitindo que diferentes frentes dialoguem, evitando a centralização de decisões e fortalecendo a

coesão do partido, ao mesmo tempo em que ampliam a participação partidária das co-vereadoras e de toda assessoria parlamentar.

De modo geral, embora comunicação e confiança sejam indispensáveis para que os mandatos coletivos se mantenham funcionando, auxiliando na tomada de decisões, também revelam uma fragilidade estrutural. Como não há respaldo institucional que reconheça formalmente a existência do coletivo, tudo depende da capacidade das co-parlamentares de manterem laços de confiança, estabelecerem rotinas de troca e seguirem as regras construídas internamente. Isso funciona, mas torna o arranjo muito sensível a conflitos, desgastes e mudanças no contexto político.

Em outras palavras, os mesmos mecanismos que garantem coesão, como reuniões constantes, circulação intensa de informações, decisões compartilhadas mostram que a estabilidade do mandato está sempre sendo produzida no dia a dia, sem garantias externas que a sustentem. Esse cenário expõe que a força desses mandatos se apoia justamente em práticas que podem ser abaladas com facilidade, o que evidencia tanto o potencial inovador do formato quanto a sua vulnerabilidade diante de instituições políticas que ainda operam de forma personalista e pouco aberta à experimentação coletiva.

3.1.5 Divisão de custos e benefícios

Enquanto estas experiências tentam descentralizar “eu” parlamentar, projetando uma única identidade política, são confrontadas por regras institucionais rígidas que não reconhecem formalmente a figura das co-vereadoras. Esse descompasso entre a proposta política inovadora e a estrutura normativa tradicional impõe desafios práticos. A gestão da agenda, a distribuição de salários, a visibilidade política e o reconhecimento público precisam ser negociados internamente.

A co-vereadora 21 exemplifica como a diferença salarial é administrada de modo solidário e redistributivo:

“Então quem paga esse aluguel sou eu, porque o meu salário é maior, então sai do meu bolso, então são as formas que a gente encontrou de ir equiparando, de ser justo com todo mundo, até porque a gente não tem verba de gabinete, nós só temos o nosso salário, então a gente tira do nosso salário para poder fazer as ações sociais, principalmente do meu, que é o maior.”

A solução encontrada traduz um princípio de equidade, que busca corrigir desigualdades impostas por regras institucionais que reconhecem apenas uma parlamentar titular. Essa prática de redistribuição voluntária de recursos expressa não apenas um esforço de equidade material entre as integrantes, mas também evidencia a assimetria estrutural que persiste entre a figura formal da vereadora e suas co-representantes.

A co-vereadora 01 descreve o impasse jurídico que obriga o grupo a formalizar as demais integrantes como assessoras: *“A gente não podia ter as meninas aqui na casa sem uma ligação formal com a Câmara.”* Essa condição institucional busca autorizar as co-vereadoras não eleitas como representantes legais, a circularem dentro da câmara municipal e participarem das rotinas administrativas do legislativo. No entanto, a ausência de reconhecimento formal impacta na colaboração das co-vereadoras como parlamentares, que são apenas assessoras contratadas pela vereadora eleita.

“Os mandatos coletivos eles trazem esse desafio. Nós discutimos como nós naturalizamos a precariedade de sujeitos que historicamente já são precarizados em nome da ocupação desse espaço. Eu acho que os mandatos coletivos eles apontam que as pessoas negras mulheres LGBTQs, em sua maioria são os sujeitos que estão nessas experiências e iniciativas, dão conta da tarefa de representação política de participação legislativa. E que não é justo que esses sujeitos estejam em uma situação precariedade. Porque, infelizmente, devido a dinamicidade do recurso sempre é para uma pessoa.” (co-vereadora 09).

Ao mesmo tempo em que propõem práticas horizontais de decisão e partilha do poder, essas experiências enfrentam limitações institucionais e materiais que dificultam a efetivação da igualdade entre suas integrantes. Como também destaca a co-vereadora 26:

Eu já ouvi de companheiras da esquerda, por exemplo, dizer ah, vocês sempre foram ao mandato privilegiado, porque vocês tinham três pessoas pra poder dar conta das tarefas, eu falei, então, a gente tinha três pessoas, mas não tinha três salários de vereadora, não tinha três carros, não tinha três verbas de combustível, não tinha três, entendeu? Então, tipo assim, que privilégio é esse? (co-vereadora 26)

A co-vereadora contesta a percepção de “privilégio” associada à coletividade e destaca o descompasso entre a proposta horizontal dos mandatos e a estrutura

desigual das instituições políticas. A fala explicita que a horizontalidade, para ser efetiva, depende de condições materiais equitativas, sem as quais a igualdade entre as integrantes permanece apenas ideal. Nesse sentido, o relato traduz o paradoxo vivido pelos mandatos coletivos, que buscam democratizar a representação política, mas enfrentam um sistema desenhado para a lógica individual e hierárquica do poder.

Para o dirigente 03, a ausência de regras desde o início é fonte de desentendimentos, especialmente porque muitos integrantes desconhecem as limitações formais da atuação parlamentar das demais co-vereadoras: *“Se você não é o CPF, não falará no plenário. Se você não é o CPF, não participará das comissões. É necessário ter ciência disso previamente.”* Para contornar essa limitação, algumas experiências adotam práticas redistributivas internas, como a criação de fundos coletivos para custear ações políticas ou apoiar projetos alinhados aos eixos programáticos do grupo. Nesses casos, o compartilhamento de recursos funciona como instrumento de coesão e reafirmação da coletividade, ao mesmo tempo em que sustenta a continuidade material do projeto político.

A divisão da agenda e da visibilidade política segue lógica semelhante. Como apenas a porta-voz formalmente eleita pode ocupar a tribuna e propor matérias legislativas, o que concentra o poder institucional e simbólico, as experiências constroem estratégias de presença compartilhada, ampliando o escopo da atuação coletiva. O acesso diferenciado aos espaços formais é compensado por uma atuação distribuída em arenas complementares, nas quais a coletividade se manifesta e se legitima.

A visibilidade, outro recurso político estratégico, é também objeto de negociação e disputa. Se a tribuna simboliza o reconhecimento institucional da autoridade parlamentar, as redes sociais e os espaços públicos externos operam como arenas alternativas de representação coletiva. A co-vereadora 02 destaca a centralidade da equipe de comunicação como instrumento de legitimação simbólica: *“A nossa comunicação fez um esforço muito grande que consegue transmitir para qualquer pessoa que entre nas nossas redes sociais, que aquilo é um mandato coletiva”*

Já a co-vereadora 03 sublinha o papel das ações externas na preservação da identidade plural: *“Eu acho que a gente em todas as brechas que a gente consegue a gente utiliza para colocar o mandato coletivo lá para dentro. Ao mesmo tempo, de*

alguma maneira, mas crucial para nós é garantir que o mandato seja coletivo em sua verdade. Isso a gente consegue fazer fora da câmara. Essas falas evidenciam que o compartilhamento de custos e benefícios transcende a dimensão financeira. Ele envolve também o reconhecimento, o prestígio e a autoridade política e recursos desigualmente distribuídos e que demandam constante negociação.

Portanto, a divisão interna de custos e benefícios revela o paradoxo estrutural dos mandatos coletivos. Embora reivindicuem horizontalidade e partilha do poder, operam em um ambiente institucional que concentra autoridade, visibilidade e recursos em uma única pessoa. A forma como cada mandato lida com esses impasses modela não apenas sua dinâmica interna, mas também a maneira como constrói e projeta sua própria identidade política dos mandatos, que será desenvolvido a seguir.

3.1.6 Alinhamento organizacional nos mandatos coletivos

A leitura das variáveis organizacionais evidencia que os mandatos coletivos dependem de um alinhamento interno construído a partir da combinação entre regras, práticas e rotinas produzidas no cotidiano da ação parlamentar. Esse alinhamento envolve acordos formais e informais, modos específicos de comunicação, mecanismos de acompanhamento mútuo e formas de distribuir custos e benefícios. Nos mandatos coletivos analisados, esses elementos não apenas organizam o funcionamento interno, mas são progressivamente convertidos em repertórios institucionais próprios, que permitem ao mandato operar para além da figura individual do representante eleito.

O Quadro 5 sistematiza as principais evidências empíricas relacionadas às variáveis organizacionais e permite observar que o alinhamento interno assume formatos distintos conforme as condições materiais, o grau de heterogeneidade dos atores e a capacidade de formalização de regras.

Quadro 5 – Evidências empíricas sobre as variáveis organizacionais

Variável	Evidências empíricas
Organização interna	• Os gabinetes variam em tamanho, o que altera a capacidade de coordenação interna; • Mandatos com maior número de assessores conseguem distribuir funções em GTs e núcleos, favorecendo especialização e continuidade das atividades; • Gabinetes pequenos dependem fortemente da porta-voz e concentram trabalho, gerando centralização e sobrecarga; • A ausência de cargos suficientes para assessoria limita a horizontalidade e impede que todas as co-vereadoras participem da rotina institucional.
Heterogeneidade dos atores	• Predomina forte heterogeneidade de trajetórias: militantes feministas, negras, periféricas, LGBT, sindicalistas e ativistas comunitárias; • Quando a heterogeneidade envolve diferentes tendências partidárias ou coletivos com projetos políticos próprios, os conflitos se intensificam; • Mandatos articulados por organizações com alinhamento político prévio apresentaram maior estabilidade e cooperação; • A diversidade interna amplia representatividade, mas exige maior investimento em mecanismos de coordenação e mediação.
Regras de decisão	• As regras são majoritariamente informais e baseadas em consensos construídos cotidianamente; • Alguns mandatos criaram conselhos políticos internos para sistematizar decisões; • A porta-voz desempenha papel central na coordenação do coletivo; • A ausência de regras bem definidas produz conflitos sobre quem decide, como decide e quais pautas são priorizadas.
Comunicação e confiança	• Quando há reuniões frequentes, o fluxo de informação é mais equilibrado; • Em muitos mandatos, a agenda externa fica concentrada na porta-voz, gerando assimetrias comunicacionais entre co-vereadoras; • A confiança depende da previsibilidade das decisões e da transparência na partilha de tarefas e agendas.
Distribuição de custos e benefícios	• A distribuição de salários tende a seguir critérios legais, mas o compartilhamento de responsabilidades e visibilidade é frequentemente desigual; • Em alguns gabinetes parlamentares, apenas a porta-voz recebe assessoria específica para compromissos externos, gerando assimetrias na carga de trabalho; • Disputas por visibilidade, agenda e reconhecimento público emergem como pontos de tensão recorrentes; • Mandatos com regras explícitas de divisão de tarefas e rotinas claras de prestação de contas reduzem as assimetrias de autoridade

Fonte: Elaboração própria (2025)

A organização interna aparece como variável estruturante, os gabinetes com maior número de assessores apresentam maior capacidade de divisão de funções, criação de grupos de trabalho e continuidade das atividades, favorecendo processos de especialização e reduzindo a sobrecarga da porta-voz. Em contraste, gabinetes menores tendem a concentrar tarefas, produzir maior centralização decisória e limitar a participação cotidiana das co-vereadoras, o que afeta diretamente a horizontalidade pretendida pelo modelo coletivo.

A heterogeneidade das trajetórias militantes constitui uma marca central das experiências analisadas. Feministas, mulheres negras, ativistas periféricas, militantes LGBT, sindicalistas e lideranças comunitárias compõem coletivos com alto grau de diversidade social e política. Essa pluralidade amplia a capacidade representativa dos mandatos, mas também intensifica os desafios de coordenação. Os dados indicam que mandatos articulados a partir de organizações ou coletivos com alinhamento político prévio apresentaram maior estabilidade interna, enquanto aqueles que reuniam diferentes tendências partidárias ou projetos políticos autônomos enfrentaram conflitos mais recorrentes, exigindo maior investimento em mediação e negociação.

As regras de decisão assumem papel central. Predominam regras informais, baseadas em consensos construídos cotidianamente, embora alguns mandatos tenham criado conselhos políticos internos como forma de sistematizar decisões estratégicas. A centralidade da porta-voz na coordenação aparece como traço recorrente, sobretudo nos gabinetes com menor estrutura organizacional. A ausência de regras claras e compartilhadas tende a produzir disputas sobre quem decide, como decide e quais pautas são priorizadas, revelando que a informalidade, embora flexível, também pode gerar incertezas e assimetrias.

Os mecanismos de comunicação e confiança operam como mediadores dessas tensões. Mandatos que realizam reuniões frequentes e mantêm fluxos constantes de informação apresentam maior equilíbrio comunicacional e maior previsibilidade das decisões. Em contrapartida, a concentração da agenda externa na figura da porta-voz produz assimetrias informacionais entre as co-vereadoras, afetando a percepção de pertencimento e a confiança interna. A confiança, nesse sentido, não decorre apenas de afinidades políticas, mas da transparência na partilha de tarefas, da previsibilidade das decisões e da clareza dos processos internos.

A distribuição de custos e benefícios pode ser considerado como um dos pontos mais sensíveis do alinhamento organizacional. Embora a distribuição salarial siga critérios legais, o compartilhamento de responsabilidades, visibilidade pública e acesso a recursos institucionais revela-se frequentemente desigual. Disputas por reconhecimento, agenda e exposição pública aparecem como tensões recorrentes, especialmente quando não existem regras explícitas de divisão de tarefas e rotinas claras de prestação de contas. Mandatos que conseguiram estabelecer critérios minimamente formalizados para essas distribuições apresentaram menor percepção de injustiça e maior estabilidade interna.

Em síntese, o Quadro 5 evidencia que o alinhamento organizacional nos mandatos coletivos resulta de um processo contínuo de aprendizagem e adaptação, construído a partir da interação entre diversidade interna, regras em uso e mecanismos de coordenação. As experiências analisadas mostram que esses mandatos revisam rotinas, experimentam diferentes arranjos organizativos e ajustam práticas ao longo do tempo, em um processo marcado por tentativa e erro. A sustentação do mandato coletivo, portanto, não decorre automaticamente da afinidade política ou da pluralidade de trajetórias, mas da capacidade de transformar essa diversidade em arranjos organizativos minimamente estáveis.

Nesse sentido, os achados deste capítulo confirmam a hipótese H1, ao demonstrar que a continuidade e o funcionamento dos mandatos coletivos dependem da construção de formas de coordenação interna capazes de organizar decisões, distribuir tarefas, administrar conflitos e produzir níveis mínimos de confiança que sustentem a ação coletiva ao longo do exercício parlamentar.

3.2 A IDENTIDADE POLÍTICA DOS MANDATOS COLETIVOS

A proposta de descentralização da figura parlamentar e de compartilhamento de responsabilidades enfrenta limites impostos tanto pelas regras institucionais quanto pela própria dinâmica da ação coletiva, atravessada por dilemas de cooperação, confiança e lealdade. A teoria de Pizzorno (1988) é especialmente útil para compreender como esses dilemas operam no campo da identidade política. Para o autor, a ação dos atores não pode ser explicada apenas por cálculos instrumentais de custo-benefício, pois depende de processos de identificação, que organizam os comportamentos políticos a partir de diferentes círculos de reconhecimento.

Aplicada aos mandatos coletivos, essa abordagem permite compreender a coexistência de identidades sobrepostas: a identidade pessoal e militante de cada integrante, a identidade coletiva construída internamente no mandato, e a identidade partidária em sentido mais amplo. Quando essas camadas de pertencimento convergem, fortalecem a coesão interna e ampliam a capacidade de coordenação. Quando entram em tensão, podem fragilizar a unidade do grupo, especialmente em contextos em que as regras institucionais favorecem o individualismo e produzem desigualdades entre as co-vereadoras. Assim, a experiência dos mandatos coletivos torna visível o movimento permanente de construção, disputa e renegociação desses círculos de reconhecimento, que sustentam ou limitam a prática coletiva.

A reflexão de Panebianco (2005) aprofunda essa discussão ao enfatizar que nenhuma inovação organizativa se desenvolve em um vácuo institucional. Para o autor, organizações políticas operam sempre sob constrangimentos institucionais, que moldam suas possibilidades de inovação e influenciam os processos de institucionalização. No caso dos mandatos coletivos existem constrangimentos jurídicos, pois a estrutura legislativa reconhece apenas uma titular, concentra poder formal no CPF da vereadora e distribui recursos de forma estritamente individual.

Esses dilemas exigem, portanto, que a coletividade desenvolva mecanismos de coordenação interna, distribuição de autoridade e construção de lealdades capazes de equilibrar a assimetria formal entre a porta-voz e as demais integrantes que tornam possível testar a hipótese 2 de pesquisa. Assim, a primeira sessão do capítulo busca investigar de que maneira as múltiplas identidades políticas — pessoais, coletivas, horizontais, verticais e partidárias — operam como eixos estruturantes da prática parlamentar dos mandatos coletivos. A análise concentra-se em como essas identidades são mobilizadas para legitimar a experiência coletiva, sustentar a unidade interna e produzir formas alternativas de representação política, ao mesmo tempo em que enfrentam constrangimentos institucionais que testam continuamente sua estabilidade e capacidade de reprodução dos mandatos coletivos como uma “marca política”.

3.2.1 Identidade pessoal

A descrição a seguir das identidades pessoais das co-vereadoras eleitas pelo PSOL foi construída a partir das narrativas de suas trajetórias individuais antes da

candidatura coletiva, conforme apresentado nas entrevistas semiestruturadas. Ao explorar experiências de vida, marcadores sociais e processos de politização, busca-se compreender como essas dimensões moldaram suas identidades políticas e influenciaram a ação e atuação política dos mandatos coletivos. As narrativas revelam que a política não emerge isoladamente, mas a partir de vivências concretas de desigualdade, resistência e organização social, permitindo enxergar o mandato como extensão de trajetórias de luta e coletividade.

O percurso dessas mulheres mostra que fatores como origem periférica, raça, gênero, orientação sexual, maternidade e experiências de opressão estrutural constituem fundamentos centrais de sua identidade política. Ao mesmo tempo, destacam-se os espaços de socialização e militância — movimento estudantil, sindicatos, coletivos culturais e religiosos — que funcionam como portas de entrada para a organização coletiva. Nesse sentido, a análise das trajetórias pessoais oferece uma base para compreender como essas experiências se traduzem em práticas políticas dentro do mandato coletivo, evidenciando a articulação entre história de vida e atuação institucional. Como destacou a co-vereadora 01: *“A minha trajetória política se inicia a partir dessa trajetória de vida... Eu acabei me forjando na luta por moradia digna, por conta da ausência da moradia digna que afetou muito a minha trajetória... E tenho dedicado à minha vida de militância pelo direito à moradia digna e cidade.”*

A origem periférica aparece como um denominador comum, marcada pela desigualdade no acesso a direitos e pela ausência de infraestrutura básica, o que impulsionou muitas dessas mulheres a se engajarem nas lutas sociais. Viver em favelas ou em territórios precarizados não só expôs as entrevistadas à violência estrutural do Estado, mas também lhes deu uma compreensão prática das contradições da cidade e da luta por dignidade. De modo semelhante, a co-vereadora 06 relaciona sua identidade política com sua própria vivência: *“Na verdade, a militância começa muito no meu próprio nascimento... filha de uma mãe preta, aos 3 anos meu pai saiu de casa, e a gente passa a viver a luta cotidianamente.”*

O gênero e a condição de ser mulher aparecem como marcadores estruturantes das desigualdades enfrentadas. Em suas trajetórias, as co-vereadoras relatam como o machismo e a subestimação das capacidades políticas femininas foram barreiras a serem rompidas. Muitas só foram reconhecidas como lideranças depois de insistirem e de se legitimarem em espaços historicamente dominados por

homens. Essa experiência, contudo, também fortaleceu a consciência feminista e a necessidade de construir coletivamente estratégias de amplificação das vozes das mulheres.

A maternidade, sobretudo a vivência como mãe solo ou mãe adolescente, emerge como um marcador de desigualdade, mas também como elemento formador da identidade militante. Como destacou a co-vereadora 04: *“Com 16 anos tive um filho, comecei a sentir na pele o preconceito, o deboche, o machismo... comecei a me envolver com políticas públicas, conselhos e organizações da sociedade civil”*. As responsabilidades do cuidado, frequentemente sem apoio dos companheiros ou do Estado, levaram muitas a vivenciar na pele as contradições entre trabalho, estudo e militância. Longe de afastá-las da política, essa experiência consolidou um olhar mais sensível para as questões de gênero, cuidado e políticas sociais.

A raça e a identidade negra também ocupam lugar central nas narrativas. Muitas relatam como a experiência de discriminação racial nas universidades, nos espaços políticos e no cotidiano reforçou a necessidade de construir uma identidade militante negra. A identidade negra emerge como marcador central nas trajetórias. Ao mesmo tempo, a consciência racial se articula com as memórias familiares, com a herança de mães e avós que transmitiram lições de resistência mesmo sem se reconhecerem formalmente como feministas ou militantes.

Assim sendo, a dimensão racial atravessa tanto o engajamento político quanto a forma como essas mulheres se colocam na política institucional. Essa dimensão racial é reforçada pela co-vereadora 21, que conecta vivências pessoais de racismo com a construção coletiva: *“Início da movimentação social marcada por experiências de racismo desde o nascimento [...] violência doméstica motivou estudo sobre mulheres negras e início do ativismo”*.

A identidade LGBTQ+ também se manifesta como fator de construção da militância. Integrantes que se reconhecem como lésbicas, bissexuais ou trans relatam que o preconceito e a exclusão em diferentes espaços serviram como combustível para a luta. Ao mesmo tempo, muitas das co-vereadoras encontraram no movimento cultural, nos coletivos de juventude e no feminismo um espaço de acolhimento e afirmação. a co-vereadora 07 contou: *“Comecei aos 14 anos no movimento hip hop, com o rap, depois no fórum de enfrentamento à violência sexual contra crianças e*

adolescentes e em coletivos como a Superação, formada por jovens LGBT [...] fui me reconhecendo no movimento LGBT, no movimento feminista.”

Para algumas entrevistadas, o movimento estudantil foi o primeiro espaço de organização; para outras, a vivência sindical ou a participação em comunidades eclesiais de base (CEBs) da Igreja Católica tiveram esse papel. O movimento cultural, com destaque para o hip hop e os saraus, também aparece como espaço fundamental de socialização política. Essa diversidade mostra que a militância nasce de experiências cotidianas e da busca por alternativas diante de opressões concretas.

Além das experiências de opressão, os espaços de militância atuaram como portas de entrada para a política. A co-vereadora 06 destacou: *“Comecei na militância em um coletivo da juventude [...] Já era servidora da cidade, fui agente de saúde e depois inspetora de alunos [...] parte da minha bandeira no mandato é a atuação dentro do funcionalismo público.* Na mesma linha, a co-vereadora 05 enfatizou: *“Eu iniciei pelo movimento sindical. Fui forjada no movimento sindical, com meus 20 anos, e desde então venho traçando essa jornada no movimento social.”*

As experiências de opressão e resistência, como a precarização do trabalho, o desemprego e a informalidade aparecem como fatores decisivos para o engajamento. Muitas relatam passagens por trabalhos mal remunerados, exploração ou perda de benefícios trabalhistas. A violência de Estado, o racismo estrutural, a violência doméstica e a exclusão universitária também emergem como situações que, ao invés de paralisar, fortaleceram a decisão de lutar coletivamente. A dor pessoal, nesse sentido, é convertida em indignação política.

O processo de politização se aprofunda à medida que essas mulheres participam de sindicatos, conselhos e fóruns de políticas públicas. A filiação partidária é relatada como um passo importante, mas não isolado, em diálogo com coletivos locais e movimentos sociais. Experiências eleitorais anteriores, ainda que não vitoriosas, também contribuíram para a aprendizagem política. A referência a Marielle Franco ¹⁰aparece como marco simbólico e emocional, fortalecendo a convicção da

¹⁰ Marielle Franco (1979–2018) foi socióloga, feminista e política brasileira, eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2016, com expressiva votação. Mulher negra, oriunda da favela da Maré, destacou-se pela defesa dos direitos humanos, das mulheres, da população negra e LGBTQIA+, bem como pela denúncia da violência policial e das desigualdades urbanas. Foi assassinada em 14 de março de 2018, em crime que adquiriu grande repercussão nacional e internacional, tornando-se símbolo da luta contra a violência política e o racismo estrutural no Brasil.

necessidade de ocupar os espaços institucionais. Como relatou a co-vereadora 06: *“Em 2016 me filiei ao PSOL, e decidi ser candidata depois de conhecer Marielle.”*

Uma das porta-vozes conta que sua trajetória política teve influência da própria família, que eram militantes em movimentos por moradia e lutas por creches em um bairro periférico de São Paulo e de sua militância no movimento cultural, que ela entende como algo mais autônomo e fluído como um coletivo independente, e que a partir da sua atuação cultura periférica encontrou também o movimento negro: *“eu vim primeiro do movimento de moradia dentro da igreja, depois eu passo ao movimento cultural, interligo com o movimento negro, e a gente acaba articulando nesse lugar.”* (co-vereadora 15)

Por fim, os sentidos atribuídos ao mandato coletivo evidenciam como essas trajetórias se traduzem em práticas políticas. A representação de identidades diversas é vista como uma estratégia de ocupar o legislativo sem romper com os movimentos sociais de base. Para essas mulheres, o mandato não é apenas uma conquista pessoal, mas extensão da luta coletiva. A ideia de “bonde” ou de estar acompanhada reflete a crença de que a política é mais segura e potente quando feita em coletivo, rompendo com a lógica individualizada da representação tradicional.

Assim, as identidades pessoais das co-vereadoras evidenciam como a dor e a exclusão vividas se transformam em indignação política, gerando a ação coletiva de ocupação política. O mandato é visto não como conquista individual, mas como extensão das lutas sociais que marcaram suas trajetórias, confirmando o argumento de Pizzorno (1988) sobre os círculos de reconhecimento que sustentam a identidade política.

3.2.2 Identidade Coletiva

Grande parte dos mandatos coletivos eleitos pelo PSOL em 2020, são oriundos dos movimentos e/ou coletivos feministas e negros e se organizam a partir de uma identidade coletiva construída em torno de eixos comuns de luta, que articulam feminismo, antirracismo, direitos da população LGBTQIA+, educação, cultura e política urbana. Essa identidade não apenas unifica as ações coletivas, mas também orienta a despersonalização do mandato, na qual cada ação individual representa o coletivo como um todo, fortalecendo tanto a coesão interna quanto a visibilidade das pautas defendidas. Um processo que, conforme Pizzorno (1988), opera como um

“círculo de reconhecimento”, em que as integrantes se veem refletidas umas nas outras e em um projeto coletivo que as transcende individualmente, criando sentidos compartilhados de pertencimento e compromisso político.

Um traço recorrente nos mandatos estudados é a priorização de políticas inclusivas voltadas a grupos historicamente sub-representados, em especial mulheres negras, periféricas, trabalhadoras e pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, a identidade coletiva não se limita a uma dimensão simbólica, mas também orienta escolhas estratégicas sobre quais pautas e quais sujeitos serão centralizados nas ações institucionais. A consolidação de uma identidade coletiva depende da sedimentação de trajetórias e vínculos prévios. No caso desses mandatos, a militância em movimentos sociais de moradia, juventude, cultura e educação funciona como lastro organizativo, fornecendo densidade política e legitimidade às iniciativas dentro das instituições.

Esses mandatos demonstram que a identidade coletiva opera simultaneamente como recurso de reconhecimento, estrutura de ação e instrumento de legitimação política. Ao combinar experiências individuais com o projeto coletivo do mandato, os coletivos feministas e antirracistas não apenas ampliam a representatividade de grupos historicamente marginalizados, mas também transformam a prática institucional, deslocando a política de uma lógica centrada no indivíduo para uma lógica de grupo, pautada na solidariedade e na luta por justiça social.

Uma das experiências organiza sua identidade coletiva em torno do feminismo como pauta central, vinculando projetos e iniciativas às necessidades das mulheres, sobretudo mulheres negras, periféricas, pobres e trabalhadoras. O mandato reivindica um feminismo popular, inspirado na perspectiva do *feminismo para os 99%* (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019), que busca construir um projeto voltado para a classe trabalhadora em sua diversidade, não restrito às demandas da burguesia.

Representando diferentes frentes, como o combate à violência obstétrica; a autonomia reprodutiva, como no projeto de lei que assegura o direito de colocação do DIU sem autorização do cônjuge; a luta antirracista, marcada pela presença majoritária de mulheres negras na composição; e a defesa da população LGBTQIA+, em especial pessoas trans, com ênfase em direitos reprodutivos, HIV e combate à AIDS. Também a educação pública, política urbana e ambiental são áreas

estruturantes, nas quais vínculos prévios com movimentos de moradia foram potencializados pela atuação institucional. Esses polos temáticos constituem a base orientadora do projeto coletivo, combinando unidade em torno do feminismo popular com diversidade de experiências e trajetórias das co-vereadoras.

A fala da co-vereadora 12 evidenciou como a diversidade interna do mandato coletivo não foi apenas uma escolha representativa, mas uma decisão política estratégica voltada à coerência entre discurso e prática. Ao reconhecer que uma candidatura feminista seria “incompleta” se centrada apenas em uma mulher branca, a co-vereadora destaca a necessidade de pluralizar as vozes dentro do próprio feminismo, incorporando mulheres negras e trans que historicamente estiveram na linha de frente das lutas, mas à margem da representação institucional. Essa opção pela composição diversa reflete uma concepção ampliada de feminismo, comprometida com a interseccionalidade e com a ocupação coletiva dos espaços de poder.

Além disso, a co-vereadora 12 ressaltou a importância de equilibrar diversidade e unidade política, o mandato coletivo buscou reunir diferentes trajetórias e movimentos, mas garantindo certa coerência programática e ideológica no interior do PSOL. Essa combinação de pluralidade e alinhamento mínimo de valores aparece como condição fundamental para a construção de um mandato coletivo funcional e estável. Assim, seu relato revela que o coletivo se estrutura sobre uma dupla aposta na representatividade como princípio e na convergência política como sustentação prática, reafirmando o compromisso com uma forma de fazer política que seja ao mesmo tempo inclusiva, horizontal e estrategicamente coesa.

Outra experiência também se estruturou em torno do feminismo como eixo central, com uma composição formada por três mulheres. Esse núcleo comum se desdobrou em pautas específicas que dialogavam entre si, como juventude, cultura, funcionalismo público e educação, compondo uma agenda coletiva que conjuga unidade e diversidade de experiências.

Outro mandato coletivo foi composto apenas por mulheres negras, estrutura sua identidade coletiva em três eixos prioritários: o direito à cidade, o direito à cultura e o direito à educação. O primeiro incorpora a luta pela moradia digna, entendida como base da cidadania plena; o segundo busca descentralizar a cultura, hoje concentrada em espaços elitizados, fortalecendo a produção periférica; e o terceiro articula-se à

infância e adolescência, com ênfase na educação pública como direito fundamental. Como mostra a fala a seguir:

Então a gente desenha toda a mandata a partir do direito à cidade, que engloba também o direito à moradia digna, o direito à cultura, porque falta a cultura periférica [...]. A gente pauta essa centralização da cultura e o direito à educação, que também tem uma ligação com a primeira infância, crianças e adolescentes. É, então os nossos eixos (co-vereadora 01).

A fala evidencia que a construção da identidade política ocorreu a partir de uma perspectiva territorial e interseccional, articulando as pautas do direito à cidade, à cultura e à educação como dimensões indissociáveis da justiça social. Ao enfatizar a centralidade da moradia digna e da cidadania urbana, a co-vereadora insere o mandato no campo das lutas populares por reconhecimento e redistribuição, especialmente nas periferias de Fortaleza.

A crítica à concentração elitista dos espaços culturais e a defesa da valorização da produção periférica revelam uma concepção de cultura como direito e expressão política, e não como privilégio de classes médias e altas. Já a vinculação entre educação, infância e direito à cidade aponta para uma visão integrada de políticas públicas, na qual a formação cidadã é entendida como parte da construção de uma cidade mais justa e inclusiva. Dessa forma, a fala demonstra que o mandato coletivo se estrutura sua ação coletiva a partir de referenciais territoriais, raciais e de classe, afirmando a presença de mulheres negras na política como um projeto de transformação urbana e social. Da mesma forma, o outro mandato trazia a questão da representatividade de gênero e raça como fator central, unindo três mulheres pretas do partido em uma mesma candidatura. Entretanto, o fato de cada uma ser vinculada a uma tendência interna do partido não permitiu a consolidação de um projeto político que sustentasse ao longo prazo.

O feminismo ecosocialista constitui o eixo articulador da identidade coletiva de uma das experiências, orientando suas práticas políticas e a composição diversa do grupo. O mandato coletivo incorporou uma perspectiva territorial e interseccional que buscava articular gênero, classe e etnicidade como um horizonte de transformação social. Essa articulação se expressava, sobretudo, na presença de uma liderança indígena, cuja trajetória introduziu ao mandato repertórios políticos vinculados à defesa dos povos originários, à luta ambiental e à crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista. Essa pluralidade de experiências e pertencimentos

sociais ampliava o alcance simbólico do coletivo, ao mesmo tempo em que tencionava a construção de uma identidade unificada.

As entrevistas sugerem, contudo, que a primeira composição do mandato não consolidou plenamente um projeto político consolidado. Essa multiplicidade poderia ser uma potência ao repertório político, porém gerou dificuldades na definição de prioridades, agendas e modos de atuação política. O mandato se estruturou mais como uma confluência de lutas do que como um projeto programático unificado. Durante a gestão, o mandato foi dissolvido, resultado de divergências internas e da dificuldade em sustentar um projeto coletivo dentro das restrições institucionais e das disputas por reconhecimento e direção política.

Entretanto, a experiência acumulada serviu como base para a reestruturação de uma nova configuração, que manteve o lema político do feminismo ecossocialista. Contudo, enfrentou dilemas de legitimidade decorrentes do fato de suas integrantes não terem sido eleitas diretamente nas urnas, o que reconfigura as bases de sua representatividade e seu reconhecimento público.

A identidade coletiva de outro mandato coletivo foi construída a partir da convergência entre militâncias diversas e trajetórias de engajamento social que se encontraram na arena institucional. O grupo surgiu como uma iniciativa composta por diferentes frentes de luta e pertencimentos, reunindo representantes dos campos da cultura, da educação, das religiões de matriz africana, do Hip Hop, do samba e da população LGBT que se uniam na construção de uma cidade antirracista. Essa pluralidade deu ao mandato uma dimensão simbólica e representativa singular, tornando-o um ponto de encontro entre distintas expressões do ativismo periférico do movimento negro.

Entretanto, essa diversidade interna gerou tensões em torno da direção política e do grau de vinculação com o partido político. A experiência consolidou uma identidade negra, periférica, coletiva e insurgente, que buscou reconfigurar a forma de fazer política dentro das instituições, sem romper com os vínculos de militância e pertencimento que a originaram pois ao não serem reeleitos como mandato parlamentar o quilombo periférico enquanto coletivo voltada para os movimentos de forma integral.

Outra experiência foi construída, projetada e posteriormente reconfigurada em diálogo e tensão com a identidade partidária. O mandato surgiu com quatro militantes

do PSOL que conquistaram, coletivamente, a primeira cadeira do partido na Câmara Municipal. A identidade coletiva ali construída estruturava tanto o trabalho cotidiano quanto a forma como o mandato era reconhecido publicamente. Essa identidade se projetou quando um dos co-vereadores concorreu a deputado estadual, adicionando duas novas lideranças e preservando a mesma equipe. Tentou-se, assim, construir uma candidatura com a intenção de se tornar um “mandato municipal-estadual” articulado sob a mesma identidade coletiva e a mesma marca partidária. No entanto, posteriormente, esse co-vereador rompeu com o PSOL, filiou-se ao PT e se elegeu em um mandato individual, mantendo a equipe construída no coletivo.

Além desses casos, a experiência do único mandato compartilhado analisado, exemplifica um arranjo em que a identidade coletiva se estrutura de forma distinta. Embora o mandato se apresente publicamente como coletivo, ele assume abertamente a centralização na figura do vereador, responsável pelas decisões do cotidiano legislativo, enquanto a participação ampliada ocorre por meio de um conselho político que delibera apenas sobre as questões estratégicas. Trata-se, portanto, de um modelo que combina um núcleo decisório centralizado a um mecanismo consultivo de base ampliada, aproximando-se mais de práticas históricas de mandatos participativos dos anos 1980 e 1990 do que dos modelos coletivos plenamente horizontais que se consolidaram recentemente. Como indica a fala do dirigente 03:

Ele se apresentou como mandato coletivo, mas é um mandato coletivo que ele é o vereador e existe um conselho político que decidi quais são... não decide tudo, decide o que importa, decide as coisas grandes, quais são os projetos de lei, como votar nos projetos do executivo, pequenas coisas do dia-a-dia do legislativo não, ele toca sozinho. Porque eu digo que é o novo velho, porque muitos mandatos dos anos 80 e 90 eram assim. Só que isso não fazia parte da narrativa, da propaganda eleitoral. (Dirigente 03)

No conjunto dos casos analisados, fica evidente que a identidade coletiva é ao mesmo tempo a potência e o ponto de tensão dos mandatos. Ela organiza as prioridades, define quem é o que deve ser central na ação institucional e cria um sentimento de pertencimento que sustenta o trabalho cotidiano. Ao reunir feminismo, antirracismo, territorialidade, ecossocialismo e outras pautas historicamente marginalizadas, esses mandatos conseguem ampliar a representatividade e deslocar a política de uma atuação individualizada para uma prática mais coletiva e

comprometida com justiça social. Mas essa mesma diversidade que dá força ao projeto também exige uma constante construção de unidade interna, já que trajetórias distintas nem sempre convergem automaticamente para um horizonte comum. Quando essa costura falha, surgem impasses sobre direção política, prioridades e formas de atuar, mostrando que identidade coletiva não é algo dado, mas um processo que precisa ser mantido, negociado e reafirmado continuamente.

3.2.3 Identidade vertical

Esta seção analisa como a identidade vertical se constrói, se preserva ou se fragiliza nos mandatos coletivos a partir de suas estruturas organizativas, trajetórias eleitorais e mecanismos internos de coordenação. Ao comparar experiências distintas é possível analisar a continuidade, a rotatividade e a longevidade desses mandatos dependem menos da mera manutenção de uma porta-voz e mais da capacidade de sustentar um projeto político reconhecível ao longo do tempo.

Um dos casos foi um exemplo paradigmático de continuidade organizativa que fortalece a identidade vertical. Eleito em 2020 com cinco mulheres filiadas ao partido, o coletivo escolheu a porta-voz, devido à sua maior experiência política, reunindo ainda mais quatro mulheres. Em 2022, a estratégia foi de ampliação e duas das co-vereadoras buscaram uma nova eleição com a mesma “marca política”, mantendo a porta-voz no mandato municipal com objetivo de evitar sobreposição de candidaturas e garantindo a manutenção da marca em diferentes níveis.

Em 2024, o mesmo mandato voltou a disputar a eleição para a Câmara Municipal, novamente com a mesma porta-voz, acompanhada com umas co-vereadoras eleitas em 2020 e outras três mulheres. Além da expansão da marca com o lançamento de candidaturas coletivas em municípios da região metropolitana. Embora, uma das co-vereadoras eleitas na experiência estadual tenha lançado candidatura individual nesse mesmo pleito, seu vínculo com a equipe do mandato reforçou o trabalho coletivo. Assim, a experiência conseguiu conciliar a rotatividade de integrantes com a preservação de um projeto político reconhecível.

Nesse sentido, este mandato coletivo se diferencia dos outros justamente por sua composição organizativa. Segundo o Dirigente 9 (maio de 2024), *“ela é composta por organizações, de trajetórias, de tradições políticas similares, são três organizações que compõem aquele mandato, que são organizações que reivindicam*

o próprio título. Então, digamos assim, uma matriz organizativa em comum. Então, são organizações em torno de um mandato coletivo". Nesse sentido, o dirigente observa que a longevidade e a continuidade tendem a ser maiores em mandatos organizados em torno de organizações, enquanto os mandatos formados por ativistas individuais enfrentam instabilidades devido a interesses e idiossincrasias pessoais:

"Então, pelo que eu acompanho de mandatos coletivos, principalmente no âmbito do PSOL, o que vem mais dando certo é esse formato de onde as organizações dialogam, fecham uma tática e compõem um mandato, do que esses mandatos que são formados por ativistas individualmente, que lá na frente vai dar uma certa dificuldade de manutenção" (Dirigente 6, maio de 2024).

O Dirigente 11 (novembro de 2024) complementa essa visão ao detalhar a composição escolhida. Ele explica que *"Ela é, quando muito, o mandato coletivo formado por três grupos políticos [...] então, existe essa característica também, que na minha avaliação é fundamental"*. Para ele, o alinhamento político e teórico entre esses grupos é decisivo para a estabilidade do mandato, sendo coordenado pelo maior grupo político, do qual os porta-vozes fazem parte. *"Esses três grupos políticos, eles são, politicamente, super alinhados entre si, eles vêm de uma mesma tradição política, de uma mesma tradição teórica, eles têm leituras sobre a realidade, sobre a tática, para momentos muito parecidas"*. Por fim, destaca que esse alinhamento permitiu consolidar um ativo singular do mandato: *"E, por isso, eles conseguiram consolidar uma coisa que eu acho que é um ativo, e não conheço outros mandatos, pode ser que existam, mas não conheço outros mandatos pelo país, com esse ativo, que é despersonalizar a candidatura"* (Dirigente 11, novembro de 2024).

De modo semelhante, outra experiência conseguiu realizar a consolidação de uma identidade vertical. Reeleito mantendo a composição em 2024, foi a candidatura mais votada do município e se tornou o único mandato de oposição na cidade. A experiência conseguiu ganhar visibilidade ao denunciar a violência política de gênero contra a porta-voz, aproveitando o momento para consolidar um mandato de fiscalização e denúncia contra os mandos e desmandos do prefeito e do presidente da câmara. Esse feito garantiu a reeleição do mandato como o mais votado da cidade, o único de esquerda, em uma coletiva de mulheres. Ainda em 2022, o mesmo mandato lançou candidatura estadual reunindo as três co-vereadoras e mais quatro

mulheres da região metropolitana, buscando articular lideranças em um projeto coletivo ampliado.

Entretanto, outra experiência contrasta com as anteriores, evidenciando os limites da fragmentação. Inicialmente formada por cinco mulheres, a coletiva se dissolveu após a eleição de 2022. A porta-voz buscou ampliar o projeto com uma candidatura estadual de nove mulheres, enquanto outra co-vereadora lançou outra candidatura com outras duas pessoas negras. Nenhuma obteve êxito, ainda que tenham conquistado a segunda e a terceira suplência, respectivamente.

Este caso exemplifica a tensão entre a lógica coletiva e a formalidade institucional. Como explicou o Dirigente 8, *“foi eleito uma mandata a partir de um CPF, e agora temos uma mandata com o mesmo CPF, mas com outras co-vereadoras. Existem críticas muito acirradas porque o eleitorado não votou nessa”*. Ele detalha ainda que, *“naquele momento foi feita uma exoneração de assessores do mandato pela candidata que detinha o CPF, e as outras co-vereadoras se retiraram do coletivo por críticas à forma de funcionar”*. Apesar das rupturas, *“a ideia do mandato coletivo não foi abandonada, o que foi feito foi a troca das co-vereadoras”* (Dirigente 8, maio de 2024).

O Dirigente 3 complementa, ressaltando a complexidade da recomposição do coletivo: *“As novas co-vereadoras não foram eleitas. É um problema complicadíssimo, com muitas camadas e nuances”*. Ele explica como a porta-voz organizou o mandato para manter a lógica coletiva: *“As co-vereadoras eleitas renunciaram e postaram uma carta pública dizendo que estavam rompendo com o mandato. E depois se organizou plenárias e escolheu outras, mantendo o formato coletivo que acredita”*. O dirigente também destaca a diversidade representativa do mandato, evidenciando o caráter simbólico da coletividade: *“Um mandato coletivo de cinco mulheres, mil lutas: uma da comunidade, uma trans, uma negra, uma imigrante, uma indígena, mas quem senta na cadeira é ela”* (Dirigente 3, maio de 2024).

Dessa forma, as falas ilustram como este caso construiu uma identidade vertical parcial, mantendo a formalidade e centralidade da porta-voz funcionam como eixo de decisão e legitimidade institucional, enquanto a pluralidade das integrantes busca manter a lógica do mandato coletivo. Essa tensão entre liderança individual e estrutura coletiva explica tanto os conflitos internos quanto a dificuldade de consolidar reconhecimento público e eleitoral.

Em 2024, o mesmo mandato coletivo tentou a reeleição mantendo somente a porta-voz com mais cinco integrantes. No entanto, não resultou na eleição da nova candidatura coletiva. Embora mantivesse o lema da campanha anterior, incluindo mulheres negras, indígenas e periféricas em sua composição, a nova configuração não conseguiu reproduzir a representatividade e a legitimidade do coletivo para obter uma nova vitória eleitoral.

Outro mandato apresentou um percurso híbrido, articulando repertórios coletivos e pessoais. A porta-voz da coletiva, disputou a eleição estadual de 2022 e, em 2024, optando por candidatura individual, sendo reeleita vereadora. Nesse processo, contou com apoio de uma tendência interna e concentrou sua pauta no direito à cidade e na luta por moradia. Em paralelo, em 2022 surgiu a candidatura coletiva, composta por três mulheres negras oriundas do mesmo movimento. Embora não tenha se consolidado como projeto eleitoral permanente, contou com apoio de umas das co-vereadoras, que integrou a equipe de campanha.

O percurso dessa experiência também revela os desafios de integrar coletivos maiores à estrutura formal do mandato. Como explica o Dirigente 4 (maio de 2024), *“a quebra que elas tiveram na realidade foi porque o movimento [...], que era um coletivo um pouco maior, foi absorvido dentro das assessorias. Mas, com o passar do tempo, parte dessa assessoria foi desfeita, e essas pessoas acabaram saindo do mandato”*.

A fala evidencia os desafios de levar os militantes do movimento para dentro do gabinete. Apesar dessas dificuldades, o mandato inaugurou uma forma de atuação política mais conectada com territórios e populações historicamente pouco acessadas pelo PSOL. O dirigente observa que *“o mandato inaugurou um perfil que o PSOL tem dificuldade de alcançar. Temos dificuldade de chegar nas periferias e em algumas comunidades, por mais que existam grandes movimentos sociais com militância organizada”* (Dirigente 8, maio de 2024). Sendo assim, a atuação política que pode ser considerada o legado do mandato coletivo conseguiu reeleger a porta-voz em uma candidatura individual.

Internamente, esse mesmo mandato estruturou uma divisão de tarefas que fortalece sua representatividade e visibilidade institucional. Segundo o dirigente:

“uma das co-vereadoras acompanhava um determinado setor, outra co-vereadora acompanhava uma determinada demanda que chegava

ao mandato, então era o mandato tinha três pessoas ao invés de uma para acompanhar a agenda e para fazer essa representatividade na institucionalidade mais para fora”. Ele acrescenta que “reuniões com sindicatos, com movimentos sociais [...] você tem três mulheres negras que estão atuando e se dividindo nessas tarefas. Isso é um avanço para a gente já aqui, são espaços que são negados, a gente conquista com muita luta” (Dirigente 8, maio de 2024).

Outra experiência evidenciou o desgaste da identidade coletiva diante da redução de integrantes. Originalmente formada por três mulheres, o mandato se enfraqueceu após o afastamento de uma delas, que passou a disputar eleições individuais com votações inexpressivas. Em 2022, a porta-voz concorreu individualmente à deputada federal, enquanto a outra co-vereadora disputou a eleição estadual em candidatura coletiva. Nenhuma obteve sucesso, e em 2024 apenas duas das co-vereadoras tentaram a reeleição municipal em formato coletivo, também sem êxito. Além da dispersão, pesou o fato de fazerem tendências diferentes e sem articulação partidária estadual e sem que houvesse apoio municipal da mandata coletiva e sua reeleição. Segundo o Dirigente:

“isso é resultado da escolha que elas fizeram. Eu já vi em alguns relatos de mandatos coletivos, inclusive do próprio PSOL, que não conseguiram terminar um mandato juntas. Essa escolha não pode ser apenas pautada em capacidade eleitoral; ela precisa considerar diversidade de bandeiras e de frentes”. Ele acrescenta que “elas precisam ter uma política alinhada entre elas, uma relação de confiança, e um horizonte parecido sobre o que querem para o mandato”. (dirigente 06)

A fala indica que, mais do que votos ou representatividade, a estabilidade de um mandato coletivo depende de alinhamento político, confiança mútua e convergência de objetivos estratégicos reconhecidos pelo partido, aspectos que faltaram nesta experiência.

Um outro caso foi composto por militantes do movimento negro periférico com co-vereadores que atuaram em diversos segmentos da sociedade. Lançou uma candidatura coletiva apenas um dos co-vereadores e mais duas mulheres negras. E que tenta a reeleição para a câmara municipal em 2024, com apenas quatro co-vereadores dos seis que foram eleitos na eleição anterior, não obtendo sucesso eleitoral. Esse caso mostra como, mesmo com uma identidade ligada ao movimento negro periférico já consolidada, a verticalização do mandato, concentrando

protagonismo em poucos integrantes, pode dificultar a manutenção da coesão interna e da base de apoio construída anteriormente, enfraquecendo a capacidade do coletivo de se reproduzir eleitoralmente.

O esvaziamento da experiência, com a saída de parte dos co-vereadores, expressa os limites de uma identidade construída sobre bases múltiplas, quando não há uma narrativa comum suficientemente forte para unificar o projeto. Ainda assim, o mandato coletivo foi reconhecido, por dentro e por fora do partido, como uma ferramenta política potente ao trazer uma agenda política negligenciada. Mesmo enfrentando resistências e a ausência de regulamentação dos mandatos coletivos, o grupo manteve a estratégia de proteção e de afirmação da experiência, buscando preservar sua legitimidade diante das tensões internas e externas. Ao mesmo tempo, revela que a coesão de um mandato coletivo depende não apenas do compartilhamento de valores, mas também de mecanismos de coordenação e de planejamento político capazes de sustentar a unidade no longo prazo.

A análise dos casos evidencia que a identidade vertical nos mandatos coletivos não se limita à manutenção de uma porta-voz ou de um nome reconhecido, mas depende principalmente da capacidade de sustentar um projeto político coerente ao longo do tempo. Quando há um núcleo organizativo estruturado, alinhamento programático e mecanismos internos de coordenação a continuidade se fortalece e o mandato consolida uma referência pública estável, capaz de atravessar disputas internas e ciclos eleitorais sem perder sua unidade. Já em experiências marcadas por vínculos frágeis, divergências não mediadas ou ausência de um horizonte claro de atuação a identidade vertical se enfraquece rapidamente, dando lugar à personalização involuntária e à dispersão das agendas. Assim, a permanência de uma identidade coletiva reconhecível exige mais do que a rotatividade prevista no formato, pois demanda organização, clareza política e coordenação capaz de transformar a pluralidade interna em projeto e não em ruptura.

3.2.4 Identidade Horizontal

A identidade horizontal dos mandatos coletivos se expressa nas relações interpessoais e simétricas estabelecidas entre seus diferentes membros. Essa dimensão enfatiza a construção coletiva das decisões e ações políticas, buscando romper com hierarquias tradicionais e valorizar a corresponsabilidade entre as co-

parlamentares. Nesse sentido, a horizontalidade se manifesta na dinâmica cotidiana do mandato coletivo, por meio da atuação conjunta em assessorias, grupos de trabalho e conselhos políticos, bem como na interação constante com movimentos sociais e bases comunitárias.

Um primeiro aspecto da horizontalidade é a valorização das relações simétricas entre as co-vereadoras. Em diversas experiências, as entrevistas apontam que as parlamentares formalmente registradas como assessoras participam das decisões junto à porta-voz, acompanhando-a em comissões, representações públicas e atividades externas. Essa equiparação é garantida tanto pela divisão equitativa dos salários quanto pelo reconhecimento político do papel de cada co-parlamentar.

Outro mecanismo central para a construção da identidade horizontal é a criação de grupos de trabalho temáticos (GTTs), que estruturam o mandato em torno de eixos como educação, cultura, saúde, moradia, gênero, negritude e segurança pública. Os GTTs permitem que cada co-vereadora assuma protagonismo em sua área de militância, fortalecendo o vínculo entre o mandato e as redes de engajamento que o compõem. Essa descentralização do trabalho contribui para a ampliação das agendas e para a especialização das ações políticas, mas também pode gerar desafios de coordenação interna. Quando a articulação entre os GTTs é frágil, o coletivo tende à fragmentação, e as decisões podem se concentrar em determinados núcleos mais ativos, enfraquecendo o ideal de horizontalidade.

A coordenação coletiva surge, nesse contexto, como um dispositivo fundamental para integrar os diferentes eixos e assegurar a coerência política do mandato. Muitos mandatos estruturam uma instância ampliada de coordenação, composta pelas co-vereadoras, assessores e lideranças dos GTTs. Essa instância funciona como um núcleo deliberativo responsável por construir consensos antes que as posições sejam levadas ao plenário ou às comissões legislativas.

Os conselhos políticos também desempenham um papel importante na consolidação da identidade horizontal. Geralmente compostos por representantes de movimentos sociais, partidos e organizações que apoiam o mandato, esses conselhos atuam como instâncias consultivas e de validação das estratégias do mandato. Mesmo sem poder deliberativo formal, eles funcionam como espaços de escuta e troca com as bases, ampliando o alcance da representação e evitando que as decisões fiquem restritas ao núcleo parlamentar. Essa abertura ao diálogo com atores

externos reafirma o caráter público e participativo, fortalecendo sua legitimidade e conexão com o território político e social em que está inserida. Muitos mandatos realizam reuniões frequentes para o compartilhamento de informações, deliberação sobre pautas legislativas e planejamento de agendas externas, adotando práticas de transparência e cooperação interna. Além disso, a interação com a sociedade é parte constitutiva dessa identidade.

A identidade horizontal se constrói quando incorpora práticas de escuta ativa, como plenárias populares, assembleias e audiências públicas em que a população participa diretamente da formulação das propostas e da definição de prioridades. Em diversas experiências, co-vereadoras que não são representantes legais assumem temporariamente o papel de porta-voz nesses espaços, exercitando a alternância de visibilidade e poder simbólico. Como relatou uma das entrevistadas:

“Então a gente não conseguiu realizar reuniões prévias antes do lançamento. Mas a gente trabalhou muito com assembleias e plenárias, foi bem no momento da pandemia, mas a gente fazia plenárias e assembleias sobre temas variados. E nisso, a gente chamava movimentos sociais e pessoas que estudavam sobre aquele assunto, pra gente ter um acúmulo. E dessas reuniões acabou saindo um programa político, que utilizamos até hoje. A gente teve muito contato com o pessoal do movimento vegano, com o pessoal do movimento de direito à cidade, habitação, movimento ambiental, movimento antirracista também. A gente fez muito esse movimento” (co-vereadora 07).

Esse depoimento ilustra como a horizontalidade extrapola as fronteiras do gabinete e se projeta na relação entre o mandato e as interações sociais e políticas que o sustentam desde a campanha eleitoral. Ao abrir-se ao diálogo e à coautoria de movimentos diversos, o mandato amplia seu repertório de ação e reforça sua identidade coletiva.

A relação com os movimentos sociais e a interação direta com a população constituem dimensões fundamentais da identidade horizontal dos mandatos coletivos. Ao reconhecer que a representação política não se esgota no espaço institucional, essas mandatas buscam construir pontes permanentes com as bases que as originaram, transformando o exercício do mandato em um processo de participação ampliada. como ressalta a fala a seguir:

“E também tinha essa perspectiva de disputar uma coletiva que não fosse inteiramente, integralmente partido, mas que tivesse essa característica forte de uma mandata de movimento, de uma mandata

construída com os movimentos [...]então, é uma construção pensada a partir dos coletivos” (co-vereadora 07).

A aproximação com os movimentos sociais: feministas, ambientais, antirracistas, de moradia, de juventude e tantos outros, não ocorre apenas de forma simbólica, mas por meio de práticas concretas de escuta, com formulação de pautas e atuação conjunta em agendas legislativas e mobilizações de rua. Como ressaltou o dirigente 3 ao analisar a interação dos mandatos coletivos com os movimentos sociais:

“É uma tarefa do mandato, assessorar os movimentos, dar musculatura. Garantir o operacional. Então, eu acho que isso é positivo. A minha percepção não é nem de mandato correria de transmissão. O mandato obedece ao movimento social, não penso assim. Mas também não penso o contrário, que o movimento social é um aparelho do mandato. Eu acho que não, acho que é uma relação que você tem que construir. Cada um no seu lugar. E cada um no seu papel. Mas, um potencializando o outro” (dirigente 03).

A fala do dirigente 3 expressa uma compreensão equilibrada da relação entre mandatos coletivos e movimentos sociais, reforçando a ideia de uma interação baseada na cooperação e não na subordinação. Ao afirmar que o mandato “*pode ser instrumento aliado do movimento social, mas não o substitui*”, ele evidencia uma concepção relacional e horizontal da representação política, em que o espaço institucional deve servir como suporte e amplificador das lutas sociais, sem pretender assumir o protagonismo dessas mobilizações. Essa visão recusa tanto a dependência total do mandato em relação aos movimentos quanto a transformação dos movimentos em extensões do trabalho parlamentar. Em vez disso, propõe uma lógica de autonomia recíproca, na qual cada esfera a institucional e a social mantém seus papéis e limites, mas atua de forma articulada e estratégica diante de objetivos comuns. Assim, a fala do dirigente traduz uma dimensão central da identidade horizontal dos mandatos coletivos com a construção de alianças políticas pautadas pelo diálogo e pela potencialização mútua entre representação institucional e ação social.

As assembleias e plenárias populares são instrumentos centrais nessa dinâmica participativa. Elas funcionam como espaços de deliberação e construção coletiva, onde a população, militantes e representantes de organizações sociais podem discutir prioridades, propor projetos de lei, revisar posicionamentos políticos e avaliar a atuação do mandato. Em muitos casos, essas atividades assumem o papel de “gabinete aberto”, permitindo que diferentes vozes ocupem o espaço da decisão

política e que a agenda institucional se mantenha conectada às lutas sociais em curso. Além de promover transparência e corresponsabilidade, esses espaços fortalecem o sentimento de pertencimento coletivo, já que as decisões passam a refletir o acúmulo e as experiências de um conjunto mais amplo de sujeitos políticos. Um dos dirigentes destaca a importância desse processo de construção política para a formação de uma identidade horizontal dos mandatos:

“Então, eu acho que nesse sentido, falando o que eu falei no início, isso não anula a perspectiva anterior da gente resgatar a perspectiva de mandatos coletivos, para além desse formato novo, resgatar os mandatos coletivos da década de 90, que são os mandatos que se forjaram a partir da aliança com os movimentos sociais, a partir de plenárias de base, de outras perspectivas. Eu acho que isso é uma dinâmica que a gente tem que resgatar a partir dessa forma de mandato, dessa conexão direta com os segmentos e as categorias, que esses mandatos representam, enfim, mas do que só a quantidade de pessoas que foi compor taticamente uma composição de coordenação de mandato, mas forma mandato ou mandata que se constrói” (Dirigente 03).

Em sua fala, ele remete à experiência dos mandatos populares do PT nas décadas de 1980 e 1990, enfatizando a necessidade de recuperar práticas como as plenárias de base e a articulação direta com os movimentos sociais. Para ele, esse modelo participativo deve ser resgatado como fundamento da nova geração de mandatos coletivos, que, mais do que uma composição tática entre pessoas, se define pela capacidade de enraizar o mandato nas categorias e segmentos que representa. A fala do dirigente evidencia, portanto, que a identidade horizontal não surge apenas da divisão interna de responsabilidades, mas da reconstrução de vínculos orgânicos com as bases sociais. Retomar a experiência dos mandatos populares do passado é visto como um caminho para aprofundar a democratização da representação e consolidar um exercício político efetivamente compartilhado.

Além disso, muitos mandatos coletivos mantiveram essas práticas por meio de encontros virtuais, ampliando o alcance territorial das discussões e integrando novas redes de militância. As plenárias temáticas sobre moradia, meio ambiente, direitos das mulheres e antirracismo, por exemplo, tornaram-se de produção política e de formação coletiva. Nessas ocasiões, co-vereadoras e militantes se revezavam na condução das reuniões, compartilhando informações, sistematizando demandas e articulando encaminhamentos legislativos. Essa rotatividade de papéis reforça o

princípio da horizontalidade, pois distribui poder e visibilidade entre diferentes participantes, rompendo com a figura centralizadora da “porta-voz” tradicional.

3.2.5 Identidade partidária

A identidade partidária constitui um eixo central para compreender como os mandatos coletivos se situam entre a inovação social e a estrutura institucional dos partidos. Mais do que um vínculo formal de filiação, ela se expressa nas formas de articulação, negociação e pertencimento político que atravessam os coletivos. A partir dos casos analisados é possível observar diferentes modos de inserção e tensão entre práticas de base e lógicas partidárias. Esses mandatos evidenciam que a identidade partidária é tanto um espaço de disputa quanto de reconhecimento, onde se jogam os limites e as possibilidades de institucionalização da representação coletiva. Assim, a análise empírica permite compreender que a consolidação de uma identidade política depende não apenas das afinidades ideológicas, mas também da capacidade de cada mandato de transformar o partido em um espaço permeável às suas formas de organização e às demandas sociais que o originaram.

Ao mesmo tempo, a diversidade interna dos partidos, marcada por tendências distintas e disputas por protagonismo, apresenta desafios para a construção de identidades políticas coesas. Alianças internas e estratégias de articulação com diferentes tendências ou independentes são fundamentais para garantir visibilidade e apoio institucional. Essas experiências evidenciam que a identidade partidária nos mandatos coletivos é resultado de processos contínuos de negociação entre práticas internas, orientações políticas e demandas sociais externas.

Por exemplo, o mandato coletivo que emergiu diretamente dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro e da cultura periférica, incorporando pautas de resistência urbana, racial e socioeconômica à atuação legislativa. Nesse sentido, o mandato não apenas traduziu demandas históricas da população periférica em propostas políticas, mas também transformou experiências individuais de luta em ação coletiva, reforçando seu caráter popular, interseccional e inovador. Ao tensionar as estruturas internas do partido, o mandato coletivo ampliou sua base social e consolidou uma presença política enraizada nas comunidades que representa.

Outra experiência também surgiu de uma demanda de movimentos sociais, que reivindicava a ocupação de mulheres negras na política, inspirado por

experiências pioneiras de mandatos coletivos, sem vinculação a nenhuma tendência. Posteriormente, para garantir continuidade política e disputar uma candidatura estadual, a porta-voz ingressou posteriormente em uma tendência interna, demonstrando como a adaptação estratégica permite a articulação entre práticas sociais emergentes e estruturas partidárias formais. Em outro caso duas co-vereadoras tendências estaduais distintas e a terceira independente, sendo uma união de mulheres negras para ocupação política, sem a articulação das tendências das quais as integrantes faziam parte, o que resultou no não apoio da direção do partido a nível municipal para reeleição.

Outro mandato coletivo, por sua vez, se organizou como uma articulação partidária do campo político, articulando três tendências, evidenciando como mandatos coletivos podem construir alianças internas mesmo em contextos partidários fragmentados, promovendo práticas horizontais e compartilhadas de gestão política. Já outro mandato centraliza-se em uma única tendência partidária, tendo como referências figuras políticas oriundas do mesmo campo político do partido.

Outro mandato coletivo foi resultado de uma articulação da tendência interna que teve como objetivo formar uma candidatura que representasse um feminismo ecossocialista. Entretanto, no meio da gestão a porta-voz se torna dissidente da tendência partidária para formar outro movimento social, que se relacionava com o partido próximo de uma filiação democrática do que uma tendência partidária. Essa mudança fez com que a organização interna e a identidade partidária do mandato mudassem, pois os integrantes deixaram de pertencer a mesma força política, ocasionando uma disputa interna dentro do próprio gabinete parlamentar.

A análise comparativa dos mandatos coletivos evidencia que a identidade partidária opera como um eixo estruturante para compreender suas possibilidades e limites de institucionalização. Mandatos que emergem diretamente de movimentos sociais enfrentaram desafios particulares para consolidar um projeto político de longo prazo, sobretudo quando não conseguiram estabelecer articulações estáveis com estruturas partidárias mais amplas com outras organizações.

Alguns casos não foram projetos orgânicos do partido, mas resultaram de modelos internos fragmentados, reunindo co-vereadoras de diferentes tendências, ou passando por processos de dissidência e reorganização do mandato, cuja ruptura interna levou à reconstrução do projeto sob um novo formato. Revelando como as

transformações da identidade coletiva ao longo do mandato podem alterar profundamente tanto a organização interna quanto a forma de inserção partidária.

Nesse conjunto de casos, um dos mandatos coletivos se destacou ao constituir um projeto coeso que decorre diretamente da articulação entre tendências internas vinculadas ao mesmo campo, contribuindo para a sua institucionalização e do próprio partido. Esta experiência demonstra como a confluência entre tendências pode produzir uma identidade coletiva consolidada, sustentada pela disciplina organizativa, práticas horizontais e projeto programático comum, constituindo um exemplo de como a estrutura partidária pode ser mobilizada positivamente para a estabilidade de mandatos coletivos.

Por outro lado, outras experiências deixaram evidente os riscos de conflitos internos e fragmentação quando os mandatos se distanciam das tendências partidárias ou enfrentam disputas sobre a identidade coletiva. Nesses casos, a identidade política se vê tensionada, mostrando que a sustentação de um mandato coletivo depende de equilibrar autonomia, coesão interna e inserção nas lógicas do partido.

Em síntese, os mandatos coletivos analisados mostram que a identidade partidária é um processo dinâmico, continuamente produzido na tensão entre práticas e as estruturas institucionais dos partidos. Sua consolidação ou fragmentação determina não apenas a estabilidade interna dos coletivos, influenciado na interação com o legislativo, relações partidárias e a atuação no legislativo, como veremos no capítulo 4 a seguir.

3.2.6 A identidade política nos mandatos coletivos

A identidade política dos mandatos coletivos pode ser compreendida pela articulação de cinco dimensões — pessoal, coletiva, horizontal, vertical e partidária — que se sobrepõem e interagem continuamente, estruturando tanto a coesão interna quanto a capacidade de atuação pública desses projetos. Cada uma dessas identidades opera como um eixo de reconhecimento e ação, mas também como um campo de dilemas e tensões que acompanham a experiência coletiva ao longo da legislatura, como demonstra o quadro 6.

Quadro 6 – Dilemas de identidade política nos mandatos coletivos

Identidade	Potencialidades	Tensões
Identidade pessoal	Fornece legitimidade social; cria vínculo local; converte dor e desigualdade em ação política; amplia diversidade interna.	Sobredeterminação de trajetórias; disputas por reconhecimento; dificuldade de equilibrar experiências desiguais; personalização da porta-voz.
Identidade coletiva	Amplia capacidade de ação; produz coerência programática; fortalece pertencimento e projeto comum; dá visibilidade às pautas coletivas.	Fragmentação quando não há convergência mínima; disputas sobre a definição do projeto político e pautas prioritárias; tensões entre diversidade e unidade comum.
Identidade horizontal	Democratiza decisões; fortalece vínculos com movimentos e territórios; distribui autoridade e visibilidade.	Exige coordenação da porta-voz; risco de desigualdades informais; sobrecarga; conflitos entre instâncias internas e externas.
Identidade vertical	Reforça reconhecimento público; gera estabilidade; permite planejamento de longo prazo; consolida capital político.	Rupturas internas; personalização pela porta-voz; substituição de co-vereadoras sem legitimação eleitoral; dispersão de lideranças; descontinuidade do coletivo.
Identidade partidária	Abre acesso a redes partidárias; dá sustentação institucional; facilita campanha e governabilidade interna; reforça coerência programática.	Conflitos entre tendências; mandatos independentes ou fragmentados; falta de apoio da direção municipal/estadual; tensões entre lógica de movimento e lógica partidária.

Fonte: Elaboração própria 2025

A identidade pessoal constitui o ponto de partida da ação política. Ela emerge das trajetórias de vida das co-vereadoras, atravessadas por marcadores como raça, gênero, classe, maternidade, orientação sexual e experiências de opressão estrutural. Vivências de periferia, violência urbana, precarização do trabalho, racismo, machismo e maternidade solo aparecem como elementos que forjam indignação política e impulsionam o engajamento. Nessa dimensão, a política é extensão das lutas cotidianas, onde o mandato passa a ser entendido como desdobramento das experiências concretas de resistência, muitas vezes anteriores à filiação partidária e vinculadas a movimentos estudantis, culturais, religiosos, sindicais ou comunitários. Essa pluralidade confere legitimidade territorial e simbólica ao mandato, ainda que possa gerar tensões internas quando trajetórias muito diversas disputam espaço, reconhecimento ou prioridades.

A identidade coletiva organiza essas trajetórias individuais em um projeto comum. Nos mandatos analisados, ela se estrutura em torno de eixos compartilhados

— feminismo, antirracismo, ecossocialismo, direito à cidade, cultura, juventude, educação pública — que funcionam como princípios articuladores da prática parlamentar. A identidade coletiva permite a despersonalização do mandato, onde cada ação individual representa o grupo, e o grupo, por sua vez, traduz demandas históricas de mulheres, negras, periféricas, trabalhadores e populações LGBTQIA+. Quando bem consolidada, ela garante coerência programática, sentido de pertencimento e capacidade de mobilização. Contudo, quando não existe convergência mínima sobre prioridades ou direção política, a diversidade interna pode se transformar em fragmentação, dificultando a unificação do projeto.

A identidade horizontal aparece no cotidiano organizativo dos mandatos. Na distribuição simétrica de responsabilidades, na criação de grupos de trabalho temáticos, nas instâncias de coordenação ampliada e na construção de conselhos políticos com movimentos sociais e coletivos aliados. Essa dimensão materializa a proposta de romper com hierarquias tradicionais, permitindo que diferentes co-vereadoras assumam protagonismo e visibilidade conforme suas áreas de militância e expertise. Também envolve práticas participativas como plenárias populares, assembleias e processos deliberativos abertos, que conectam o mandato às bases que o originaram. Quando bem articulada, a horizontalidade fortalece a democracia interna e enriquece a agenda política; quando mal integrada, pode gerar assimetrias informais, sobrecarga ou disputas internas dentro do próprio mandato.

A identidade vertical envolve a capacidade de preservar a marca coletiva, reproduzir o projeto político ao longo de ciclos eleitorais, rotacionar porta-vozes e manter coesão entre diferentes composições do coletivo. A manutenção de um nome reconhecível, combinada a práticas organizativas estáveis, pode consolidar um capital político duradouro. Já casos de dissolução ou ruptura interna ilustram como a ausência de mecanismos de continuidade pode levar à personalização involuntária do mandato ou à perda de reconhecimento público. Assim, a verticalidade é fundamental para transformar a experiência coletiva em projeto sustentável; porém, depende de alinhamento interno, clareza estratégica e gestão de conflitos.

Por fim, a identidade partidária estrutura a relação entre os mandatos e as organizações políticas às quais pertencem. Ela se expressa tanto nas alianças com tendências internas quanto nas disputas por protagonismo e nas negociações com a direção partidária. Mandatos fortemente ancorados em tendências partidárias tendem

a dispor de maior estabilidade organizativa e apoio institucional. Por outro lado, coletivos que emergem diretamente dos movimentos sociais, ou composições formadas por tendências distintas sem articulação programática, enfrentam maiores desafios na manutenção da coesão e no acesso a recursos partidários. Nesses casos, tensões entre autonomia e estrutura formal do partido geram conflitos internos, disputas de legitimidade e dificuldades para consolidar e sustentar o mandato coletivo no longo prazo.

A tipologia apresentada no Quadro 7 permite interpretar os mandatos coletivos como posicionados em um continuum de maior ou menor capacidade de articulação entre as dimensões da identidade política, evidenciando que a centralidade da identidade coletiva é o principal fator de estabilização dessas experiências. Mais do que categorias fixas, os tipos indicam padrões recorrentes de equilíbrio e desequilíbrio entre as dimensões pessoal, coletiva, horizontal, vertical e partidária, revelando como os dilemas observados empiricamente se distribuem e se manifestam na prática.

Quadro 7 – A identidade política dos mandatos coletivos

Tipo	Características da articulação das identidades	Efeitos sobre o mandato
Caso ideal	Centralidade da identidade coletiva, que organiza e articula as dimensões pessoal, horizontal, vertical e partidária; autonomia relativa em relação ao partido combinada com inserção estratégica.	Alta coesão interna; estabilidade organizativa; forte capacidade de ação política; continuidade eleitoral e consolidação do projeto coletivo.
Tipo 2 – Personalização do coletivo	Identidade coletiva presente, mas tensionada pela predominância da identidade pessoal (especialmente da porta-voz); reconhecimento desigual entre integrantes.	Concentração de visibilidade; risco de enfraquecimento do “nós”; manutenção parcial da coesão, com conflitos latentes.
Tipo 3 – Fragmentação coletiva	Identidade coletiva frágil; baixa convergência programática; dificuldade de articular trajetórias individuais em um projeto comum.	Conflitos recorrentes; dificuldade de ação coordenada; risco elevado de ruptura ou paralisia decisória.
Tipo 4 – Horizontalidade desestruturada	Forte valorização da identidade horizontal, sem mecanismos claros de coordenação; baixa institucionalização interna.	Sobrecarga organizativa; lentidão decisória; emergência de hierarquias informais e desgaste interno.
Tipo 5 – Ausência de integração partidária	Predomínio da autonomia em relação ao partido, com baixa integração às estruturas partidárias e fragilidade na dimensão vertical (projeção e continuidade).	Maior liberdade política, porém dificuldades de acesso a recursos, menor estabilidade organizativa e fragilidade na reprodução eleitoral do coletivo.

O caso ideal representa uma situação limite na qual a identidade coletiva consegue organizar as demais dimensões de forma relativamente estável. Nesse arranjo, a diversidade de trajetórias individuais é integrada ao projeto comum, a horizontalidade é acompanhada de mecanismos eficazes de coordenação, a dimensão vertical garante continuidade política e a relação com o partido se dá de forma estratégica, sem comprometer a autonomia do coletivo. Trata-se, portanto, de um tipo analítico que expressa as condições sob as quais os mandatos coletivos conseguem maximizar coesão interna e capacidade de atuação institucional.

Os demais tipos evidenciam formas distintas de desbalanceamento. No tipo 2 (personalização do coletivo), observa-se que a identidade coletiva permanece relevante, mas é tensionada pelo peso desproporcional da identidade pessoal, especialmente da figura da porta-voz. Isso revela como as regras institucionais da representação individual tendem a reintroduzir hierarquias e assimetrias de visibilidade, mesmo em experiências orientadas pela lógica coletiva.

No tipo 3 (fragmentação coletiva), o problema central desloca-se para a fragilidade da identidade coletiva, incapaz de unificar trajetórias e agendas diversas em um projeto comum. Aqui, a diversidade — que em outros contextos é fonte de legitimidade — transforma-se em fator de conflito, comprometendo a coordenação e a própria continuidade do mandato.

O tipo 4 (horizontalidade desestruturada) explicita um paradoxo recorrente: a valorização da participação e da simetria nas relações internas não garante, por si só, o funcionamento eficaz do coletivo. Na ausência de regras claras e mecanismos de coordenação, a horizontalidade pode gerar sobrecarga, ineficiência decisória e até mesmo a formação de hierarquias informais, contrariando seus próprios princípios normativos.

Por fim, o tipo 5 (ausência de integração partidária) evidencia que a autonomia em relação ao partido, embora amplie a liberdade política do coletivo, pode produzir fragilidades na dimensão vertical, especialmente no que se refere à continuidade eleitoral e ao acesso a recursos organizativos. Esse tipo mostra que a relação com o partido não é apenas uma fonte de restrição, mas também um elemento potencial de sustentação institucional.

Portanto, os dilemas dos mandatos coletivos não são contingentes, mas estruturais: eles decorrem da necessidade de articular práticas coletivas em um ambiente institucional que privilegia a individualização da representação. Assim, a variação entre os tipos expressa diferentes graus de sucesso na construção de mecanismos capazes de estabilizar essa tensão, sendo a consolidação da identidade coletiva o principal indicador da capacidade de sustentação e continuidade dessas experiências.

Nesse sentido, os resultados apresentados ao longo do capítulo ajudam a sustentar a hipótese 1, segundo a qual a sustentação dos mandatos coletivos depende da capacidade de seus integrantes de construir formas relativamente estáveis de coordenação interna. Os dados mostram que mandatos que conseguiram estabelecer acordos mais consolidados em torno das regras de decisão, da divisão de tarefas, da comunicação interna e da distribuição de custos e benefícios tendem a apresentar maior capacidade de cooperação e menor incidência de conflitos que comprometem a ação coletiva. Por outro lado, quando esses mecanismos se mostram frágeis ou pouco institucionalizados, intensificam-se disputas internas, enfraquece-se a confiança entre os integrantes e torna-se mais difícil a construção de uma identidade coletiva capaz de sustentar o projeto político no médio prazo.

No plano da identidade política, formada com a união das identidades pessoais, coletivas, horizontais, verticais e partidárias configura um dos principais eixos de tensão dos mandatos coletivos. A análise desenvolvida neste capítulo ajuda a responder a hipótese 2, ao evidenciar que a centralidade institucional da figura da porta-voz, imposta pelas regras do sistema representativo, produz assimetrias simbólicas e práticas que atravessam a dinâmica interna dos coletivos.

Essas assimetrias desafiam o discurso de horizontalidade, exigem negociações permanentes sobre autoridade, visibilidade e legitimidade política e tendem a favorecer a emergência de hierarquias informais, ainda que não formalizadas. A sustentação do projeto coletivo depende, assim, da capacidade dos grupos de estabilizar formas de reconhecimento que articulem as diferentes dimensões da identidade política, sem esvaziar as práticas coletivas, que fundamenta a proposta dos mandatos.

Dessa forma, o capítulo evidencia que o alinhamento organizacional e a construção da identidade política não constituem apenas aspectos operacionais do

funcionamento dos mandatos coletivos, mas dimensões estruturantes da ação política dessas experiências. Ao responder às hipóteses formuladas, o capítulo mostra como essas dimensões moldam as possibilidades de atuação institucional, a relação com o partido e as condições de continuidade do projeto coletivo, preparando o terreno para a análise, no capítulo seguinte, das tensões que emergem quando esses arranjos são projetados para além da dinâmica interna dessas experiências.

CAPÍTULO 4 – O EIXO EXTERNO DOS MANDATOS COLETIVOS: REPERTÓRIO DE AÇÃO INSTITUCIONAL E ELEITORAL

A atuação externa dos mandatos coletivos constitui um terreno em que as tensões analisadas no capítulo anterior ganham expressão pública e estratégica. Se, internamente, essas experiências dependem de modelos organizativos capazes de conciliar horizontalidade, coordenação e distribuição de responsabilidades, é na interface com o Legislativo, com os partidos e com o eleitorado que tais modelos se traduzem em repertórios concretos de ação institucional e eleitoral. Esse movimento revela como a identidade coletiva, a identidade horizontal e a identidade partidária se articulam na prática, produzindo formas específicas de presença legislativa, mobilização e disputa política.

De um lado, exige navegar estruturas legislativas marcadas pela hierarquização, pela centralidade da figura individual do parlamentar e por lógicas de exclusão que dificultam a entrada e a permanência de mulheres, pessoas negras, jovens e ativistas oriundos dos movimentos sociais. De outro, demanda articular essa presença institucional com o compromisso político assumido com suas bases, redes militantes e trajetórias de engajamento, que operam sob dinâmicas diversas e muitas vezes tensionam os ritmos e formatos da política formal. Ao mesmo tempo em que buscam abrir fissuras e ampliar novas possibilidades de participação e representação política, os coletivos precisam lidar com resistências internas às Câmaras Municipais, disputas com partidos e mecanismos institucionais que reforçam a individualização do mandato.

A produção desses repertórios de atuação externa, portanto, não deriva apenas de escolhas estratégicas, mas de negociações contínuas com estruturas que permanecem pouco permeáveis à experimentação política. A interação com o Legislativo evidencia tanto a criatividade dos coletivos na elaboração de formas alternativas de participação, fiscalização e proposição de agenda política quanto os limites impostos por casas legislativas que seguem organizadas em torno de prerrogativas individuais e rituais excludentes. Já a relação com os partidos revela ambivalências constitutivas, pois ao mesmo tempo em que oferecem suporte, socialização e acesso a arenas de decisão, impõem disputas por controle, demandas por alinhamento e mecanismos seletivos que podem reforçar hierarquias internas e restringir a autonomia do coletivo.

4.1 A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DA AÇÃO COLETIVA

A atuação parlamentar dos mandatos coletivos traduz uma experiência inovadora e desafiante de “ocupação” do poder legislativo. A partir de uma lógica horizontal e coletiva, esses mandatos tensionam as fronteiras da representação tradicional e introduzem práticas que buscam reconfigurar o fazer político a partir de valores como participação, transparência e coletividade. A ação coletiva dos mandatos coletivos precisa ser compreendida na intersecção entre inovação política e adaptação constante a um ambiente institucional que não foi pensado para comportar experiências desse tipo, como demonstrado no capítulo 3.

A identidade política na atuação externa dos mandatos coletivos revela como as diferentes camadas de identidade — coletiva, horizontal e partidária — se entrelaçam na construção de repertórios institucionais. A inserção dos mandatos coletivos em câmaras municipais profundamente hierarquizadas exige a criação de mecanismos próprios de coordenação, que buscam sustentar a experiência coletiva diante dos limites impostos pela institucionalidade formal.

No âmbito da interação com o Legislativo, a identidade coletiva aparece como um processo continuamente produzido na prática. Diante da ausência de instrumentos institucionais capazes de acomodar a atuação coletiva, os mandatos desenvolvem formas alternativas para a tomada de decisão, divisão interna de responsabilidades e regras próprias de funcionamento, que permitem operar de forma coordenada sem romper com as exigências formais da Casa Legislativa.

A produção do “nós” não se limita à figura do coletivo político, mas se materializa no esforço cotidiano de ocupar espaços legislativos, formular posições conjuntas e distribuir a visibilidade pública entre as co-parlamentares. Contudo, esses modelos convivem com tensões estruturais. A titularidade jurídica concentrada na porta-voz e a distribuição de recursos institucionais reforçam assimetrias internas, pressionando o equilíbrio entre a lógica horizontal e as exigências da institucionalidade vertical. Em gabinetes parlamentares com equipes reduzidas, essa assimetria tende a se acentuar, dificultando a manutenção de práticas coletivas de coordenação e ampliando a distância entre o ideal da horizontalidade e as possibilidades concretas de atuação dentro do legislativo.

A identidade horizontal, por sua vez, amplia a atuação do mandato ao integrar redes externas, movimentos sociais e múltiplas militâncias. A presença das co-

vereadoras em frentes parlamentares, audiências públicas e gabinetes interativos evidencia como a legitimidade do mandato é fortalecida por vínculos que extrapolam o espaço institucional do Legislativo. Essa inserção, contudo, também produz desafios. A diversidade de trajetórias políticas das integrantes implica repertórios distintos de atuação, graus desiguais de participação e diferentes grupos e segmentos políticos em disputa, o que pode gerar sobreposição de agendas e tensões na definição de prioridades comuns.

O partido funciona como instância de socialização política, fornecendo suporte técnico, acesso aos campos políticos e da estrutura burocrática do partido. Em diversos contextos, esse vínculo permitiu que os coletivos aprendessem a lógica legislativa e ampliassem sua capacidade de influência política. No entanto, a convivência de diferentes tendências partidárias, acordos internos e disputas por protagonismo impõem expectativas e constrangimentos que tensionam a autonomia do mandato.

A dificuldade de aprovar projetos, a seletividade dos espaços de influência e as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres negras, periféricas e jovens evidenciam que o Legislativo continua operando sob lógicas de exclusão e hierarquia. A frustração recorrente das co-vereadoras, que relatam a sensação de “ter o poder legislativo e não poder exercer”, revela como a inovação representativa proposta pelos coletivos esbarra em estruturas institucionais que permanecem resistentes a práticas compartilhadas de decisão e liderança.

Nesse cenário, a identidade coletiva é constantemente testada, a identidade horizontal encontra limites na permeabilidade institucional e a identidade partidária opera simultaneamente como recurso e constrangimento. De forma integrada, essas três identidades moldam a ação institucional dos mandatos coletivos e evidenciam que sua capacidade de inovar o fazer político depende tanto da criação de mecanismos internos de coordenação quanto da negociação permanente com partidos políticos, movimentos sociais e estruturas legislativas.

A seguir, as dimensões analisadas na sessão sobre a atuação coletiva no legislativo e na inserção partidária permitem compreender como esses repertórios se formam na interseção entre inovação política e tensionamento institucional. As falas das co-vereadoras mostram que a ação coletiva é, simultaneamente, um exercício de resistência e de criação frente às dinâmicas excludentes das Câmaras Municipais e

criação de novos modos de exercer o mandato, pautar agendas políticas e disputar sentidos dentro e fora do legislativo.

4.1.1 A atuação coletiva no legislativo

A atuação legislativa dos mandatos coletivos analisados ocorre em um contexto institucional marcado por assimetrias de poder. Em todos os casos, tratava-se de mandatos de oposição inseridos em câmaras municipais dominadas por forças conservadoras. Essa condição política reforçou obstáculos estruturais à aprovação de proposições e à construção de alianças, uma vez que, mesmo integrando bancadas partidárias, os coletivos permaneciam como minoria, sem força suficiente para aprovar projetos apenas com o apoio da oposição.

Ainda assim, esses mandatos sustentaram uma presença ativa e simbólica no Legislativo, introduzindo agendas historicamente negligenciadas — como os direitos das mulheres, da população negra, LGBTQIA+ e periférica — ao apresentarem Projetos de Lei e audiências públicas que envolvessem esse tema. Em alguns contextos, essa resistência converteu-se em reconhecimento eleitoral, e mesmo atuando de forma isolada como a única representação de esquerda e de mulheres na Câmara.

Um primeiro desafio central refere-se à afirmação de legitimidade e direito de presença no espaço legislativo. As experiências relatadas pelas co-vereadoras indicam que, desde o início da legislatura, foi necessário afirmar a existência política do mandato coletivo em um ambiente frequentemente hostil não apenas ao formato coletivo, mas também à ocupação desses espaços por mulheres e pessoas negras. Como relatou uma das entrevistadas, *“quando a gente foi buscar informações de como o pessoal atuava na Câmara, falaram para a gente que a gente não devia se preocupar, que a gente não ia nem conseguir abrir a boca para falar. Tinha um dia que a gente falava quatro vezes na sessão”* (Co-vereadora 24). A fala evidencia, por um lado, o preconceito inicial e, por outro, a capacidade de resistência e de reversão desse cenário pela insistência em ocupar a tribuna. Falar e se fazer ouvir transformava-se, nesse contexto, em ato político, reafirmando o direito de presença e a legitimidade de novas vozes no espaço legislativo.

Além da ocupação da tribuna, os mandatos coletivos tensionam as formas tradicionais de representação ao reivindicar que as co-parlamentares eleitas acessem o plenário, participem de comissões, liderem audiências públicas e frentes

parlamentares e sejam reconhecidas pelos demais parlamentares como co-vereadoras, e não apenas como assessoras. A relação com a bancada partidária e com a oposição constituiu-se, assim, como um campo de aprendizado político e de construção de estratégias. Nesse processo, o acúmulo de trajetórias militantes aparece como recurso de legitimação institucional, como expressa a fala a seguir:

“As pessoas ficam completamente admiradas pelo nosso conhecimento técnico. Se eu sou do movimento de moradia e eu sou do movimento de moradia desde a minha juventude, então tem muita coisa técnica que eu adquiri com o decorrer da minha vida, enquanto militante do movimento de moradia. Então, eles ficam completamente impressionados com a qualidade técnica que eu consigo apresentar para eles. Com um debate qualificado. Assim, muito do racismo, né? De entender o que negro não sabe nada, né? O negro não sabe ler, o negro só sabe fazer confusão, então isso também é uma das dificuldades que a gente tem aqui na Câmara” (Co-vereadora 01).

A fala evidencia como o espaço institucional se converte em arena de disputa simbólica, na qual o conhecimento produzido nas lutas sociais é mobilizado para confrontar estereótipos racistas e classistas que historicamente marginalizam sujeitos negros e oriundos dos movimentos populares do exercício da política formal.

Um segundo desafio diz respeito aos limites estruturais da produção legislativa. As co-vereadoras reconhecem que a dificuldade de aprovar projetos de lei constitui uma experiência recorrente, especialmente em contextos de correlação de forças conservadora. Como sintetiza uma entrevistada, *“a pior violência é a gente ter o poder legislativo e não poder exercer”* (Co-vereadora 01). A frustração diante da baixa taxa de aprovação de proposições é parcialmente compensada pela centralidade atribuída à função fiscalizadora do mandato.

As entrevistadas enfatizam a importância do acompanhamento das políticas públicas e da cobrança por transparência e ética na gestão municipal, como forma de dar sentido à atuação parlamentar quando a produção normativa é sistematicamente bloqueada: *“a possibilidade de fiscalização e de acompanhamento de conquistas pelas lutas que tiveram no município foi bem significativa para balancear o fato de a gente não ter sido um mandato de grande aprovação de projetos”* (Co-vereadora 23).

Essa compreensão ampliada do papel legislativo articula-se à tentativa de democratizar o acesso ao mandato e aproximar representantes e representados. Para algumas co-vereadoras, o formato coletivo dinamiza a lógica do poder ao abrir espaço

a novos sujeitos e experiências sociais: *“os mandatos coletivos fortalecem a perspectiva da democracia porque fazem novos convites à participação democrática [...] ensaiam uma perspectiva de intervenção mais direta e de uma fiscalização e um acompanhamento mais aproximado da população”* (Co-vereadora 09).

Ao mesmo tempo, a inserção em um ambiente institucional marcado por relações de poder assimétricas impõe limites concretos à atuação coletiva. A experiência de isolamento político aparece na metáfora de “pregar no vácuo”, utilizada por uma co-vereadora para descrever a dificuldade de estabelecer interlocução substantiva no plenário: *“muitas vezes a gente está ali pregando no vácuo, porque a gente não consegue [...] discutir política naquele espaço”* (Co-vereadora 15). Esse isolamento também se expressa em interações cotidianas, como a recusa em escutar suas falas e a mudança imediata de assunto após suas intervenções. Tais dinâmicas tornam-se ainda mais evidentes quando atravessadas por gênero, raça e origem social.

Em diversos relatos, as entrevistadas enfatizam que precisaram, ao longo do mandato, *“ensinar a Câmara a lidar com o coletivo”*. No entanto, o que emerge das falas é que a resistência ao modelo coletivo funcionava, muitas vezes, como pretexto para um incômodo sobre a presença de sujeitos que não se encaixam no perfil hegemônico da política institucional. Como relatado por uma co-vereadora, logo no início do mandato o coletivo foi rotulado como “bagunça”, “confusão” e “desorganização”, antes mesmo da apresentação de qualquer projeto, indicando que a rejeição antecede a prática e se ancora em estereótipos racializados e generificados.

Um terceiro desafio refere-se à articulação entre institucionalidade e mobilização social. As entrevistas revelam que a construção dos projetos de lei ocorre, majoritariamente, de forma dialogada com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e coletivos políticos: *“na grande maioria dos projetos que nós apresentamos, eles são construídos com os movimentos”* (Co-vereadora 01). Essa orientação expressa repertórios eleitorais característicos das candidaturas coletivas, que capitalizam o acúmulo de trajetórias militantes e reforçam a compreensão de que *“não dá para construir projetos de lei sem a participação dessas pessoas para quem esse projeto de lei é atribuído”* (Co-vereadora 05).

Os projetos apresentados incorporam agendas historicamente silenciadas no espaço institucional, como aborto, descriminalização das drogas, direitos LGBTQIA+,

justiça urbana e antirracismo: *“nunca pautaram essas dores”* (Co-vereadora 24). Ao inserir essas pautas na Câmara Municipal, os mandatos coletivos tensionam os limites do que é permitido como agenda política na política local e se posicionam como atores de reconfiguração simbólica do espaço legislativo.

Nesse sentido, a constituição de frentes parlamentares aparece como instrumento central de articulação entre reflexão, tomada de decisão e participação social: *“a frente parlamentar serve mais para um processo mais de reflexão por pautas e ao mesmo tempo tomadas de decisão e, por outro lado, articulação de política pública e participação popular”* (Co-vereadora 08). Outra estratégia recorrente consiste em mobilizar os movimentos sociais para pressionar o Executivo, como destacado na fala a seguir: *“o fato de pautar e colocar em debate e mobilizar uma manifestação popular gera a necessidade de o executivo comprar a pauta”* (Co-vereadora 08).

Por fim, diante das restrições institucionais, o poder de bloqueio emerge como forma central de incidência política, como demonstra a fala a seguir: *“o papel de bloqueio é onde a gente consegue, de fato, incidir na realidade”* (Co-vereadora 02). Em câmaras com forte correlação de forças conservadora, a atuação progressista organiza-se mais como contenção de retrocessos do que como produção normativa substantiva. Essa lógica confirma que a atuação legislativa dos mandatos coletivos se estrutura como um exercício contínuo de disputa pelo direito de legislar, propor e existir politicamente em espaços marcados pela exclusão.

4.1.2 Integração partidária

A integração dos mandatos coletivos com os partidos políticos revela uma dimensão ambígua e estratégica de sua inserção institucional. Por um lado, expressa a busca por legitimidade e por espaços de representação formal, por outro, evidencia as tensões entre práticas horizontais e uma lógica partidária marcada por estruturas relativamente estáveis de poder. A partir da perspectiva organizacional de Panebianco (2005), os partidos operam segundo um projeto organizativo que orienta sua reprodução ao combinar objetivos estratégicos, formas de controle e mecanismos de socialização que formam a identidade partidária do mandato coletivo. Muitas co-vereadoras, no entanto, entendem sua entrada no Legislativo como parte de um movimento de transformação institucional, propondo formas de organização baseadas

em identidade coletiva, horizontalidade e participação ampliada utilizando a pedagogia dos movimentos sociais (Campos, 2022; Almeida, 2024; Lopes, 2024).

Sob essa ótica, os partidos funcionam como sistemas que controlam suas zonas de incerteza, isto é, espaços onde determinados grupos detêm recursos discursivos, organizacionais e financeiros que lhes permitem influenciar a organização. Nos mandatos coletivos, essas zonas de incerteza se multiplicam por meio das co-vereadoras que possuem suas próprias trajetórias políticas, visibilidade social e reconhecimento comunitário, já que o partido detém os recursos formais, por meio da inscrição eleitoral, estrutura organizacional, acesso a espaços internos e as assessorias controlam expertise técnica e administrativa.

O formato coletivo, ao redistribuir autoridade interna e produzir diversas lideranças públicas, amplia essas zonas de incerteza e desafia a previsibilidade hierárquica que sustenta o funcionamento partidário. Como observa uma co-vereadora, *“o partido não conseguia nos controlar [...] e o intuito do partido não deve ser controlar uma mandata”* (Co-vereadora 26).

Essa relação se aprofunda quando observamos os mecanismos de incentivos seletivos internos. Para Panebianco (2005), uma organização se reproduz porque oferece incentivos seletivos que mantêm os indivíduos vinculados a ela. Os mandatos coletivos operam predominantemente com incentivos de pertencimento, reconhecimento, engajamento em pautas feministas e antirracistas, vínculo com movimentos sociais. Já o partido estrutura incentivos diferentes ao oferecer acesso a decisões internas, cargos dentro da diretoria do partido, legitimidade política e proteção institucional. Como relatam as co-vereadoras, integrar ou não uma tendência define *“o repasse das reuniões de executiva e diretório”*, algo inacessível fora dessas estruturas (Co-vereadora 25).

As tensões também se expressam nas dinâmicas de gênero e raça. Organizações partidárias tendem a reproduzir padrões hegemônicos de autoridade, e as experiências relatadas pelas co-vereadoras mostram que mecanismos de vigilância e deslegitimação recaem de forma mais intensa sobre mulheres e, especialmente, mulheres negras. Esses conflitos não são apenas políticos, mas estruturais, pois resultam de um projeto político que ainda não internalizou plenamente lideranças que fogem ao perfil dominante.

Sobre as agendas políticas, o alinhamento programático entre mandatos coletivos e o PSOL não elimina conflitos sobre prioridade, disciplina e autoridade interna. Mandatos coletivos, principalmente composto por mulheres negras, enfatizam seu papel pedagógico no interior do partido, não para atuarem “*sem partido*”, mas para transformar o partido, ampliando suas fronteiras de representação e tencionando-o a se aproximar da realidade da população brasileira.

Essa multiplicação de zonas de incerteza obriga o partido a desenvolver mecanismos de mediação. Em alguns casos, essa relação assume um caráter cooperativo, permitindo que o mandato coletivo traga novas perspectivas para dentro do mandato coletivo. Em outros, porém, revela tensões explícitas entre a lógica do coletivo e a dinâmica hierarquizada das tendências internas, que disputam direção política, distribuição de recursos e definição das linhas estratégicas. Como relata a co-vereadora 01: “*o partido não sabia muito bem como lidar com a gente*”, pois a presença simultânea de várias figuras públicas tencionava a definição de porta-vozes, a disciplina interna e a própria lógica de responsabilização política.

Se, por um lado, essa pluralidade ampliava a capilaridade do mandato e fortalecia sua base social, por outro exigia que a organização partidária revisse suas próprias formas de funcionamento. As entrevistas com as co-vereadoras mostram que o grau de abertura partidária aos formatos coletivos variou significativamente entre partidos e diretórios municipais. Em contextos de maior rigidez organizacional o coletivo era percebido como ameaça à estrutura hierárquica e às lideranças tradicionais, gerando tentativas de enquadramento, disputas por visibilidade e conflitos sobre o controle da comunicação e das agendas públicas.

A relação com as tendências internas constitui um ponto central dessa dinâmica. Muitas co-vereadoras relataram que não apenas precisavam negociar suas posições políticas, mas também explicar constantemente o funcionamento do mandato, justificar decisões internas que nem sempre dialogavam com a horizontalidade proposta pelo formato coletivo. A pressão para assumir publicamente determinadas posições, participar de reuniões constantes ou aderir a acordos partidários revelava os limites da autonomia interna do coletivo. Em alguns casos, a sobreposição entre pertencimento à tendência e participação no mandato produzia conflitos explícitos, sobretudo quando as co-vereadoras integravam diferentes

tendências partidárias ou possuíam trajetórias militantes em movimentos sociais e independentes do partido.

No entanto, o acesso às assessorias legislativas da bancada partidária, os vínculos com parlamentares experientes e a participação em conselhos e instâncias internas ofereceram instrumentos fundamentais para que as co-vereadoras aprendessem a operar na lógica legislativa. Sendo assim, ao mesmo tempo em que o partido limita práticas horizontais e desafia a autonomia do mandato, também fornece recursos estruturais para sua sustentação.

Por fim, a integração partidária de cada experiência demonstra que a atuação dos mandatos coletivos não ocorre à margem do partido, mas em permanente negociação com ele. Essa relação é constitutiva da experiência coletiva, que se define por meio da autonomia e estratégias de atuação. O partido funciona simultaneamente como estrutura de oportunidade e como campo de disputa. Nesse sentido, a interação partidária é um elemento central para compreender como os mandatos coletivos constroem seus repertórios institucionais e articulam suas identidades políticas.

4.2 REPERTÓRIOS ELEITORAIS

Os desdobramentos eleitorais dos mandatos coletivos no Brasil mostram que a sustentabilidade política dessas experiências depende, em grande medida, da capacidade de produzir uma identidade vertical, isto é, uma identidade que se consolida ao longo do tempo, atravessando ciclos eleitorais, recomposições internas e mudanças de contexto político. Diferentemente das identidades que se expressam no cotidiano do mandato, a identidade vertical opera em um registro temporal mais amplo, permitindo que o projeto coletivo se apresente ao eleitorado como algo reconhecível, coerente e politicamente confiável, independentemente das integrantes que compõem cada chapa coletiva.

Essa dimensão vertical da identidade funciona como uma espécie de fio condutor que dá continuidade ao projeto, permitindo que um mandato coletivo deixe de ser uma experiência pontual para se tornar um repertório institucional. Conforme argumenta Panebianco (2005), os processos de institucionalização organizativa se afirmam quando símbolos, rotinas e vínculos se estabelecem, de modo que práticas inovadoras passam a constituir repertórios estruturados. No caso dos mandatos coletivos, essa estabilização envolve a sedimentação de uma marca, um nome, uma

estética política, uma forma de se apresentar publicamente e de um modo específico de fazer política, que o eleitorado aprende a reconhecer e identificar ao longo do tempo.

A contribuição de Pizzorno (1988) também é central ao informar que os “círculos de reconhecimento” reforçam a marca e ampliam a densidade simbólica do projeto coletivo. Cada ciclo eleitoral, cada disputa interna, cada recomposição das integrantes atua como um momento de reafirmação ou reconfiguração desse reconhecimento. Assim, a identidade vertical é uma construção política, pois depende da capacidade de cada grupo de reproduzir, atualizar e comunicar o projeto de forma coerente.

Nessa perspectiva, os repertórios eleitorais dos mandatos coletivos se organizam em três eixos fundamentais: (1) ampliação da marca, quando o projeto se expande para novas lideranças, regiões ou disputas eleitorais, reforçando sua identidade vertical e sua continuidade organizativa; (2) reconfiguração da composição inicial, processo pelo qual diferentes modelos internos mantêm a marca política, ao mesmo tempo em que incorporam novas trajetórias, capitais e militâncias; e (3) desdobramentos em candidaturas individuais com a formação de novas lideranças políticas.

Esses eixos evidenciam que a trajetória eleitoral dos mandatos coletivos está diretamente vinculada à capacidade de produzir, preservar e atualizar essa identidade vertical. Ao mesmo tempo, mostram que a força eleitoral desses projetos não depende apenas da articulação de um grupo específico de co-vereadoras, mas do reconhecimento público de um projeto político que consegue transitar entre continuidade e flexibilidade, mantendo coerência narrativa mesmo diante das transformações internas e das oportunidades oferecidas pelo sistema político.

4.2.1 Ampliação da marca

A ampliação da marca, nos mandatos coletivos, diz respeito à capacidade de expandir o projeto político para novas lideranças, regiões e disputas eleitorais, preservando ao mesmo tempo a identidade política que dá reconhecimento ao projeto político original. Trata-se de um processo que não se limita ao crescimento numérico ou à formação de novas candidaturas individuais ou coletiva; mas expressa um movimento de consolidação da marca como repertório eleitoral, isto é, como uma

referência estável que pode ser mobilizada em contextos distintos. Quando a marca se torna reconhecível e duradoura, ela passa a operar como um capital político coletivo, que circula, se adapta e se fortalece a cada nova disputa.

Do ponto de vista organizacional, essa ampliação indica um estágio mais avançado de institucionalização. Como sugere Panebianco (2005) rotinas e vínculos que se estabilizam adquirem autonomia em relação às lideranças individuais, permitindo que o projeto coletivo mantenha coerência mesmo quando mudam as pessoas envolvidas. Assim, a marca funciona como um eixo externo de referência, pois o eleitorado, os movimentos sociais e coletivos políticos passam a reconhecer o projeto independentemente da composição momentânea do mandato. Ao mesmo tempo, nos termos de Pizzorno (1988), a ampliação da marca depende do alargamento dos círculos de reconhecimento, ou seja, da capacidade de envolver novos grupos sociais, movimentos e apoiadores que reforçam a legitimidade e a continuidade do coletivo.

Na prática, essa expansão ocorre por meio de um conjunto de mecanismos que se retroalimentam. O primeiro é a replicação organizativa, com a possibilidade de criar núcleos ou novas candidaturas que compartilham valores, repertórios e modos de funcionamento do coletivo original. O segundo é a projeção simbólica, pela qual a estética, as narrativas e os princípios da mandata circulam e ajudam a manter a identidade mesmo diante de mudanças internas. O terceiro envolve a vinculação com redes mais amplas, ampliando o alcance da marca em outras regiões.

Um exemplo paradigmático foi o mandato coletivo que em 2024 disputou novamente a Câmara Municipal com a mesma porta-voz, mantendo parte da composição anterior e incorporando novas integrantes. Ao mesmo tempo, que lançou candidaturas coletivas em municípios da região metropolitana, ampliando o alcance da marca política e difundindo a lógica do mandato coletivo em espaços novos. Essa expansão não significa apenas crescimento numérico, mas também a reprodução de valores e práticas identitárias, como feminismo popular, horizontalidade e corresponsabilidade política, em diferentes contextos e escalas institucionais.

De modo semelhante, outro mandato foi reeleito com a mesma composição em 2024, promoveu em 2022 uma candidatura estadual envolvendo as três co-vereadoras originais e mais quatro mulheres da região metropolitana. Esse movimento demonstrou que a ampliação da marca permite transferir repertórios eleitorais para

instâncias políticas maiores, consolidando o reconhecimento público e fortalecendo redes de militância que atravessam territórios distintos. Além disso, essa expansão contribui para que as co-candidatas se tornem referências políticas locais e regionais, criando um efeito de projeção que articula visibilidade, coesão interna e capacidade de mobilização em diferentes escalas.

A ampliação da marca também se revela como um mecanismo estratégico para a nova estratégia eleitoral e a reeleição. Ao preservar símbolos e repertórios eleitorais reconhecíveis, os mandatos coletivos conseguem manter a fidelidade do eleitorado. Essa combinação de continuidade e renovação é essencial para sustentar a legitimidade ao longo do tempo, permitindo que o coletivo se projete em diferentes pleitos sem perder sua essência. Em termos práticos, essa dinâmica cria um ciclo virtuoso a manutenção da identidade política, que facilita o reconhecimento do eleitorado, e a incorporação de novas lideranças amplia a capacidade de mobilização e atuação em múltiplos territórios, reforçando tanto a coesão interna quanto a competitividade eleitoral.

4.2.2 Reconfiguração parcial da composição

A experiência dos mandatos coletivos no Brasil, embora marcada pela inovação democrática e pela aposta em formas plurais de representação, também evidencia tensões internas e processos de reconfiguração que desafiam a estabilidade dos projetos políticos originais. À medida que essas iniciativas acumulam trajetória institucional, tornam-se visíveis as dinâmicas de continuidade e ruptura entre as co-vereadoras, revelando os limites práticos do ideal de horizontalidade. A reconfiguração parcial de suas composições aparece, assim, como um fenômeno recorrente, decorrente tanto de disputas internas quanto de estratégias políticas diante das novas conjunturas eleitorais.

Um dos casos analisados passou por um processo de reconfiguração da composição ao longo de sua trajetória. Na eleição de 2022 para o nível estadual a disputa foi em uma candidatura coletiva com o mesmo lema de 2020, quando eleita como mandato coletivo para Câmara Municipal em 2020. Entretanto, na tentativa de reeleição, o grupo concorreu mantendo exclusivamente a porta-voz da composição anterior. Essa transição ilustra a tendência de personalização parcial que ocorre em diversos mandatos coletivos com o passar do tempo. A concentração simbólica na

figura da porta-voz, geralmente a co-parlamentar com maior visibilidade pública, indica uma forma de adaptação às dinâmicas eleitorais tradicionais, nas quais o reconhecimento individual permanece determinante.

Outro exemplo relevante foi um dos mandatos coletivos que no processo de reeleição, o grupo apresentou uma chapa com apenas duas das integrantes originais, enquanto a terceira optou por disputar uma candidatura individual. Na campanha de 2022, umas das co-vereadoras disputou a eleição para deputada estadual em uma candidatura coletiva com outras duas mulheres de diferentes regiões do estado, enquanto a porta-voz disputou a eleição para deputada estadual em uma candidatura individual e a outra co-vereadora para deputada estadual também em uma candidatura individual. Em 2024, apenas duas das co-vereadoras disputaram a reeleição e não conseguiram sucesso nas urnas.

Outra experiência vivenciou processo semelhante. Eleito em 2020 com seis co-vereadores, o grupo tentou a reeleição mantendo apenas quatro de seus integrantes originais. A saída de dois membros reflete tanto divergências estratégicas quanto o desgaste natural de experiências que conciliam militância de base e atuação parlamentar. Ainda assim, o coletivo manteve a identidade negra e periférica como eixo estruturante do coletivo, preservando a coerência ideológica mesmo diante da recomposição interna.

A análise comparativa desses casos indica que a reconfiguração parcial da composição é uma característica estrutural dos mandatos coletivos. Ela resulta de fatores variados, como o desgaste organizativo, as disputas internas por visibilidade e o desafio de conciliar o ideal de horizontalidade com a lógica personalista do sistema eleitoral. Ao mesmo tempo, revela uma fluidez organizativa que permite aos coletivos se adaptarem às mudanças do campo político e às exigências institucionais sem perder sua identidade política.

4.2.3 desdobramentos em candidaturas individuais

Os desdobramentos dos mandatos coletivos em candidaturas individuais mostram que essa forma de atuação não se encerra no interior das experiências compartilhadas, mas opera como plataforma de formação política, incubadora de lideranças e mecanismo de reprodução ampliada da representação. A passagem do coletivo ao individual não significa apenas uma ruptura, mas um deslocamento do

aprendizado acumulado para novas formas de presença institucional. Nesse processo, os mandatos coletivos funcionam como vetores de ascensão de atores historicamente excluídos, sobretudo mulheres negras, trans e periféricas, que encontram no espaço coletivo condições políticas, afetivas e organizativas para sustentar suas trajetórias individuais.

A trajetória de Erika Hilton sintetiza esse movimento. Sua atuação na Bancada Ativista (PSOL-SP) constituiu o núcleo formador de sua identidade política, oferecendo suporte coletivo, estrutura narrativa e circulação pública. Ao se eleger deputada federal em 2022 — tornando-se a primeira mulher trans a ocupar o cargo no Brasil — Erika não abandona os princípios do mandato compartilhado; ao contrário, os inscreve em escala nacional.

Caso semelhante ocorre com Robeyoncé Lima, cuja presença nas Juntas (PE) articulava militância jurídica, feminismo negro e ativismo LGBTQIA+. O mandato coletivo funcionou como espaço de visibilidade, solidariedade e prática política compartilhada, elementos que hoje se projetam na sua trajetória individual como jurista e defensora nacional de direitos humanos. A transição para o espaço individual não esvazia sua experiência coletiva, mas a reconfigura como repertório eleitoral próprio.

A experiência de Andreia de Jesus, oriunda do Gabinetona (MG), reforça a ideia de que o percurso individual pode se reorganizar em contextos partidários distintos sem romper com a formação coletiva. Ao migrar para o PT e se eleger deputada estadual em 2022, Andreia levou consigo uma gramática política forjada no trabalho conjunto, incluindo o diálogo com movimentos sociais, defesa de agendas feministas e antirracistas e mobilização territorial estruturada pela horizontalidade. Sua trajetória demonstra que a identidade coletiva pode sobreviver ao deslocamento institucional quando se converte em competência política internalizada.

A trajetória de Carolina Iara também evidencia a função social e simbólica desses mandatos. Mulher negra, travesti e intersexo, ela emerge da Bancada Feminista (SP), acumula experiência como co-deputada estadual e, em 2024, disputa a vereança em candidatura individual, ficando como primeira suplente. A experiência coletiva permitiu que marcadores corporais e identitários fossem convertidos em legitimidade pública, afirmando a potência representativa de corpos dissidentes na esfera legislativa.

No caso de Mirê Chagas, a Mandata Feminista Bem Viver (SC) funcionou como ponto de partida para sucessivas disputas. A candidatura para deputada estadual em 2022, ainda vinculada à coletividade, ampliou sua visibilidade e fortaleceu vínculos com o transfeminismo negro e movimentos populares. A disputa para vereança em 2024, em candidatura individual e com poucos recursos, evidencia a persistência de uma identidade política que tem no mandato coletivo sua origem formadora, mas que se reconfigura estrategicamente para garantir continuidade eleitoral.

A experiência da Nossa Cara (CE) e das Juntas (PE) reforça um padrão recorrente com o papel central da porta-voz na transição para trajetórias individuais. Em ambos os casos, a reeleição de Adriana Gerônimo e de Jô Cavalcanti por meio de candidaturas individuais confirma como a visibilidade acumulada pela porta-voz tende a se converter em capital eleitoral próprio. Essa concentração decorre das regras institucionais que atribuem à porta-voz a titularidade formal do cargo favorecendo a conversão do capital coletivo em patrimônio político individual. O pertencimento partidário, sobretudo a militância ativa em tendências internas do PSOL, também opera como mecanismo de incentivo e canalização desse processo, reforçando trajetórias de mulheres negras como lideranças estratégicas no partido.

Em síntese comparativa, os desdobramentos dos mandatos coletivos em candidaturas individuais evidenciam regularidades que permitem compreendê-los como experiências que não se encerram no interior dos mandatos coletivos, mas operam de forma recorrente como plataformas de formação política, incubadoras de lideranças e mecanismos de reprodução ampliada da representação. A passagem do coletivo ao individual, longe de significar apenas uma ruptura, aparece nos diferentes casos como um deslocamento do aprendizado acumulado para novas formas de presença institucional, nas quais princípios, práticas e gramáticas políticas forjadas coletivamente são reinscritas em trajetórias individuais.

Os mandatos coletivos funcionam como alavanca para atores historicamente excluídos — sobretudo mulheres negras, trans e periféricas — ao oferecerem condições políticas, afetivas e organizativas que sustentam a continuidade dessas trajetórias. Ao mesmo tempo, a centralidade da figura da porta-voz e a titularidade formal do cargo revelam como as regras institucionais tendem a concentrar visibilidade e favorecer a conversão do capital coletivo em capital político individual,

produzindo assimetrias internas, mas também viabilizando a projeção eleitoral dessas lideranças.

4.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE A DIMENSÃO INTERNA E EXTERNA DOS MANDATOS COLETIVOS

A análise empírica dos mandatos coletivos confirmou que a diversidade interna não apenas em relação a trajetórias políticas, tendências partidárias, capitais políticos, identidades de gênero e raça, mas também as expectativas sobre as funções internas e formas de se relacionar com o partido, que se torna a potência e o ponto de maior tensão dessas experiências. A literatura sobre ação coletiva já indicava que a heterogeneidade aumenta a complexidade da coordenação, exigindo modelos institucionais mais coesos e consolidados para evitar o colapso cooperativo. Nos mandatos estudados, essa heterogeneidade se expressa em disputas recorrentes sobre prioridades políticas, graus de dedicação ao mandato, modos de se relacionar com a institucionalidade e estratégias para formação de quadros eleitorais. Nesse sentido, este capítulo sintetiza os achados do capítulo anterior, ao reinterpretar a articulação entre o alinhamento organizacional, identidade política e inserção institucional a partir dos dilemas estruturais que emergem no funcionamento institucional e na trajetória política dos mandatos coletivos analisados.

Na experiência que a diversidade de trajetórias de mulheres brancas, negras e trans oriundas de diferentes movimentos sociais, tais como: feminista, negro, cultural, estudantil é parte constitutiva do projeto. Essa pluralidade é a base da força pública do mandato coletivo, mas exige, internamente, mecanismos de coordenação, como reuniões semanais, rotinas de deliberação e divisão de tarefas por áreas temáticas. Nas palavras da co-vereadora 12, seria “incompleto” apresentar um feminismo representado apenas por uma mulher branca, o que exemplifica como a pluralidade é também uma exigência política. Contudo, essa mesma diversidade exigiu um núcleo organizativo sólido, apoiado por uma articulação que funcionou como elemento estabilizador das diferenças.

Ao contrário, de outro se fragmentou ao longo do período. O mandato reunia militantes do hip hop, da cultura periférica, das religiões de matriz africana, da educação e da população LGBTQIA+. Essa amplitude produziu enorme legitimidade social, mas também dificultou a construção de uma agenda unificada e a mediação

dos diferentes tempos e estilos de militância. Com o tempo, parte da equipe se afastou, e apenas alguns integrantes tentaram a reeleição, sem sucesso, revelando a dificuldade de transformar diversidade em um projeto político estável sem mecanismos organizativos consolidados, que frequentemente dependem da institucionalização partidária.

Os dilemas analisados ao longo deste capítulo podem ser compreendidos como expressões empíricas das tensões já identificadas na Figura 1, nas quais o eixo interno — composto pelo alinhamento organizacional e pela identidade política — condiciona, e é simultaneamente condicionado, pelos repertórios institucionais e eleitorais mobilizados no eixo externo. Essas dinâmicas confirmam o argumento de Ostrom (1990) de que grupos diversos dependem de regras claras, arenas deliberativas e dispositivos de gestão de conflitos para evitar o colapso cooperativo. Entre os mandatos estudados, aqueles com maior coesão interna foram justamente os que instituíram rotinas estáveis de deliberação e possuíam vínculos partidários fortes, operando como organizações políticas e não apenas como alianças pessoais.

As reconfigurações institucionais e eleitorais dos mandatos coletivos se manifestam para viabilizar a representação coletiva em um sistema estruturado para decisões individuais, os mandatos coletivos tentam desenvolver rotinas colaborativas, processos de deliberação horizontal, divisão equitativa de tarefas e mecanismos de *accountability* interno. Todavia, a ausência de reconhecimento jurídico impõe a necessidade de soluções paralelas, frequentemente informais, improvisadas e precárias, que permitem acomodar a pluralidade interna às exigências legais da Câmara. Tais soluções, frequentemente caracterizadas como “gambiarras” (Mendonça; Gelape; Cruz, 2023), revelam o caráter inventivo dos mandatos, mas também seus limites.

Essa tensão entre inovação e conformidade institucional tem repercussões diretas no plano externo, sobretudo na arena eleitoral. Algumas experiências conseguem criar marcas políticas reconhecíveis que funcionam como repertórios eleitorais, produzindo efeitos de demonstração (Tarrow, 2009) e expandindo o acesso de grupos historicamente marginalizados ao espaço institucional. A presença de mulheres negras, pessoas trans e militantes periféricos em cargos estratégicos demonstra que os mandatos operam também como plataformas de formação e projeção de lideranças. Esse processo confirma que uma boa coordenação interna

pode produzir uma identidade política consolidada, que se converte em recurso político capaz de sustentar lideranças e trajetórias individuais, sem necessariamente romper com o projeto original.

A interface com o PSOL oferece legitimidade, recursos e redes de mobilização que viabilizem tanto a eleição quanto a sustentabilidades dos mandatos coletivos. Entretanto, sua forte heterogeneidade interna, marcada por correntes, tendências e disputas, torna a relação estruturalmente ambígua. As co-parlamentares precisam negociar espaços, administrar conflitos e equilibrar autonomia e disciplina partidária na tentativa de manter e consolidar a identidade coletiva. Essa tensão demonstra que a inovação institucional promovida pelos mandatos coletivos só se sustenta quando apoiada por uma relação partidária que, embora conflitiva, fornece condições materiais e simbólicas para sua continuidade.

Nesse sentido, o funcionamento cotidiano dos mandatos expõe um conjunto de dilemas estruturais derivados tanto das características internas dos coletivos quanto das pressões externas que incidem sobre essas experiências. Para sintetizar essas tensões, apresentamos a seguir o quadro 8 que reúne os principais dilemas identificados ao longo da pesquisa, articulando formulação conceitual, referências teóricas e análises empíricas.

Quadro 8 - Dilemas de ação coletiva dos mandatos

Dilema	Descrição Geral	Referências Teóricas	Análise Empírica
Coordenação e gestão da heterogeneidade interna	A cooperação requer regras, confiança e rotinas deliberativas para evitar colapso organizativo.	Ostrom (1990); Almeida (2023)	Dificuldades de consenso, desgastes decisórios, necessidade permanente de mediação.
Centralização na porta-voz e assimetria de visibilidade pública	A unidade exige lealdade e mecanismos de reconhecimento simbólico.	Hirschman (1983); Pizzorno (1988)	Tensões por visibilidade, hierarquias informais, redistribuição desigual de reconhecimento.
Sustentabilidade do mandato coletivo ao longo prazo e formação de lideranças políticas	Evitar personalismos enquanto se assegura continuidade do projeto coletivo.	Hirschman (1983); Pizzorno (1988)	Disputas por projeção eleitoral, riscos de diluição da identidade coletiva.

Integração com o partido e autonomia organizacional	O coletivo precisa equilibrar autonomia, identidade e disciplina partidária.	Panebianco (2005)	Tensões com tendências internas, dependência de recursos e alinhamentos estratégicos.
---	--	-------------------	---

Fonte: Elaboração própria (2005)

A maior tensão em relação ao dilema sobre coordenação interna e gestão da diversidade se manifesta quando a pluralidade interna amplia o escopo político do projeto, mas torna difícil definir prioridades legislativas e estabelecer uma metodologia compartilhada de trabalho. Nas experiências em que não houve convergência sobre a forma de atuação política do coletivo ocorreu fragmentação interna, com dissoluções do mandato, seguidas recomposições da composição original, que dificilmente foi traduzida em sucesso eleitoral. Isso evidencia como a ausência de mecanismos consolidados de coordenação compromete a continuidade política.

O segundo dilema ficou evidente em casos que a assimetria de visibilidade das co-vereadoras com a centralização no porta-voz. Em uma das experiências a porta-voz se tornou o principal quadro eleitoral e o principal foco de tensão e outro caso o afastamento de uma das lideranças contribuiu para a fragilização do projeto coletivo que não se manteve para o próximo pleito eleitoral. O que tornou necessário a criação de rotinas externas ao regimento, como grupos de trabalho, coordenações ampliadas e ciclos de deliberação. Além de tentativas de fazer com que todo coletivo fizesse parte das comissões legislativas, audiências públicas e frentes parlamentares ou mostrar vídeos de falas em plenário ao aproveitarem brechas institucionais dentro dos regimentos internos das Câmaras Municipais.

A sustentabilidade política e formação de lideranças aparece de forma exemplar em experiências que conseguiram manter sua marca política que foi reconhecida nos seguintes pleitos eleitorais e regiões metropolitanas. Isso contrasta fortemente com experiências que não conseguiram sustentar o projeto após a saída de uma das co-vereadoras, revelando a dificuldade de consolidar identidades coletivas em contextos de baixa organização partidária e pouca convergência programática. A dimensão formativa é evidente em vários casos, com algumas co-vereadoras tornaram-se candidatas a deputadas e vereadoras ou mesmo assessoras políticas. Mesmo quando o mandato não se mantém, pode operar como uma “escola política”.

A relação com o partido político modificou a trajetória dos mandatos coletivos. Um dos mandatos coletivos analisados consolidou-se como oposição em um município conservador, articulando-se fortemente com a tendência partidária e garantindo a reeleição. Outra experiência conseguiu fazer uma articulação das tendências internas do mesmo campo político. A porta-voz de um dos mandatos coletivos que conseguiu a reeleição precisou se filiar à uma tendência interna para disputar eleição estadual, mostrando como a inserção partidária é condição de sobrevivência institucional, mesmo que em um formato individual. Um outro caso enfrentou uma ruptura quando a porta-voz rompeu com a tendência de origem e passou a disputar uma direção própria, o que contribuiu para a desintegração da experiência.

Os resultados apresentados ao longo deste capítulo permitem avaliar de forma sistemática as hipóteses formuladas, em articulação com a literatura sobre ação coletiva e evidências empíricas dos mandatos coletivos do PSOL. Nos casos em que regras de deliberação, divisão de tarefas, rotinas decisórias e instâncias de mediação foram institucionalizadas observou-se maior coesão organizativa, menor incidência de conflitos internos e continuidade do projeto político. Em contraposição, experiências nas quais esses mecanismos permanecem frágeis ou pouco consolidados, apresentaram dificuldades persistentes de coordenação, resultando em fragmentação interna e descontinuidade do projeto político, confirmando a hipótese 1.

Os casos analisados indicam que a centralidade na representante eleita tende a reativar dinâmicas de personalização da política, favorecendo a emergência de hierarquias informais. Essas assimetrias acontecem na arena legislativa e eleitoral, onde a mediação institucional reforça a figura da porta-voz como referência principal. Com exceção das experiências que conseguiram consolidar uma “marca política” reconhecível. O que confirma a hipótese 2 sobre a importância da formação de uma identidade política que consiga articular as identidades pessoal, coletiva, horizontal, vertical e partidária para sustentação do mandato coletivo.

Já a hipótese 3 é confirmada na demonstração que a inovação institucional promovida pelos mandatos coletivos não se sustenta fora de uma relação partidária capaz de absorver conflitos e oferecer suporte organizativo, ainda que de forma tensionada. O partido atua, ao mesmo tempo, como condição de possibilidade e como instância de mediação das experiências coletivas, oferecendo recursos materiais e

legitimidade institucional, mas impondo limites à experimentação organizativa. Os casos analisados mostram que mandatos com vínculos partidários mais estáveis e alinhamentos estratégicos claros tendem a apresentar maior capacidade de continuidade, enquanto experiências com inserção partidária frágil ou marcada por conflitos internos intensos enfrentam maiores dificuldades de reprodução política.

Assim, ao sistematizar esses dilemas, o capítulo encerra o exame empírico da pesquisa, oferecendo uma leitura integrada dos limites, tensões e potencialidades dos mandatos coletivos enquanto experiências de inovação institucional em um sistema de representação estruturado por uma lógica individual.

Em síntese, os mandatos coletivos analisados operam em um campo de tensões estruturais derivadas da tentativa de institucionalizar práticas coletivas em um sistema de representação individualizada. A pesquisa confirma que a sustentabilidade dessas experiências não depende apenas da diversidade que as constituem, mas da capacidade de transformar essa diversidade em um projeto político, ancorado em regras internas estáveis, identidades políticas consolidadas e estratégias de integração partidária. Quando esses elementos se articulam, os mandatos coletivos são capazes de reconfigurar práticas institucionais e ampliar a representação política; quando permanecem frágeis, a diversidade tende a se converter em fragmentação e descontinuidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida nesta tese analisou os dilemas da ação política dos mandatos coletivos eleitos pelo PSOL em 2020, com o objetivo de compreender como essas experiências operam a representação coletiva em um sistema institucional estruturado a partir da centralidade do representante individual. Partiu-se do pressuposto de que, embora frequentemente apresentadas como inovações democráticas, tais experiências não se desenvolvem em um vácuo institucional, mas em um ambiente legislativo e partidário marcado por regras, incentivos e assimetrias que condicionam fortemente suas possibilidades de ação.

Os casos analisados demonstram que a potência desses mandatos deriva, sobretudo, da diversidade de suas integrantes. Essa pluralidade amplia o alcance social das iniciativas e fortalece sua legitimidade, mas também exige a criação de rotinas internas capazes de sustentar a cooperação em um ambiente institucional que concentra a representação em uma única porta-voz. Nesse sentido, a diversidade aparece simultaneamente como uma potência e como um fator permanente de tensão, traduzindo-se em desafios cotidianos de coordenação, divisão de tarefas, mediação de conflitos e distribuição de visibilidade política.

Ao mesmo tempo, tornou-se evidente que os mandatos coletivos só se mantêm quando conseguem produzir mecanismos internos relativamente estáveis, como reuniões periódicas de deliberação, definição e aceitação de papéis organizativos e construção de posições políticas compartilhadas, que funcionam como contrapesos às assimetrias impostas pelo regimento legislativo.

A sustentação de uma identidade política coletiva depende diretamente de um projeto organizativo construído cotidianamente no interior dos gabinetes. Sua sustentabilidade política resulta da articulação entre três dimensões fundamentais: (i) a capacidade de institucionalizar regras internas, rotinas decisórias e mecanismos de coordenação; (ii) a construção contínua de uma identidade política coletiva capaz de mediar assimetrias de autoridade, reconhecimento e visibilidade pública; e (iii) a elaboração de narrativas públicas e repertórios eleitorais capazes de constituir um “nós” reconhecido como uma marca política vinculada à institucionalidade partidária.

A análise empírica evidenciou que os dilemas enfrentados por esses mandatos não decorrem exclusivamente de seu formato organizativo, mas da interação entre a proposta coletiva e as condições institucionais do sistema político

brasileiro. A estrutura da vereança, caracterizada pela escassez de recursos, pela personalização do cargo e por regras que concentram responsabilidades formais na figura do representante eleito, impõe limites objetivos à experimentação institucional realizada pelo mandato coletivo. A concentração de responsabilidades e funções na porta-voz, as dificuldades de compartilhamento de funções parlamentares e a necessidade de criação de rotinas paralelas ao regimento revelam que a promessa de coletivização da representação se confronta permanentemente com uma institucionalidade construída para um único parlamentar.

Nesse contexto, a relação com o partido político aparece como um eixo central para compreender a sustentabilidade dessas experiências. Longe de se explicarem pela autonomia organizativa em relação às estruturas partidárias, os casos analisados indicam que a estabilidade dos mandatos coletivos depende de sua capacidade de ancoragem no partido. A pluralidade interna do PSOL, marcada pela presença de tendências partidárias, disputas programáticas e intensa vida orgânica, produz tensões adicionais, mas também fornece recursos organizativos, reconhecimento simbólico e mecanismos de socialização política fundamentais para a continuidade dos coletivos. Quando essa relação se estrutura por meio de mediação e negociação, os mandatos tendem a se estabilizar; quando a relação com o partido se torna frágil ou atravessada por conflitos sem mecanismos institucionais de contenção, as experiências se fragmentam ou se reconfiguram.

A análise empírica permitiu ainda identificar diferentes repertórios eleitorais que estruturam as trajetórias políticas após o primeiro ciclo de mandato, incluindo a manutenção da marca coletiva, a reconfiguração parcial do coletivo e a formação de novas lideranças políticas. Esses repertórios produzem efeitos distintos sobre carreiras políticas e demonstram que a consolidação da identidade política constitui um fator relevante para a reeleição e para a projeção institucional dos integrantes desses mandatos. Mesmo quando não se mantêm como projetos institucionais de longo prazo, os mandatos coletivos podem operar como espaços de formação política, impulsionando novas lideranças e ampliando a circulação de militantes entre movimentos sociais, partidos e instituições representativas.

A pesquisa contribui para o avanço dos estudos sobre mandatos coletivos ao deslocar o foco predominante da literatura, frequentemente orientado por abordagens descritivas ou normativas sobre inovação democrática, para uma análise centrada nos

dilemas da ação coletiva que atravessam essas experiências. Ao examinar de forma sistemática os mecanismos de coordenação interna, as disputas de reconhecimento e as tensões decorrentes da institucionalização do mandato coletivo, o estudo evidencia que essas iniciativas não podem ser compreendidas apenas como experimentações democráticas ou repertórios eleitorais inovadores.

Uma segunda contribuição consiste na articulação entre diferentes campos teóricos, aproximando os debates sobre ação coletiva, representação política e organização partidária. Ao integrar essas perspectivas analíticas, a tese oferece um enquadramento interpretativo capaz de compreender os dilemas dentro dos mandatos coletivos. Essa abordagem permite avançar na compreensão de como experiências que buscam despersonalizar a representação operam dentro de um sistema político estruturado por regras institucionalmente individualizadas, revelando as assimetrias e os limites impostos.

A pesquisa também oferece uma contribuição empírica ao analisar longitudinalmente a atuação dos mandatos coletivos eleitos pelo PSOL entre 2021 e 2024, combinando entrevistas com integrantes dos mandatos e dirigentes partidários, análise documental e observação de repertórios públicos de comunicação política. Essa estratégia metodológica permite compreender não apenas o momento de emergência dessas experiências, mas também seus processos de estabilização, reconfiguração ou fragilização ao longo do exercício parlamentar.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer alguns limites da pesquisa. O estudo concentrou-se em experiências vinculadas ao PSOL, um partido relativamente pequeno no sistema partidário brasileiro, com níveis ainda em consolidação de institucionalização e com uma trajetória recente no cenário político nacional. A escolha empírica se justifica porque o partido tem se destacado como um dos principais espaços de experimentação das candidaturas e mandatos coletivos no Brasil, concentrando uma parcela significativa dessas experiências nas eleições recentes. No entanto, essa centralidade também revela um limite analítico, já que a compreensão dessas experiências permanece condicionada à ecologia organizativa do partido.

Além disso, o próprio PSOL ainda é relativamente pouco explorado pela literatura empírica sobre partidos políticos no Brasil, especialmente no que se refere às dinâmicas internas de suas tendências, às interações entre organização partidária

e atuação institucional. Esse cenário impõe desafios adicionais à análise, pois muitas das dinâmicas observadas nos mandatos coletivos, como os processos de mediação entre tendências partidárias internas, a formação de quadros políticos e a gestão de conflitos organizativos estão profundamente imbricadas nas estruturas e práticas partidárias. Ao mesmo tempo, essa limitação revela também uma oportunidade analítica, pois estudar os mandatos coletivos no interior do PSOL permite observar de forma privilegiada como experiências de inovação política se desenvolvem em partidos com forte vida militante e estruturas organizativas relativamente abertas à experimentação.

Por fim, os resultados apresentados nesta tese abrem uma agenda substantiva de pesquisa para os estudos sobre mandatos coletivos e inovação institucional na representação política. Estudos longitudinais podem identificar padrões de continuidade, esgotamento ou reinvenção dessas experiências ao longo do tempo; análises comparadas entre partidos com ecologias organizativas distintas podem esclarecer as condições partidárias que favorecem ou dificultam sua consolidação; investigações jurídicas podem explorar alternativas de reconhecimento institucional dessas experiências e seus efeitos sobre *accountability* e co-liderança parlamentar; estudos quantitativos podem avaliar o impacto da forma coletiva sobre padrões de atuação legislativa; e pesquisas qualitativas podem aprofundar dimensões subjetivas e afetivas da vida interna dos coletivos e os efeitos dessas experiências sobre trajetórias políticas individuais e coletivas, inclusive desde o momento da campanha eleitoral.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; VON BULLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?

Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, Carla; MARTELLI, Carla Giani; COELHO, Rony. Os papéis das instituições participativas na estruturação das políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 35, 2021.

ALMEIDA, Debora. Representação na participação: desafios teóricos e empíricos. In: **Representação além das eleições: repensando as fronteiras entre Estado e sociedade**. Paco Editorial, 2022.

ALMEIDA, Debora; LÜCHMANN, Lígia. Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos. In: TATAGIBA, L. et al. (eds.) **Participação, Ativismos e Desdemocratização: legados, retrocessos e resistências**. 2022.

ALMEIDA, Debora; ANDUJAS, Brenda. **Candidaturas e mandatos coletivos no Brasil: o que são e como funcionam?** Brasília: Editora Autoras, 2023. Disponível em: <https://resocie.org/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ALMEIDA, Debora. Representação como participação: os mandatos coletivos no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, 2023.

ALMEIDA, Debora. Candidaturas coletivas: uma nova forma de interação entre movimentos sociais e partidos políticos. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 67, n. 2, p. 1–41, 2024.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49–86, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-64452009000100003>

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia e Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 31-41, 2012.

ALONSO, Angela. **Treze: A política de rua de Lula a Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ANDUJAS, Brenda Gonçalves. Candidaturas coletivas de mulheres: análise da campanha eleitoral nas capitais da Região Sul do Brasil em 2020. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ANDUJAS, B.G. Candidaturas coletivas de mulheres: novas formas de participação e representação política. V Encontro Internacional Participação, Democracia E Políticas Públicas. 26 a 29/04/2022, UFRN, Natal (RN). Disponível em: <https://tinyurl.com/4v26fh8s>. Acesso em 13 maio 2024.

ANDUJAS, B.G. Ativismo Feminista, Representação Política e Mandatos Coletivos. 47º Encontro Anual da ANPOCS, 2023: Campinas, SP. 2023a. Disponível em: Acesso em 14 maio 2024.

ANDUJAS, B.G. Fatores de sucesso em candidaturas coletivas de mulheres. **Almanaque** v. 7. n. 2, 2023b. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/43192>. Acesso em 14 maio 2024.

ANDUJAS, B.G.; Lopes, C.T. A tessitura dos estudos sobre mandatos coletivos no Brasil: uma revisão sistemática. 14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Desigualdades e Justiça Climática: desafios da Ciência Política no Sul Global. Salvador, Bahia, agosto 2024.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminism for the 99%: a manifesto**. Londres: Verso, 2019.

ASSUNÇÃO, Helena S.; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A estética política da gambiarra cotidiana. **Revista Compolítica**, v. 6, n. 1, 2016. ISSN 2236-4781. DOI: 10.21878/compolitica.2015.5.2.229. Disponível em: <https://compolitica.org/revista>

BECKER, Howard S. **What about Mozart? What about murder? Reasoning from cases**. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

BRASIL. Resolução nº 23.675, de 16 de dezembro de 2021. Altera a Resolução-TSE nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para as eleições. (2021) Disponível em: <https://tinyurl.com/r9nej7su>. Acesso em 10 out 2025

BRASIL. PL nº 4.438/2023. Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral (2023a) Disponível em: <https://tinyurl.com/mtrz72af>. Acesso em 10 out 2025.

BRASIL. Sessão: 173.2023, Orador: Bibó Nunes, PL-RS (2023b). Disponível em: <https://tinyurl.com/y68fnepk>. Acesso em 10 out 2025.

BRASIL. Sessão: 173.2023. Orador: Marcel van Hattem, NOVO-RS (2023c). Disponível em: <https://tinyurl.com/yc5spfnv>. Acesso em 10 out 2025

CAMPOS, Bárbara Lopes. Juntas em um único número na urna? Uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil (2016-2020). 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAMPOS, Bárbara Lopes; MATOS, Marlise. Juntas em um único número na urna? As experiências de mandato coletivo e o desafio à política partidária tradicional e personalista no Brasil (2016-2020). **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2023.

MACHADO, Carlos; CAMPOS, Bárbara Lopes; VAZ, Ana Carolina; RODRIGUES, Cristiano. Partidos políticos e inclusão: candidaturas coletivas, negros, mulheres e indígenas. In: **Sistematização das normas eleitorais**. Eixo temático VIII: Partidos políticos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, [s.d.]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/server/api/core/bitstreams/1185608c-8ab9-4d4d-ae78-f37185513df1/content>. Acesso em: 9 mar. 2026.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: **A crise da democracia liberal**. Zahar: Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, José Fernando Andrade. Só a luta muda a vida: um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-03102022-151523/>. Acesso em: 09 set. 2025.

DELLA PORTA, Donatella. **Movement parties against austerity**. Cambridge: Polity Press, 2017.

DIAS, Tainá; VON BÜLOW, Marisa; GOBBI, Danilo. O conceito de ativismo digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. In: TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia; SILVA, Marcelo Kunrath (orgs.).

Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre: Zouk, 2021.

FARIA, Flávia de. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 2, jun./dez. 2020a.

FARIA, Flávia de. Ativismo, instituição e repertório autonomista: uma etnografia sobre coletivos políticos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 20, p. 177-198, set./dez. 2020. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sociologia.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

FONSECA, Helena. Ocupar as ruas e as instituições: a participação popular, a ocupação dos espaços institucionais e o direito à cidade. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

GENTIL, Vinicius Miranda. Um lugar ao sol: o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – e novos modelos políticos da nova esquerda. 2018. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GERRING, John. The case study: what it is and what it does. In: BOIX, Carles; STOKES, Suzan C. (eds.) **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2007.

GOHN, Maria da G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOHN, Maria da G. **Metamorfoses da participação social**: Coletivos periféricos urbanos, povos indígenas, juventudes autonomistas e Conselho de participação social da República. Petrópolis: Vozes, 2025.

GUASTI, Petra; ALMEIDA, Débora Rezende de. Claims of misrepresentation: a comparison of Germany and Brazil. **Politics and Governance**, Lisboa, v. 7, n. 3, p. 152–164, 2019. DOI: 10.17645/pag.v7i3.2155.

HIRSCHMAN, Alberto O. **Saída, voz e lealdade**: reações ao declínio de firmas, organizações e estados. Tradução de Ângela de Assis Melim. São Paulo: Perspectiva, 1973.

HIRSCHMAN, Alberto O. **Do consumidor ao cidadão: participação na vida pública**. Brasília: Brasiliense, 1983.

KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

LOPES, Cláudia Torres. Candidaturas coletivas no Brasil: encontros e desencontros entre movimentos sociais e partidos políticos nas eleições legislativas de 2022. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em: http://ppgcp.fafich.ufmg.br/diss_defesas_detalhes.php?aluno=632. Acesso em: 30 out. 2025.

MAGARIAN, Bárbara Rebeca Alves. Ideias, presença e ação: mandata coletiva Juntas na Assembleia Legislativa de Pernambuco. 2022. Dissertação (Mestrado) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

MAGARIAN, Bárbara Rebeca Alves. Os mandatos coletivos no Brasil à luz do conceito de institutional bypass. *Revista de Sociologia e Política*, v. 31, p. 1-20, 2023.

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking representation. *The American Political Science Review*, v. 97, n. 4, p. 515-528, 2003.

MARQUES, Marcelo de Souza; MARX, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica*, Vitória, v. 7, n. 3, jul./dez. 2020.

MENDONÇA, R. F.; Bustamante, M. Back to the Future: Changing Repertoire in Contemporary Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 39, n. 5, p. 629-643, 2020.

MENDONÇA, R. F.; GELAPE, L.; CRUZ, C. E. C. Collective candidacies and mandates in Brazil: challenges and pitfalls of a gambiarra. In: BUA, A.; BUSSU, S. (eds.) *Reclaiming participatory governance: social movements and the reinvention of democratic innovation*. Routledge, 2023. p. 154–169.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research: A guide to design and implementation**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MOURA, Gabriel Vieira de. A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018. 2019. 213 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Heythor Santana de. PSOL: relação da origem no desenvolvimento de sua organização, participação eleitoral e atuação parlamentar. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp, 1999.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential Address, American Political Science Association, 1997.

American Political Science Review, v. 92, n. 1, p. 1-22, 1998.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAOLINELLI, M. S.; CANETTIERI, T. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metr pole**, v. 21, n. 46, p. 831–854, 2019.

<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4605>

PIZZORNO, Alessandro. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In: FOXLEY, A. et al. **Desenvolvimento e política**. São Paulo: V rtice, 1988. p. 366-386.

RAGIN, Charles C. **The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Berkeley: University of California Press, 2014.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane. Ativismo feminista negro no Brasil: do Movimento de Mulheres Negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, p. 1–54, 2021.

ROSANVALLON, Pierre. (2008), **Counter-democracy: policy in an age of distrust**. Nova York, Cambridge University Press.

SAMUELS, David. **Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma**. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENN , Lucio R. (Orgs.). Reforma

Política: Lições da História Recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 133–156.

SANTOS, Vanessa. Representação política de mulheres no Brasil no contexto das mandatas coletivas “Pretas por Salvador” (BA) e “Juntas” (PE). 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo. As jornadas de junho no Brasil e a questão de gênero. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 22, p. 93–128, 2017.

SAWARD, Michael. (2010), **The Representative Claim** Oxford, Oxford University Press.

SECCHI, Leonardo; CAVALHEIRO, Ricardo A. et al. Mandatos coletivos e compartilhados: inovação na representação legislativa no Brasil e no mundo. Instituto de Políticas Públicas, 2019.

SECCHI, Leonardo; LEAL, Leonardo; REZENDE, Débora; CAVALHEIRO, Ricardo A.; LÜCHMANN, Lígia. As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil. Zenodo, 9 jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4423739>. Acesso em: abr. 2021.

SECCHI, L., CAVALHEIRO, R.A. & BAUMGARTEN, C.V. (2023) Collective mandates in Brazil: democratic innovations to boost participation in legislature collective mandates in Brazil. [online] *Representation*, pp. 1-25.

SILVA, Willian. Mandatos coletivos e compartilhados: experimentações de inovações democráticas no poder legislativo do Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Willian; SECCHI, Leonardo; CAVALHEIRO, Ricardo. Mandatos coletivos e compartilhados no Brasil: análise descritiva de inovações democráticas no poder legislativo. *Revista Debates*, v. 15, n. 1, p. 168–190, 2021.

SILVA, Gabriela Peixoto Souto. "Mandatas coletivas": um estudo sobre feminismos, solidariedade e política institucional no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

TOURAINÉ, Alain. **An introduction to the study of social movements**. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 749–787, 1985.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 191–228, 2006.

YIN, Robert K. **Case study research: Design and methods**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2015.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139–190, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS NA PESQUISA DE MANDATOS COLETIVOS

I – PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

- 1) Fale um pouco sobre sua militância e participação na política em movimentos sociais/organizações/coletivos?
- 2) O movimento no qual você participa influenciou na formação da candidatura coletiva? Se sim, de que forma?
- 3) Qual o papel dos movimentos sociais e grupos da sociedade civil durante a campanha eleitoral da sua candidatura?

II – CARACTERÍSTICAS DO MANDATO COLETIVO

- 4) Qual a formação do seu mandato coletivo?
 - a. Quais são as regras para participar do grupo ou quem pode participar?
 - b. Há militantes do partido dentro do mandato? De quais partidos?
- 5) Existe no Mandato Coletivo um estatuto? Se sim, quando e como ele foi produzido? Quais os principais pontos?
- 6) Como são as dinâmicas de discussão e definição das pautas/agendas no Mandato Coletivo? Existe um conselho político no mandato?
 - a. Há divisão de recursos custos entre os mandatários? Como?
- 7) Fale um pouco sobre o seu papel dentro do Mandato Coletivo (quais atividades exerce, se ocupa cargo administrativo etc.)
- 8) Quais pautas você defende dentro do Mandato Coletivo? Como é a sua atuação na proposição e defesa dessa (s) pautas?
- 9) O seu Mandato Coletivo já propôs algum projeto de lei referente à pauta racial/gênero/sexualidade/periferia? Qual? Está em que fase da tramitação?
- 10) O seu Mandato Coletivo apresentou iniciativa de audiência pública? Em quais temas?
- 11) O mandato participa de comissões parlamentares? Qual é o papel do mandato nestas comissões?

- a. O mandato coletivo adota algum mecanismo de interação com a população em geral e movimentos sociais? Quais? (considerar mecanismos *offline*, como assembleias e grupos de discussão, e também online). Quem participa?

12) Para além da atuação parlamentar, o mandato tem participado ou proposto outras formas de ação? Como protestos, marchas e formas distintas de mobilização? E o seu movimento?

III – RELAÇÃO ENTRE OS MANDATOS COLETIVOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS

13) Como vocês escolheram se candidatar pelo partido X? Como ocorreu esta aproximação? Quais foram os critérios para esta escolha?

14) Na sua opinião, como o partido político no qual você é filiado(a) percebe, avalia, apoia ou não o Mandato Coletivo?

15) Como é a interação entre o(s) mandatários e os partido(s) político(s) nesta experiência de Mandato Coletivo?

16) Quais são os desafios de ser militante de movimento e representante no legislativo? Como lida com esta relação dupla entre movimento e o legislativo?

17) Como está a relação e a recepção do mandato coletivo no legislativo? (Os co-vereadores têm espaço na Câmara, podem falar, atuar?)

18) Quem vocês representam?

19) Os mandatos coletivos mudam a representação política? Como?

20) Como o mandato está pensando a disputa eleitoral em 2022? Novas candidaturas?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM DIRIGENTES PARTIDÁRIOS – 2024

1. Como você avalia o aumento das candidaturas coletivas pós 2016?
2. Quantos mandatos coletivos foram eleitos pelo partido? E como você avalia estes resultados eleitorais? Quais fatores podem ter contribuído para vitória destes mandatos coletivos nas urnas?
3. Qual é a relação dos membros do mandato coletivo com o partido político? Existe uma participação ativa dentro do partido?
4. Houve conflitos na gestão interna destas experiências? Como foi realizada a escolha da assessoria? O partido teve algum papel na escolha da assessoria que compôs ou da forma de organização do gabinete?
5. Você acredita que os conflitos partidários e as muitas tendências internas afetaram, de alguma forma, a atuação política dos mandatos coletivos eleitos? Como?
6. Qual a sua opinião sobre as candidaturas coletivas como estratégias eleitorais?
7. Você acredita que os mandatos coletivos podem mudar a representação política?
8. Na sua opinião, os mandatos coletivos aumentam a participação política, inaugurando ou aprimorando novas formas participativas?
9. Como o partido tem debatido internamente sobre a regulamentação dos mandatos coletivos?
10. Você acredita que as candidaturas coletivas e mandatos coletivos devem ser incentivados?